

ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE

**A água como instrumento de poder no sul da Ásia: a disputa pela Bacia do Rio Indo**

Rio de Janeiro

2021

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE

**A ÁGUA COMO INSTRUMENTO DE PODER NO SUL DA ÁSIA: a disputa pela  
Bacia do Rio Indo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração: Segurança, Defesa e Geopolítica.

Orientador: CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida

Rio de Janeiro

2021

L 533 Leite, Rebeca Vitória Alves

A água como instrumento de poder no sul da Ásia: a disputa pela Bacia do Rio Indo./ Rebeca Vitória Alves Leite .– Rio de Janeiro: 2021.

102 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2021.

Orientador : Francisco Eduardo Alves de Almeida

Bibliografia: f. 99-102

1. Geopolítica da Água – Sul da Ásia. 2. Rio Indo – Direito da Água. 3. Sul da Ásia – Bacia Hidrográfica . I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

CDD 551.483

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária  
Cremilda Santos – CRB7/3200  
Biblioteca da Escola de Guerra Naval

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE

**A ÁGUA COMO INSTRUMENTO DE PODER NO SUL DA ÁSIA: a disputa pela  
Bacia do Rio Indo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração: Segurança, Defesa e Geopolítica.

Banca Examinadora:

CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN)

Prof. Dr. Bernardo Salgado Rodrigues (UFRJ)

Prof. Dr. Thauan Santos (EGN)

Rio de Janeiro

2021

## DEDICATÓRIA

Com amor e gratidão, para Antônio e Edilza.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido a força necessária para chegar até aqui.

Aos meus pais, Antônio e Edilza, pelo esforço diário investido na minha educação. Às minhas irmãs, Marinne e Julyanne, e ao meu irmão Alano. Eu sou completamente apaixonada por vocês.

À minha grande família materna e paterna, representadas pelas matriarcas Maria Neusa e Raimunda Nonata. Mulheres fortes e sábias, dois grandes exemplos de superação e amor. Queridas avós, obrigada pelo carinho e aconchego de sempre. Aos meus tios, tias, primos e primas, obrigada por cada momento juntos. As boas risadas, as confraternizações, a torcida... Obrigada por serem os primeiros amigos da vida.

Às minhas amigas da vida inteira, Sara e Priscila, obrigada por serem tão presentes. Obrigada por cada viagem, cada momento de alegria que distraíram essa cabeça que pensa tanto em tudo, e vocês sabem disso. Friends, muito obrigada!

Bárbara e Mariana, obrigada por serem a minha família no Rio de Janeiro. Agradeço por essa amizade que tanto acrescenta na minha trajetória. Obrigada por entenderem a minha ausência enquanto eu lidava com as demandas acadêmicas, e por não terem desistido de mim. Sou grata a vocês e suas famílias com todo o meu coração.

Agradeço a Escola de Guerra Naval. São cinco anos desde que fui acolhida por esta instituição que me ofereceu todos os recursos necessários para que eu pudesse desenvolver a minha pesquisa. Destaco o Comandante Leonardo Mattos, líder de pesquisa, chefe e amigo, sempre com uma palavra de incentivo a oferecer.

Aos amigos do Geocorrente, em especial Philipe e Carlos Henrique. Vocês são grandes exemplos acadêmicos, admiro a trajetória de cada um, construída com muito suor e dedicação. Vocês merecem um mundo inteiro de reconhecimento.

Agradeço ao meu orientador, Comandante Alves de Almeida, e os professores Thauan Santos e Bernardo Rodrigues. Em tempos tão difíceis, agradeço por ainda deixarem acesa a chama da paixão pelo ensino.

## RESUMO

A água é um insumo essencial para diversas atividades produtivas, sendo fundamental para o setor agrícola e industrial. Seu caráter insubstituível pressiona a função entre a oferta e a demanda devido, sobretudo, ao crescimento populacional e aos altos níveis de industrialização, principalmente no continente asiático, no qual se encontra cerca de 60% da população mundial. Após a partição da Índia Britânica em 1947, o Paquistão herdou grande parte dos rios que compõem a Bacia do Rio Indo, porém, as nascentes das quais estes rios fluem, permaneceram em território indiano. Dessa forma, a hipótese desta dissertação é de que os recursos hídricos podem conduzir a conflitos no século XXI, sobretudo entre a Índia e o Paquistão acerca da Bacia do Indo. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa será o estudo de caso. Assim, a proposta é baseada em discorrer como a geopolítica da água pauta a rivalidade histórica entre os atores em questão e entender por que a água é um objeto relevante no contexto deste conflito.

**Palavras-chave:** Bacia do Rio Indo. Geopolítica da água. Sul da Ásia.

## ABSTRACT

Water is an essential input for various productive activities, essential for the agricultural and industrial sector. Its irreplaceable character puts pressure on the function between supply and demand, mainly due to population growth and high levels of industrialization, mainly on the Asian continent, in which about 60% of the world population is found. After the partition of British India in 1947, Pakistan inherited most of the rivers that make up the Indus River Basin. However, the heads of these rivers, remained in Indian territory. Thus, the hypothesis of this dissertation is that water resources can lead to conflicts in the 21st century, especially between India and Pakistan over the Indus River Basin. The methodology for the development of this research will be the case study. Thus, the proposal is discussing how the geopolitics of water guides the historical rivalry between the actors and understanding why water is a relevant subject in the context of this conflict.

**Keywords:** Geopolitics of Water. Indus River Basin. South Asia.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – População e disponibilidade de água no Paquistão..... | 72 |
| Tabela 2 – Crescimento populacional entre 1957-2017.....         | 74 |

### FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Rio Indo após a partição.....                                 | 18 |
| Figura 2 – Bacia do Indo.....  | 20 |
| Figura 3 – Terceiro Polo.....  | 23 |
| Figura 4 – Tratado das Águas do Indo.....                                | 32 |
| Figura 5 – Características físicas dos Estados ribeirinhos.....          | 34 |
| Figura 6 – Mapa da Caxemira após a partição.....                         | 56 |
| Figura 7 – Divisão dos Rios Orientais e Rios Ocidentais.....             | 59 |
| Figura 8 – Linha Mc Mahon.....   | 62 |
| Figura 9 – Fronteira sino-indiana e focos de disputa.....                | 63 |
| Figura 10 – Escalada do conflito sino-indiano.....                       | 64 |
| Figura 11 – Tendências de crescimento populacional até 2070.....         | 75 |
| Figura 12 – Disponibilidade de água versus crescimento populacional..... | 76 |
| Figura 13 – Força de trabalho na agricultura.....                        | 79 |
| Figura 14 – Fontes de eletricidade na Índia.....                         | 82 |
| Figura 15 – Principais fontes de energia d....a Índia.....               | 83 |
| Figura 16 – Divisão da Caxemira indiana.....                             | 85 |
| Figura 17 – Novo mapa político da Índia.....                             | 86 |
| Figura 18 – Novo projeto de barragem no Rio Brahmaputra.....             | 91 |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| Introdução.....   | 10 |
| 1. Os fatores de conflito à luz da geopolítica da água.....                                 | 16 |
| 1.1 A água como recurso natural estratégico.....  | 16 |
| 1.2 Fator China.....  | 22 |
| 1.3 Abordagem teórico-conceitual.....   | 26 |
| 1.3.1 Conceito de segurança pós Guerra Fria.....  | 27 |
| 1.3.2 Contribuição Geopolítica.....   | 30 |
| 1.3.3 Geografia Física.....   | 33 |
| 1.3.4 “Water Wars”.....   | 35 |
| 1.3.5 “Resource Wars”.....  | 40 |
| 2. A construção histórica da geopolítica da água no subcontinente.....                      | 43 |
| 2.1 Da Companhia Britânica das Índias Orientais ao Império Britânico.....                   | 43 |
| 2.2 Principais características do Império Britânico no subcontinente.....                   | 45 |
| 2.3 Movimento de independência e a construção da disputa geopolítica.....                   | 47 |
| 2.4 Caxemira: uma veia aberta.....  | 53 |
| 2.5 Caxemira: a geopolítica da água.....  | 57 |
| 2.6 China, Índia e Paquistão: linearidade hierárquica.....                                  | 61 |
| 3. A bacia transfronteiriça do Rio Indo e sua relevância geopolítica no sul da<br>Ásia..... | 67 |
| 3.1 Bacia do Indo: características e desafios.....  | 67 |
| 3.2 Paquistão: oferta e demanda de água.....  | 70 |
| 3.2.1 Crescimento populacional.....   | 74 |
| 3.3 Índia: oferta e demanda de água.....  | 77 |
| 3.3.1 Índia: energia versus água.....   | 81 |
| 3.4 A geopolítica da Bacia do Indo.....   | 84 |
| 3.5 Considerações sobre a geopolítica da Bacia do Rio Brahmaputra.....                      | 88 |
| Considerações finais.....   | 92 |
| Referências Bibliográficas.....   | 99 |

## Introdução

Até a Guerra Fria, a disciplina de Relações Internacionais fora pautada em discussões predominantemente relacionadas à segurança em seu conceito mais restrito, muito influenciada pela leitura da teoria Realista, que visava as relações de poder do ponto de vista bélico e material. Todavia, o fim deste período é um marco para o campo em termos de conteúdo e prioridade de outras temáticas que passaram a vigorar no sistema internacional.

Com o fim do contexto bipolar e a mudança da leitura do sistema para além do caráter belicista, houve o entendimento de que outras variáveis poderiam ser inseridas nas discussões acerca da segurança estatal. Até então, era preponderante a premissa de que a ameaça adivinha apenas de um Estado para o outro, sobretudo em termos de quantitativo militar. Richard Ullman (1983) escreveu sobre o alargamento dos estudos de segurança.

Ullman (1983) sugere que as ameaças à segurança estatal não são apenas militares, mas podem ser definidas de outras maneiras por meio de fatores ambientais, recursos naturais, fatores políticos e realidade socioeconômica, por exemplo. Homer-Dixon (1991) entende que os recursos naturais não são estáticos e que, sim, podem ser transformados de acordo com as intenções do indivíduo, logo, essas atividades podem também questionar a estabilidade internacional e a segurança dos Estados.

Nesse sentido, o campo de recursos hídricos tem se destacado. Ainda em 1990, a água já era vista como um dos grandes desafios do século: “A escassez de água é agora a maior ameaça para a saúde humana, o ambiente e o fornecimento global de alimentos. [...] Isto também ameaça à paz mundial enquanto países da Ásia e do Oriente Médio buscam lidar com a escassez” (SECKLER; MOLDEN; BARKER, 1998, TRADUÇÃO DA AUTORA)<sup>1</sup>.

Sabe-se que a água é fundamental para a preservação da vida na Terra e é um recurso essencial para diversos esforços despendidos na sociedade, como as atividades produtivas. O caráter insubstituível da água pressiona sobremaneira a função entre oferta e demanda deste insumo. É possível encontrar fontes alternativas de energia, porém, não há elementos que possam substituir a água. Por isso, o crescimento populacional e os altos níveis de industrialização nos grandes centros representam um desafio para o consumo deste recurso.

---

<sup>1</sup> No original: Water scarcity is now the single greatest threat to human health, the environment, and the global food supply. [...] It also threatens global peace as countries in Asia and the Middle East seek to cope with shortages.

O mundo adentra cada vez mais em um cenário de escassez de água doce, com aproximadamente dois terços da população global já vivenciando a falta deste insumo. No caso asiático, onde se encontra cerca de 60% da população mundial, tem-se menos água doce per capita se comparado a outros continentes. Estima-se que a disponibilidade anual de água doce per capita está menos da metade da média global, em torno de 5.829 metros cúbicos (CHELLANEY, 2021).

Os recursos hídricos compartilhados são hoje fonte de conflito, o que provoca uma corrida geopolítica pelo acesso e controle da água. A China, por dominar o Tibete e as nascentes dos principais rios asiáticos que são encontradas neste território, é o principal ator hídrico nesse contexto. Para tanto, os chineses estão investindo massivamente na construção de barragens, o que, no contexto das guerras pela água, significa armas poderosas para controlar a água dos rios diante de seus vizinhos (CHELLANEY, 2021).

A água doce oriunda dos rios, muitas vezes é distribuída de forma desigual, como é o caso dos rios internacionais e das bacias transfronteiriças. Isto porque o curso dos rios se dá de acordo com o fluxo dos seus leitos, ultrapassando as fronteiras políticas. Ou seja, muitos Estados precisam atender à crescente demanda por água buscando este recurso fora de sua soberania, cuja realidade muitas vezes constitui um contexto geopolítico (TATEMOTO, 2011). A lente teórica da geopolítica permite um olhar mais estratégico sobre a água doce, de modo que se torna um recurso natural estratégico e, por isso, ter acesso e controle sobre este recurso torna-se um imperativo político e de poder.

Neste caso, a geografia é um ponto de partida para discutir o contexto hidropolítico deste trabalho, que pretende analisar a relação dos Estados que compartilham recursos hídricos. Uma vez que a água é considerada uma fonte de poder, logo, o acesso a este recurso é tido como um fator dinamizador das relações internacionais, sobretudo no contexto entre a Índia e o Paquistão. Portanto, pretende-se compreender de que forma a água fomenta as relações de poder entre estes países.

Segundo Engelke e Michel (2019), desequilíbrio hidrológico é a principal característica da geografia do continente asiático, sobretudo na região dos Himalaias. Interessante notar que a China está localizada a montante (rio acima) da maioria dos países, isto porque detém o controle do Platô Tibetano, ponto de partida de pelo menos 18 rios asiáticos (CHELLANEY, 2019). Tem-se, assim, uma posição privilegiada dos chineses em relação aos vizinhos, o que significa também controle em relação à origem dos recursos hídricos. Na relação sino-indiana, a China é um país a jusante em relação à Índia quando tratamos da Bacia do Rio Brahmaputra.

Porém, a Índia, apesar de se localizar a jusante (rio abaixo) diante da China, é um Estado a montante diante do Paquistão, no que se refere à Bacia do Rio Indo. Esta assimetria geográfica se confunde com uma assimetria geopolítica bastante sensível no contexto em que estes Estados estão inseridos, ou seja, com conflitos pré-existentes mais amplos que abordam questões além do acesso autônomo à água.

Esta pesquisa se torna relevante por analisar Estados fronteiriços nos quais se concentram as maiores populações do mundo, maiores economias e maiores estimativas de crescimento, como a Índia e a China. Além disso, todos os atores tratados neste trabalho são detentores de armamento nuclear, inclusive o Paquistão. A China é a maior economia asiática, o país mais populoso do mundo e pretende se expandir cada vez mais politicamente e economicamente, portanto, o controle sobre o Tibete é uma forma geopolítica de poder, que podem ser traduzidos em guerras pela água. A Índia, por sua vez é a quinta maior economia do mundo, com estimativas de ultrapassar a China em termos de população, e possui objetivos claros de se consolidar como uma potência no sistema internacional. O Paquistão, por sua vez, enfrenta um cenário de escassez e estresse hídrico, cenário este que é agravado à medida que as expectativas de crescimento populacional avançam.

Brahma Chellaney (2013) conceitua “water wars” (guerras pela água) como uma crise hídrica que apresenta riscos tão profundos à segurança dos Estados, que podem moldar as relações internacionais mundo afora. Contudo, cabe ressaltar, este conceito não diz respeito necessariamente à ideia de guerra convencional, cuja vertente tradicional se dá em campos de batalha com o uso de tanques e navios. Na perspectiva de Chellaney (2013), as guerras pela água podem ser travadas e até mesmo vencidas por meios não militares, como barragens e demais infraestruturas que controlem o fluxo dos rios, por exemplo. Não se trata de descartar o aspecto militar, mas de assumir que pode se lutar pela água por meio de instrumentos não convencionais.

As disputas discutidas neste trabalho possuem em comum o fato de serem territórios considerados fortalezas naturais abundantes em água doce, com grande volume oriundo dos rios e principais geleiras dos Himalaias. Portanto, a disputa que envolve estes territórios trata, dentre outros aspectos, do acesso e controle dos recursos hídricos ali presentes. Para Chellaney (2013), as guerras pela água muitas vezes são ofuscadas pela temática puramente territorial, no entanto, o crescimento populacional, o consumo das regiões agrícolas e a busca pela industrialização estão evidenciando que existe uma disputa hídrica em curso nestes contextos.

Na perspectiva de “resource wars” concebida por Michael Klare (2001), os recursos são elementos tangíveis que podem ser colocados em risco, tanto por instabilidade doméstica como

por tensões políticas externas e, portanto, requerem proteção efetiva. Para o autor, ao longo da história, as disputas para ter o acesso e o controle de recursos naturais tem sido a principal razão de tensões e conflitos internacionais.

Ao assumir a perspectiva geopolítica dos recursos hídricos, ou seja, a geopolítica da água, também se assume a dinâmica competitiva do sistema internacional pelo controle de tais reservas. Nesse sentido, tem-se um conflito em curso no continente asiático quanto ao uso e distribuição da água oriunda dos rios supracitados. Tem-se um recurso natural que é essencial para o desenvolvimento socioeconômico dos Estados aqui mencionados e, portanto, a água se torna um elemento dinamizador para as relações geopolíticas regionais. Em última instância, a água ascende como uma diplomacia coercitiva não usual, tal qual uma barganha política e até mesmo como uma arma de guerra.

As questões supracitadas dão base para a elaboração desta dissertação, cujo objetivo geral é analisar a geopolítica da água e sua relação com os conflitos em curso na região. Para tanto, este trabalho é composto por três capítulos de desenvolvimento. No primeiro momento, o objetivo é apresentar a relevância da água como um recurso natural estratégico e demonstrar seu valor para o projeto de desenvolvimento socioeconômico dos Estados e, conseqüentemente, sua instrumentalização para ambições políticas nas Relações Internacionais. Ainda no primeiro capítulo, também será apresentada a vertente conceitual e teórica que norteará a leitura acerca deste recurso, utilizando autores como Brahma Chellaney e Michael T. Klare, que propõem uma ótica geopolítica e realista acerca dos recursos naturais.

O segundo capítulo discorrerá sobre o processo histórico que culminou na disputa entre Índia e Paquistão pelo território da Caxemira, a partir do interesse de ambos em controlar os recursos hídricos da região. Será mencionada a disputa entre Índia e China pelo território de Arunachal Pradesh, também no contexto da geopolítica da água sobre o Rio Brahmaputra. A opção por inserir a China neste trabalho se dá devido ao seu controle sobre o território do Tibete, região de onde se originam os principais rios asiáticos. Dessa forma, será demonstrada a relação do Rio Brahmaputra com a questão do Rio Indo; ou seja, será feita uma análise direta entre Índia e Paquistão, mas com variáveis independentes e indiretas da China. O objetivo é demonstrar uma linearidade hierárquica que envolve o uso da água no continente.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar as características geográficas da Bacia do Indo e da Bacia de Brahmaputra, bem como seus principais desafios e disponibilidade em volume de água. Além disso, pontuar a relevância estratégica da água, tendo em vista sua relação com a agricultura e o desenvolvimento industrial, setores essenciais para a economia

destes países. Em suma, pretende-se expor porque estes rios são fundamentais para a Índia e o Paquistão, e para a China, dentro do escopo geopolítico no qual estão inseridos.

Para discorrer acerca desta análise, a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta dissertação será o estudo de caso. A escolha se dá pela relação deste modelo com os questionamentos que este trabalho busca resolver: como e por que (YIN, 2001). Assim, a proposta é expor como a disputa pela água é inserida na rivalidade histórica entre Índia e Paquistão, bem como entre Índia e China, para entender por que a água é um objeto relevante nestes contextos.

De acordo com Yin (2001), questionar “como” e “por que” revela uma estratégia para analisar fenômenos contemporâneos dentro de um contexto específico da vida real. O estudo de caso como método de pesquisa permite ao pesquisador uma percepção holística e carregada de significados relacionados com o comportamento real dos atores, tal qual acontece nas relações internacionais. Além disso, o estudo de caso permite exprimir um caso de um contexto específico e generalizá-lo para compreender outros contextos que versam sobre esta mesma temática (YIN, 2001). Dessa forma, este método pode ser utilizado para explicar diversos cenários a partir de pressupostos concebidos pelo estudo de caso.

Tomando por base uma abordagem de pesquisa explanatória descritiva, será utilizado como instrumento de pesquisa o levantamento bibliográfico, com o objetivo de demonstrar características do fenômeno em questão e sua relação com as variáveis que serão encontradas ao longo da elaboração deste trabalho. Além disso, haverá, ainda, levantamento detalhado de fontes documentais e trabalhos acadêmicos que tratem do objeto.

Para responder à pergunta de pesquisa desta dissertação, o método do estudo de caso possui uma essência multidisciplinar que permite associar os campos de História, Relações Internacionais, Geografia e Geopolítica, perspectivas fundamentais para compreender a dinâmica do objeto de estudo como um processo dentro do recorte histórico estabelecido (1947-atualmente), bem como do recorte geográfico, a Caxemira, de modo a elucidar os interesses vigentes em torno dos recursos hídricos. Portanto, considera-se que a junção dessas variáveis, associadas aos referenciais teóricos e conceitos apresentados, seja possível responder ao questionamento geral deste trabalho.

Ademais, por se tratar de uma pesquisa desenvolvida no âmbito da Marinha do Brasil, é relevante discutir de que forma este trabalho pode contribuir para a forma como o Brasil se posiciona sobre os recursos hídricos. Enquanto na Ásia a água se apresenta como um fator de instabilidade e conflito, tratado como um tema de alta política, é fundamental refletir como o

Brasil avalia esta temática, uma vez que há uma abundância de águas interiores, além da Amazônia Azul, Bacia do Prata e Bacia Amazônica, ambas bacias transfronteiriças.



## CAPÍTULO I - OS FATORES DE CONFLITO À LUZ DA GEOPOLÍTICA DA ÁGUA

### 1.1 A água como recurso natural estratégico

A água é um recurso natural vital e um dos principais elementos responsáveis pelo equilíbrio do meio ambiente. Trata-se de um bem profundamente relacionado com a manutenção da biodiversidade e com os demais ecossistemas dependentes deste recurso para a conservação da vida na terra. Ademais, a água foi fundamental ao longo da história do homem, pois foi às margens de rios e mares que pequenos grupos de humanos se desenvolveram e passaram a se constituir em comunidade, dando início ao processo civilizatório.

Os rios, principais fontes de água doce, possuem um aspecto histórico-cultural intimamente relacionado a este processo. No sul da Ásia, os rios Ganges e Yamuna representam os costumes espirituais, folclóricos e educacionais da história da população indiana, desde seus ancestrais. A Civilização do Vale do Indo (3300 a.C. – 1300 a.C.; 2600 a.C. – 1900 a.C.), primeira grande civilização da Índia, por exemplo, se estabeleceu nas margens do Rio Indo (PARPOLA, 2015).

Tais movimentações propiciaram aprendizados relevantes para a subsistência humana por muitas décadas, fundamentais para o desenvolvimento das habilidades de pesca e agricultura, principalmente. Em muitos países, a atividade agrícola representa uma grande parcela das exportações, sendo ainda a principal fonte de trabalho no âmbito doméstico, logo, a alta disponibilidade de água doce se faz necessária para tornar este mercado possível. Além disso, com o advento da indústria, estas práticas foram incrementadas e, atualmente, a água é essencial para a produção de bens materiais e alimentos em geral.

O caráter vital da água, associado ao fato de ser um recurso insubstituível, configura um desafio para ser gerenciado atualmente. A discussão sobre a temática hídrica se faz relevante devido ao seu caráter fluido, ou seja, o curso natural da água não é restrito às fronteiras politicamente demarcadas (KHAN, 2016). Nesse sentido, os rios podem fluir para outros territórios, pertencentes a outros Estados<sup>2</sup> e provocar, assim, conflitos quanto ao seu uso e à sua distribuição.

---

<sup>2</sup> Por Estado, considera-se o Estado-nação assumido após a Paz de Westfália (1648). Este conceito demonstra que após o “século das revoluções” o paradigma da centralidade do poder conferido à esfera estatal estava acabado. A expressão “nação” significa que, após a queda das monarquias, o Estado passa a ser regido com a participação de seus nacionais; e que agora era formado pela sinergia entre nação, Estado e território. (CHINAGLIA, P.; VIANA, W. 2016).

Os principais estudos sobre o tema remontam ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando organizações como o Clube de Roma (1968) apontaram as grandes ameaças à paz e as principais causas de conflitos futuros. Dentre alguns tópicos, a água foi preponderante, não apenas a abundância, mas também a escassez, como um grave desafio à economia e à segurança dos Estados. Um relatório do Banco Mundial, em 1995<sup>3</sup>, também revelou preocupações acerca do gerenciamento da água nos rios internacionais. Nesse ínterim, Ismail Serageldin, então vice-presidente do Banco Mundial, expressou: “se as guerras deste século foram travadas pelo petróleo, as do próximo serão travadas pela água (LANGER, 2009, p. 1. TRADUÇÃO DA AUTORA)”<sup>4</sup>. Todavia, à época, predominava o pensamento de que os recursos hídricos eram abundantes o suficiente para não se discutir que um dia poderiam acabar, da mesma forma que os recursos energéticos e metais preciosos que abasteciam as necessidades globais (CHELLANEY, 2013).

Contudo, passada a “era de ouro”, a disponibilidade de água está se reduzindo de maneira significativa, e a “era da abundância” tem sido aos poucos substituída por um cenário de escassez, orientado sobremaneira pelo crescimento populacional e pela pressão exercida dos altos níveis de industrialização e de urbanização. Além disso, este cenário é agravado por disputas hídricas decorrentes de disputas territoriais, uma vez que os rios ultrapassam as fronteiras políticas estabelecidas e cruzam espaços soberanos. Do ponto de vista dos recursos naturais, Chellaney (2013) destaca a sensibilidade do tema: “mas, diferentemente do petróleo, a água não tem substitutos conhecidos, tornando-a mais valiosa a longo prazo” (CHELLANEY, 2013, p. xii. TRADUÇÃO DA AUTORA)<sup>5</sup>.

Estima-se que 2/3 da superfície terrestre é coberta por água dos oceanos e rios. A água salgada oriunda dos oceanos ocupa 97% do total. Assim, apenas cerca de 3% da água é doce, dos quais 2% são mantidas em calotas polares e glaciais. Dos 1%, 30% são de água subterrânea e apenas 0,3% é encontrada em lagos, rios, lagoas, córregos e pântanos, sendo mais acessível e mais apropriada para o consumo humano. Estes dados são primordiais para se pensar os desafios futuros da água doce para a vida na Terra<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Ver: The World Bnk Annual Report, 1995. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/179751468314378230/The-World-Bank-annual-report-1995> Acesso em: 18 jan. 2020.

<sup>4</sup> No original: “If the wars of this century were fought over oil, the wars of next century will be fought over water”.

<sup>5</sup> No original: “But unlike oil, water has no known substitutes, making it more valuable from a long-term perspective”.

<sup>6</sup> Ver US Environment Protection Agency. Disponível em: <https://www.epa.gov/>; e Water Facts and Trivia. Disponível em: <https://www.lennotech.com/water-trivia-facts.htm>.

Por meio dos dados supracitados, torna-se evidente que tais condições facilitam e promovem disputas e interesses por territórios onde haja disponibilidade hídrica. Dessa forma, a água é tratada como uma importante fonte de poder, substancialmente atrelada ao poder econômico. Ao longo da história, o acesso à água doce foi o motivador de diversos conflitos, que tinham como objetivo primário o controle de territórios abastecidos por este recurso, a exemplo da tensão entre Egito e Etiópia pelo Rio Nilo; Israel, Síria e Jordânia pelas Colinas de Golã; Turquia, Iraque e Síria pela Bacia do Rio Tigre e Eufrates; China e Índia pelo platô Tibetano; e a disputa entre Índia e Paquistão pela Caxemira e, conseqüentemente, o uso seguro das águas da Bacia do Indo.

Quanto ao último exemplo, a disputa entre Índia e Paquistão pelo território da Caxemira aborda, dentre outros aspectos, o uso autônomo e seguro da água. O caso em questão remete a 1947, quando na partição da Índia Britânica. À época, o Paquistão herdou grande parte dos rios que compõem a Bacia do Indo, no entanto, as nascentes das quais estes rios fluem, permaneceram em território indiano. Desde então, a hostilidade é presente na relação entre ambos os Estados. A Figura 1 demonstra mais claramente como se dá essa divisão:

**Figura 1** – Rio Indo após a partição



Fonte: Al Jazeera (2011).

A bacia transfronteiriça do Rio Indo é formada por uma área total de 1,12 milhão de km<sup>2</sup>, compartilhados entre Índia, Paquistão, China e Afeganistão. Se estende desde as montanhas do Himalaia e perpassa todo o território paquistanês até desembocar no Mar Árábico. No Paquistão, a Bacia do Indo abrange cerca de 520.000 km<sup>2</sup>, ou 65% do território e compreende as províncias do Punjab, Khyber Pakhtunkhwa, Sindh e parte do Balochistão. A área da Índia é composta por cerca de 440.000 km<sup>2</sup>, ou 14% da área total do país, e ultrapassa os territórios de Jammu e Caxemira, Himachal Pradesh, Punjab, Rajastão, Haryana e Chandigarh. Apenas 1% da área total do território chinês é coberto pela Bacia e, quanto ao Afeganistão, esta representa 11% da área total do país. Aproximadamente 300 milhões de pessoas vivem às margens do Rio Indo e seus afluentes, e dependem da disponibilidade de suas águas para a agricultura, principal atividade rentável da região<sup>7</sup>. Pode-se observar na Figura 2 as fronteiras e afluentes que compõem a Bacia do Indo:

---

<sup>7</sup> Ver “Transboundary River Basin Overview – Indus” Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <http://www.fao.org/3/CA2136EN/ca2136en.pdf>.

Figura 2 – Bacia do Rio Indo



Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2011.

Estima-se que o subcontinente indiano representa 34% da população do continente asiático, e este, por sua vez, corresponde a 1/6 da população mundial. No entanto, esta região recebe apenas 4% dos recursos hídricos anuais do mundo<sup>8</sup>, dos quais fluem por meio de bacias hidrográficas transnacionais. Contudo, cerca de 95% da água que é consumida desta fonte destina-se a suprir as atividades do setor agrícola da região. Por ser uma região que já enfrenta crises políticas, econômicas e sociais, a questão hídrica se conecta de maneira bastante alarmante com os desafios de desenvolvimento socioeconômico e segurança. Cerca de ¾ da população do sul da Ásia vive em área rural, e 1/3 vive em extrema pobreza (SINHA, 2016). A Índia, por exemplo, ainda é um país majoritariamente rural. Apesar das iniciativas de industrialização e urbanização, cerca de 67% do país é considerado rural<sup>9</sup>, fato que explica a força da agricultura e, logo, a necessidade por alta oferta de água.

Quanto à distribuição de água na região, o Rio Indo é o que mais chama a atenção em termos de relações internacionais. O Rio Indo e seus afluentes perpassam todo o território da Índia e do Paquistão, inclusive o território da Caxemira, contestado entre ambos os países (SINHA, 2016). Para Islamabad, por exemplo, reivindicar este território significa controlar as nascentes dos rios, principais fontes de água doce para garantir a segurança nacional.

Uma vez que os rios fluem sem respeitar necessariamente as fronteiras políticas, isto fomenta a competição pela água. Dado isso, é relevante analisar o papel que a água exerce como recurso natural estratégico, não apenas como um elemento vital para as necessidades humanas, mas sobretudo como um recurso crítico para o desenvolvimento econômico dos Estados-nacionais. Nem sempre os Estados respondem às demandas domésticas com águas exclusivas das fronteiras nacionais, mas por meio de recursos compartilhados com outros Estados (QUEIROZ, 2012).

Portanto, uma vez que a demanda por água está crescendo constantemente e a disponibilidade não acompanha essa expectativa, há uma pressão competitiva entre os Estados, o que aumenta a tensão e exacerba disputas preexistentes.

---

<sup>8</sup> Freshwater under threat: South Asia. United Nations Environment Programme (2008). Disponível em: <<http://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/7715>> Acesso em: 17 jan. 2020.

<sup>9</sup> The World Bank. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.RUR.TOTL.ZS?locations=IN> Acesso em: 17 jan. 2020; Live Mint. Disponível em: <https://www.livemint.com/industry/retail/millennials-in-rural-india-shaping-consumption-patterns-in-the-hinterland-1553026089886.html> Acesso em: 17 jan. 2020. Neste caso, a atividade agrícola é um componente de poder no ambiente doméstico e pressiona de forma significativa as ações do Estado no cenário internacional. A elite agrícola fomenta o lobby na engrenagem estatal para evitar o desaquecimento deste setor, haja vista a crescente de industrialização. Além disso, há a relação sagrada do pequeno agricultor com a terra, algo que tem origem nos livros hinduístas. Estes dois fatores são os que mais exprimem a posição incisiva do Estado indiano quanto ao litígio sobre a distribuição dos recursos hídricos do Rio Indo.

## 1.2 Fator China

No contexto regional o qual este trabalho busca analisar, a água é um recurso natural estratégico dinamizador das relações geopolíticas. Em razão da ascendente relevância da China no âmbito das Relações Internacionais, é fundamental mencionar este ator e seus imperativos estratégicos que impactam o recorte estabelecido neste trabalho. Assim, nesta seção, será discutida uma linearidade hierárquica entre China, Índia e Paquistão sobre o uso dos recursos hídricos. Para mencionar o fator China nesta dinâmica, é fundamental discutir o conceito do Terceiro Polo, também conhecido como Platô Tibetano.

Trata-se de uma vasta área constituída de, aproximadamente, 3 milhões km<sup>2</sup> e está localizada na Ásia Central. A maior parte deste território está incorporado à Região Autônoma do Tibete e à província de Qinghai, na China. Estima-se que 2,6 milhões km<sup>2</sup> deste Platô envolve o território soberano chinês, o que condiz a onze cidades e seis províncias. Fora da China, a região inclui províncias da Índia, como Himachal Pradesh e Ladakh, na Caxemira, Afeganistão, Tajiquistão, Paquistão, Butão, Nepal, Bangladesh, Mianmar e Quirguistão.

Em suma, estamos falando de uma planície cercada por montanhas cuja elevação pode ser superior a 7.500m, muitas vezes chamada de “telhado do mundo”. É nesta região inóspita onde se encontra a montanha de gelo Hindu Kush Himalaia (HKH). Tamanha altitude implica em baixas temperaturas e, por esta razão, a região também é conhecida como Terceiro Polo, uma vez que representa cerca de 14,5% das geleiras do mundo. Este fato caracteriza o Tibete como o espaço com a maior quantidade de geleiras no mundo, atrás somente do Ártico e da Antártica, de acordo com o *International Centre for Integrated Mountain Development (ICMOD)*.

As geleiras do Terceiro Polo dão origem aos principais rios do continente asiático, como o Rio Indo, Rio Sutlej, Rio Brahmaputra, Rio Mekong e Rio Amarelo. Sabe-se que as mudanças climáticas estão provocando o derretimento das geleiras e, conseqüentemente, afetam a dinâmica dos rios. Naturalmente, há preocupação sobre o quanto este fato pode impactar na disponibilidade de água para a região. Por ser constituído de montanhas demasiadamente elevadas, o Platô Tibetano é bastante sensível às alterações climáticas globais. Especialistas da Academia Chinesa de Ciências alertam para o fato de que, caso esta tendência tenha continuidade, cerca de 40% das geleiras do Terceiro Polo poderão desaparecer até 2050 e, além disso, estima-se que a temperatura aumente até 4,6 graus C° até o fim do século<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> PALMO, Dechen. The World's Third Pole is Melting. The Diplomat. 28/03/2019. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/03/the-worlds-third-pole-is-melting/> Acesso em: 18/10/2020. Em um primeiro

Além disso, há outras variáveis que afetam a disponibilidade na água oriunda dos rios, como a urbanização nos grandes centros mundiais como, China e Índia; pressão do crescimento populacional e a industrialização. Dessa forma, o Terceiro Polo é fundamental para a segurança hídrica regional e, por isso, faz-se necessário reconhecê-lo como um polo geopolítico que impacta as relações entre os Estados fronteiriços.

Por administrar a Região Autônoma do Tibete, a China controla a maior parte da região que envolve o Terceiro Polo e, por isso, também controla seus recursos naturais. Assim, a China é o ponto de partida de rios que fluem para 18 países a jusante (CHELLANEY, 2019). Este fato constitui, em última instância, o poder que a China exerce sobre um recurso natural vital. A Figura 3 representa o Terceiro Polo e a origem dos principais rios asiáticos:

**Figura 3** – Terceiro Polo



Fonte: Klean Industries (2013)

A posição geográfica privilegiada da China confere um cenário de disputa e desconfiança diante dos países vizinhos. Ademais, os megaprojetos de construção de barragens nos rios refletem preocupação tanto quanto à disponibilidade futura de água, como quanto ao fluxo natural dos rios internacionais aos países a jusante (CHELLANEY, 2019).

---

momento, o derretimento das geleiras configura mais fluxo de água, no entanto, a longo prazo, conforme houver mais derretimento, o escoamento tende a diminuir, uma vez que não haverá mais geleiras.



Um dos casos mais relevantes de disputa hídrica envolvendo a China e a Índia ocorre em torno da utilização das águas do Rio Brahmaputra. Este rio se origina nos Himalaias e, ao deixar sua origem na Região Autônoma do Tibete, flui pelo território de Arunachal Pradesh, cujo controle ainda é disputado entre a China e a Índia<sup>11</sup>, até desembocar na Baía de Bengala. Este litígio remete a 1914, durante a assinatura do tratado que reformulou a fronteira entre os representantes da Autoproclamada Autoridade Independente do Tibete e a Índia, definindo-a como Linha Mc Machon. A adesão deste tratado culminou na concessão da região de Arunachal Pradesh à Índia Britânica. Porém, atualmente este tratado não é reconhecido por Pequim, alegando que à época da assinatura o Tibete não era um Estado soberano, tampouco consistia em um governo reconhecido (MORENO, 2018).

Sabendo que se dispor a negociar significa reconhecer a independência do Tibete no passado, os chineses, atualmente, não permitem nenhuma ação que envolva aquela região. Tal postura inviabiliza a resolução deste conflito no curto e médio prazo. Trata-se de uma questão que se torna mais sensível uma vez que se tem em pauta a utilização das águas do Rio Brahmaputra, que flui através daquele território contestado.

Para a Índia, a relevância deste rio está baseada em dois fatores: a Bacia Brahmaputra é responsável por cerca de 29% do escoamento total dos rios indianos; e consiste em, aproximadamente, 44% do potencial hidrelétrico de Nova Délhi (PALMO, 2017). A China, por outro lado, representa aproximadamente 20% da população mundial e possui menos de 7% de água doce disponível. Ademais, a água dos rios é geograficamente distribuída de forma desigual, isto porque o Tibete concentra um maior volume de água do que o norte da China. Nesse sentido, com o objetivo de mitigar a pressão sobre os recursos hídricos nas regiões menos abastecidas, Pequim busca desenvolver projetos para distribuir a água dos rios de forma mais equilibrada<sup>12</sup> (CHRISTOPHER, 2013)<sup>13</sup>.

A China possui a sexta maior reserva de água do mundo, com aproximadamente 2.812,4 km<sup>3</sup> de reservas anuais de água doce. No entanto, a disponibilidade anual de água per capita é

---

<sup>11</sup> Atualmente, esta área é controlada pela Índia, no entanto, a China reivindica todo este território como sendo parte do sul do Tibete. Portanto, a China não reconhece a soberania indiana naquela região.

<sup>12</sup> Como exemplo, tem-se a construção do túnel de mais de 1.000km para transferir água do Rio Brahmaputra, no Tibete, até Xinjiang. No entanto, uma vez que se trata de empreendimentos em rios internacionais, há impactos geopolíticos no compartilhamento de água doce entre China e Índia.

<sup>13</sup> Os indianos entendem a construção de barragens hidrelétricas como práticas menos ameaçadoras se comparadas a possibilidade de a China desviar o fluxo do rio. Ao contrário do que acontece na China, a água oriunda do Rio Brahmaputra é fundamental para a agricultura na Índia. Os estados ao nordeste, além de possuir uma concentração alta em termos de densidade demográfica, a agricultura irrigada representa um setor significativo na economia. Nova Délhi teme que, devido à escassez de água no sul da China, Pequim possa interferir na disponibilidade e no fluxo de água do rio, na tentativa de investir em empreendimentos que faça a “transferência” de água do norte para o sul.

de 2.100 m<sup>3</sup>, sendo ¼ da média global<sup>14</sup>. Este cenário é contraído, principalmente, devido ao crescimento populacional, logo, aumento da demanda por água. Além disso, há o intenso processo de industrialização chinês, fato que implica sobremaneira o setor agrícola, que necessita de cerca de 82% de água doce para sua manutenção eficaz (CHRISTOPHER, 2013).

A China observa o Terceiro Polo como uma região fundamental para cumprir suas metas de geração de energia, sobretudo energia hidrelétrica. O objetivo está baseado no 12º Plano Quinquenal (2011-2015)<sup>15</sup> e no 13º Plano Quinquenal (2016-2020)<sup>16</sup>, no qual a China deseja triplicar sua capacidade hidrelétrica para 300 GW. Por esta razão, os chineses estão investindo cada vez mais em infraestrutura dos rios transfronteiriços, tendo em vista que seus rios nacionais já foram represados.

Em 2020, a história recente da relação sino-indiana constatou alguns marcos na região fronteiriça. Em 5 e 9 de maio, ocorreram respectivamente dois confrontos na região de Ladakh, próximo de Aksai Chin, porção da Caxemira ocupada pela China e disputada entre ambos. O segundo episódio ocorreu na província indiana de Sikkim, fronteira com o Tibete. Atualmente, há a Linha de Controle Efetivo como delimitação entre a China e a Índia, que consiste em aproximadamente 4.057 km de extensão ao longo das províncias indianas de Himachal Pradesh e Arunachal Pradesh. Contudo, não é uma fronteira reconhecida nem pela Índia, tampouco pela China, fato que intensifica os confrontos supracitados, pois toca na soberania destes Estados.

Em junho de 2020, militares indianos foram mortos após outro confronto com os soldados chineses na fronteira com o Tibete. Foi a primeira vez em 40 anos em que houve baixas militares, apesar da constante tensão na região. Este marco inflamou a relação já estremeçada entre Nova Délhi e Pequim, além de mais uma vez trazer à tona, ainda que de forma ofuscada, a temática hídrica. Como mencionado anteriormente, a província de Arunachal Pradesh é contestada entre ambos os países e seu valor estratégico reside substancialmente na disponibilidade de água oriunda do Rio Brahmaputra.

Historicamente a China é uma ameaça à Índia e, na questão hídrica, não tem sido diferente. A expectativa é de que a China continue empreendendo de acordo com as diretrizes de seu interesse nacional, porém, cabe ressaltar que isto significa elevar o nível de atrito geopolítico com a Índia, que é altamente dependente dos recursos hídricos da região. Uma vez que a água

---

<sup>14</sup> China's Water Resources Management Challenge: The Three Red Lines. Global Water Partnership, 2015. Disponível em: [https://www.gwp.org/globalassets/global/toolbox/publications/technical-focus-papers/ftpchina\\_2015.pdf](https://www.gwp.org/globalassets/global/toolbox/publications/technical-focus-papers/ftpchina_2015.pdf) Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>15</sup> Disponível em: <[https://www.chinadialogue.net/UserFiles/File/PDF\\_ebook001.pdf](https://www.chinadialogue.net/UserFiles/File/PDF_ebook001.pdf)> Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>16</sup> Ver: The 13th Five-Year Plan For Economic And Social Development Of The People's Republic Of China. Disponível em: <[https://en.ndrc.gov.cn/newsrelease\\_8232/201612/P020191101481868235378.pdf](https://en.ndrc.gov.cn/newsrelease_8232/201612/P020191101481868235378.pdf)> Acesso em: 29 out. 2020.

é essencial para o desenvolvimento socioeconômico destes países, há uma dinâmica competitiva no sistema internacional, sobretudo se este recurso estiver fora da soberania destes Estados. Como estes atores reagirão a este impasse, ditará o futuro hídrico da região.

Dessa forma, pode-se observar uma dinâmica hierárquica no que se refere à temática hídrica na região. A China, ao deter direitos sobre o Tibete, de onde se originam os Rios Brahmaputra e Rio Indo, pressiona geopoliticamente a Índia que, por sua vez, ao exercer soberania na região da Caxemira onde se encontram as nascentes dos afluentes do Rio Indo, pressiona o Paquistão. Tem-se, então, um tabuleiro geopolítico bastante sensível que já está moldando as relações entre estes atores.

### **1.3 Abordagem teórico-conceitual**

O objetivo deste trabalho é analisar a relação conflituosa entre Índia e Paquistão sobre o território disputado da Caxemira, à luz dos recursos hídricos ali presentes. Dessa forma, optou-se por utilizar alguns conceitos do campo de Relações Internacionais e da Geopolítica para uma melhor leitura desse contexto. Assume-se que a conexão entre as relações internacionais e a geografia é uma relação inerente (METRI, 2017). Neste caso, a política externa é o instrumento dos Estado-nacionais para colocar em prática as ambições estatais a partir das características geográficas, que podem beneficiar a projeção dessas unidades políticas no sistema internacional.

As condições geográficas norteiam diversos comportamentos dos Estados, seja para fins econômicos, políticos, bélicos ou culturais, sendo que o objetivo primordial é usar desta prerrogativa para obter vantagens ou mitigar qualquer vulnerabilidade. Assim, tem-se que a geopolítica é o ponto de congruência entre as relações internacionais e a geografia, uma disciplina ampla que permite analisar a dinâmica do sistema internacional por meio de uma perspectiva competitiva (METRI, 2017). Ressalta-se, então:

a geopolítica é considerada um método de estudo dinâmico da influência de fatores geográficos no desenvolvimento dos Estados com a finalidade de orientar suas políticas internas e externas. Ou seja, como método que estuda a política derivada de aspectos geográficos, como posição, espaço, relevo, clima, topografia e recursos, é uma ferramenta de análise de política externa que busca compreender, explicar e prever o comportamento político internacional, principalmente em termos de variáveis espaciais (RODRIGUES, 2020, p. 25).

Neste trabalho, constatou-se a necessidade de uma lente teórica para avaliar os fatores que condicionam e orientam o comportamento dos Estados no sistema internacional e, para isso, a busca por fatores perenes e suas causalidades: “a teoria consiste em verificar os fatos e dar a eles um sentido, mediante o uso da razão (...) elo entre a razão que busca compreender a política internacional e os fatos a serem compreendidos” (MORGENTHAU, 2003, p. 6). A análise que se seguirá, está baseada no arcabouço da natureza competitiva do sistema internacional e, por isso, a dinâmica interestatal se dá por meio da atuação dos Estados na luta por poder e pela garantia da sobrevivência.

Portanto, esta dissertação propõe uma leitura realista das relações internacionais, logo, as unidades político-territoriais deste sistema se apresentam como uma ameaça às demais, orientadas por uma constante busca pelo poder.

### 1.3.1 Conceito de segurança pós-Guerra Fria

Durante a Guerra Fria, os estudos de segurança internacional estavam pautados majoritariamente em assuntos militares. Na perspectiva realista de Relações Internacionais, sobretudo, predominava a premissa de que a ameaça se originava apenas de um Estado para outro. No entanto, com o fim do sistema bipolar, houve o que se convencionou chamar de primeira fase do alargamento dos estudos de segurança. Richard Ullman (1983) e Barry Buzan (1983) são autores expoentes nesta área de estudo.

No artigo *Redefining Security* (1983), Richard Ullman propõe que as ameaças à segurança do Estado-nacional podem não ser apenas militares, mas inclui outras variáveis que devem ser consideradas para analisar as definições de segurança nacional:

É claro que estamos habituados a pensar em segurança nacional em termos de ameaças militares que surgem além das fronteiras do próprio país. Mas essa ênfase é duplamente enganosa. Desvia a atenção das ameaças não militares que prometem minar a estabilidade de muitas nações durante os próximos anos. E pressupõe que ameaças surjam de fora de um Estado sejam de alguma forma mais perigosas para sua segurança do que as ameaças que surgem dentro dele. (ULLMAN, p. 133, 1983)<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> No original: “We are, of course, accustomed to thinking of national security in terms of military threats arising from beyond the borders of one's own country. But that emphasis is doubly misleading. It draws attention away from the nonmilitary threats that promise to undermine the stability of many nations during the years ahead. And it presupposes that threats arising from outside a state are somehow more dangerous to its security than threats that arise within it”.

Nesse sentido, a ameaça ao Estado pode ser visualizada por meio de fatores políticos, sociais, ambientais e econômicos, por exemplo, no qual o resultado deste alargamento constitui a segurança nacional. No entanto, é primordial esclarecer que, nesta perspectiva, o Estado mantém o seu papel de principal ator do sistema internacional, o que se amplia são as ameaças e não os atores. Acrescenta-se, então, outras variáveis que podem colocar em risco a sobrevivência do Estado além de outro Estado, e além do aspecto puramente militar.

Feitas as concepções embrionárias, tem-se a segunda fase do alargamento dos estudos de segurança. Nesta etapa, estudiosos do campo passaram a discutir como seriam concebidas as “novas ameaças” e assim ocorre o processo de securitização. Barry Buzan, na obra *People, States and Fear: National Security Problem in International Relations* (1983), afirma que o julgamento sobre uma determinada ameaça pode variar de acordo com as especificidades de cada Estado. Ora, a vulnerabilidade que o Paquistão vivencia na pauta hídrica não é a mesma do Brasil, por exemplo, logo, a securitização deve seguir as necessidades individuais de cada país. Não é recomendável securitizar todos os problemas de forma universal para todos os Estados. Em 15 de agosto de 2004, em comemoração ao Dia da Independência da Índia, o Primeiro-Ministro Manmohan Singh<sup>18</sup> exemplifica:

A água é um recurso nacional e temos que ter uma visão integrada dos recursos hídricos de nosso país, nossas necessidades e nossas políticas, assim como nossas práticas de utilização de água. Precisamos garantir o uso equitativo de recursos hídricos escassos ... Convoco todos os nossos líderes políticos a adotarem uma visão nacional e holística do desafio de administrar nossos recursos hídricos (SINGH, Manmohan. Discurso proferido à nação em ocasião da comemoração do dia da independência da Índia. Nova Délhi, 2004. TRADUÇÃO DA AUTORA)<sup>19</sup>

De modo geral, securitizar é definir um determinado tema como um perigo iminente e, dessa forma, formular no âmbito político um discurso que signifique ameaça ao tema referido. Trata-se, em última instância, do desdobramento de um tema de “*low politics*” (baixa política) para “*high politics*” (alta política) (BUZAN, 1998). Se por um lado abordar as questões hídricas nos assuntos de segurança internacional eleva o tema a uma categoria mais importante na agenda

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://archivepmo.nic.in/drmanmohansingh/speech-details.php?nodeid=6> Acesso em: 16 jan. 2020.

<sup>19</sup> No original: “Water is a national resource, and we have to take an integrated view of our country’s water resources, our needs and our policies, as well as our water utilization practices. We need to ensure the equitable use of scarce water resources...I urge you and all our political leaders to take a national and holistic view of the challenge of managing our water resources”.

internacional, por outro lado, fornece base suficiente para ações ainda mais centralizadas no papel do Estado<sup>20</sup>.

Na arena dos estudos de segurança, a problemática da água consiste no seu potencial impacto sobre conflitos violentos, que podem conduzir a ações militares, sobretudo em contextos de escassez hídrica. Nesse sentido, a água pode se tornar uma tática na esfera política, usada por Estados que detém o controle de suas principais fontes, com o intuito de impor determinadas ações, ou seja, exercer um comportamento hegemônico frente a outros Estados (SINHA, 2016).

Ao assumir que a insegurança hídrica<sup>21</sup> impacta a segurança nacional, é fundamental questionar de que forma este assunto conduz ao conflito. Uma vez que a demanda mundial por água está em uma expectativa crescente e a disponibilidade dos rios não acompanha estas estimativas, não é improvável que os Estados busquem maximizar os recursos hídricos para convertê-los em benefícios nacionais, com o objetivo de aumentar o poder na disputa por este recurso. Sobre o contexto atual no sul da Ásia, sobretudo no que se refere à disputa entre Índia e Paquistão, Sinha (2016) afirma:

Os países a jusante, que são altamente dependentes das águas dos rios para o seu bem-estar, serão motivados a aproveitar esse recurso vital de seus vizinhos a ponto de serem agressivos. Estudos e avaliações revelam que os conflitos e turbulências relacionados à água serão tanto internos quanto externos – isto é, afetarão as relações bilaterais no sul da Ásia. Assim, a gestão da água e a realocação dos recursos hídricos serão uma grande preocupação de segurança nacional (SINHA, 2016, p. 13-14)<sup>22</sup>.

Em geral, os impactos das disputas por recursos hídricos, bem como das mudanças climáticas, afetam sobremaneira as regiões que já são vulneráveis por vivenciarem desafios de coesão nacional, estagnação econômica e movimentos separatistas, por exemplo. Em casos

---

<sup>20</sup> A comunidade de segurança tradicional argumenta que as questões da água são preocupações primárias de bem-estar e desenvolvimento, e que o Estado sempre foi orientado para proteger o abastecimento de água. A comunidade de desenvolvimento considera que posicionar as questões da água no âmbito da segurança apenas reforçará o aparato centrado no Estado. (SINHA, 2016, p. 13. TRADUÇÃO DA AUTORA).

<sup>21</sup> Insegurança hídrica pode ser expressa em termos de disponibilidade, confiabilidade e qualidade, enquanto 'segurança hídrica' pode ser descrita como insegurança decorrente do controle de nascentes. A dinâmica da insegurança e segurança pode ser explicada por meio de relações ribeirinhas superior e inferior e examinada mais detalhadamente através das reivindicações de 'soberania territorial absoluta' versus 'integridade territorial absoluta'. (SINHA, 2016, p. 34. TRADUÇÃO DA AUTORA).

<sup>22</sup> No original: “Given the stress on waters both in terms of quantity and quality, it is not unlikely that states will try to maximise water resources and convert them into assets to augment their power. Downstream countries which are highly dependent on river waters for their well-being will be motivated to seize such a vital resource from their neighbours to the point of even being aggressive. Studies and assessments reveal that conflict and turmoil related to water will be as much internal as external – that is, affect bilateral relations in South Asia. Thus, water management and the reallocation water resources will be a major national security concern”.

assim, a incerteza sobre o abastecimento de água é a função da relação entre os problemas políticos e socioeconômicos, fato que confere ameaça à segurança regional em demasia, haja vista o risco de conflito armado (GLEICK, 1993).

Ao assumir a centralidade na agenda internacional, a discussão sobre a água doce apresenta vários níveis de análises, sobretudo sobre sua fonte mais conhecida: os rios. Uma vez que os Estados são racionalmente egoístas e interessados em manter seu poder relativo, a água adquire relevância política por meio de seus atributos que conferem poder aos Estados que a controlam. Dessa forma, as interpretações variadas acerca da distribuição e do uso da água dos rios resulta, geralmente, em reivindicações e contra-reivindicações (SINHA, 2016).

### **1.3.2 Contribuição geopolítica**

A perspectiva geopolítica permite observarmos a água para além das questões ambientais, de direitos humanos e mudanças climáticas, ou seja, permite observá-la como um recurso estratégico. Assim, ter acesso e controle sobre este recurso se torna um imperativo estratégico (FRIEDMAN; FEDIRKA, 2017). Sobre esta questão, Rodrigues (2020) afirma:

A partir do momento em que os recursos naturais se tornam "campos de atração e gravitação da intervenção humana para exploração sistemática." (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009, p.3), adquirem uma conotação geopolítica. Logo, um recurso natural estratégico é fundamental para o funcionamento do sistema capitalista de produção e/ou manutenção da hegemonia regional e global (RAMOS, 2010a, p.32), de difícil substituição e sujeito a algum grau de risco de oferta (KLARE, 2012, p.166). De acordo com Ceceña e Porras (1995, p.143-146), um recurso é considerado estratégico em função de três aspectos: 1) essencialidade: característica daquilo que é essencial para o sistema capitalista e referente ao processo de acumulação em seu conjunto, dos volumes consumidos produtivamente e qualitativamente, como medida da amplitude de sua participação na acumulação de capital através do tipo de indústria para o qual se destina seu consumo; 2) massividade: elementos utilizados em grande quantidade, que não podem ser retirados do processo de produção sem alterar a estrutura econômica, sendo considerados fundamentais ao sistema devido ao volume consumido quantitativamente na participação da acumulação de capital; 3) vulnerabilidade: refere-se à disponibilidade do mineral, seu grau de suficiência global, sua quantidade de reservas presentes no mundo, sua localização geográfica e as condições de pureza em que são encontrados, no qual pode ser combinado com várias condições técnicas e sociais que determinam o seu valor. (RODRIGUES, 2020, p. 241)

Sendo os rios fontes primordiais de água doce, tornam-se centros de poder, como é o caso do Rio Indo. Isto porque tal disputa hídrica está intimamente conectada à disputa territorial que envolve a Caxemira. Este território contestado entre ambos os países desde 1947, quando na independência da Índia britânica, está geograficamente e estrategicamente situado em uma área

abundante em recursos hídricos, advindos dos principais afluentes do Rio Indo. É no vale de Jammu e Caxemira, região administrada pela Índia, que se concentra a maior quantidade de água e as nascentes dos afluentes que desaguam no território do Paquistão. Nota-se, então, as características geográficas como espaço, posição e recursos naturais como uma força motriz que alavanca este litígio.

Em 1960, na tentativa de superar o imbróglío entre Índia e Paquistão sobre esta Bacia, foi assinado o Tratado das Águas do Indo<sup>23</sup> (*Indus Water Treaty*, em inglês). O intuito do IWT é compartilhar os afluentes de maneira equitativa<sup>24</sup>, sem interferir no fluxo natural dos rios. O tratado prevê o uso irrestrito dos rios Ravi, Beas e Sutlej para a Índia; e Jhelum, Chenab e Indo para o Paquistão. Em que pese o Paquistão ter herdado grande parte de seus afluentes, as nascentes dos principais rios que fluem para o seu território permaneceram em território indiano em consequência da divisão territorial proposta pelos britânicos no momento da independência, em 1947. Pode-se observar a Figura 4, que demonstra de forma cabal esta questão:

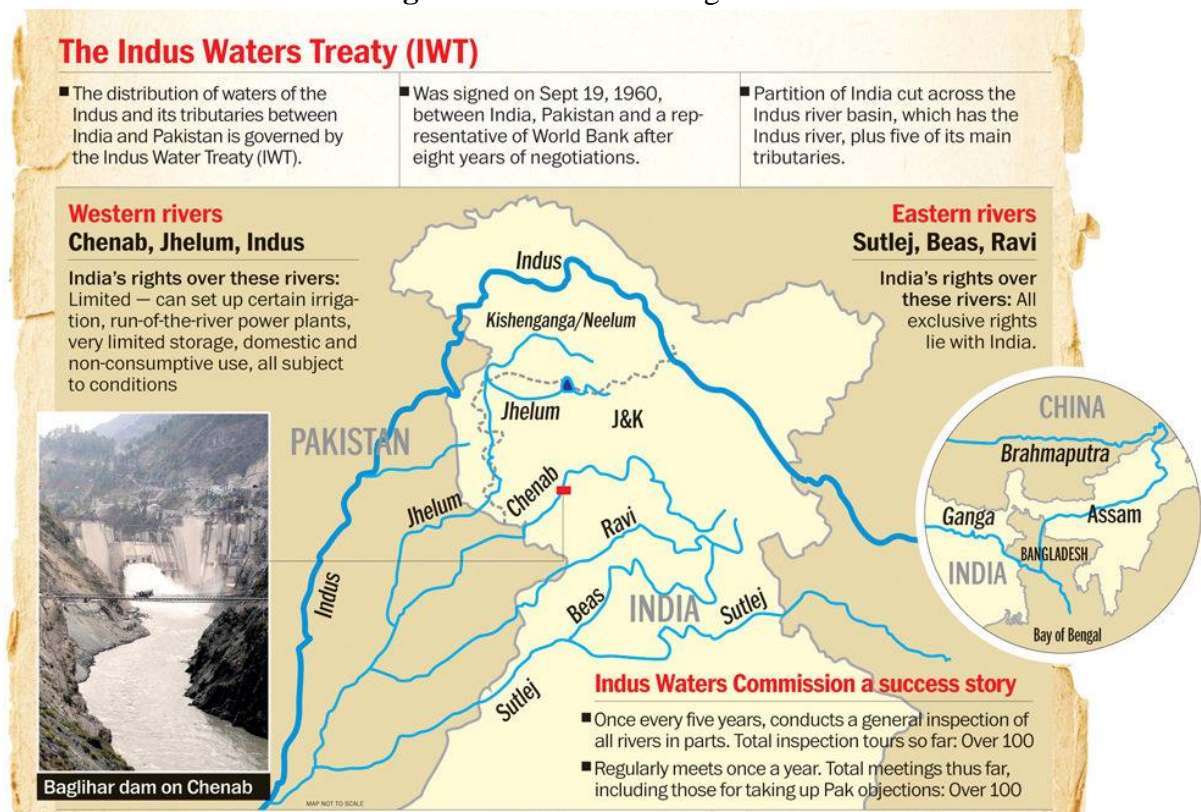
---

<sup>23</sup> Ver Indus Water Treaty, 1960. Disponível em: <<https://siteresources.worldbank.org/INTSOUTHASIA/Resources/223497-1105737253588/IndusWatersTreaty1960.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2019.

<sup>24</sup>“Utilização Equitativa” Art. 5 da Convenção das Nações Unidas sobre Usos Não-Navegacionais dos Cursos Internacionais da Água. Water Encyclopedia. Disponível em: <<http://www.waterencyclopedia.com/La-Mi/Law-International-Water.html>> Acesso em: 29 jul. 2019.



Figura 4 – Tratado das Águas do Indo



Fonte: South Asia Investor Review, 2018.

De acordo com a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), a atividade agrícola no Paquistão demanda cerca de 90% dos recursos hídricos oriundos da Bacia do Indo, logo, é necessário garantir o acesso e o controle da água. Contudo, o fato de se lidar com um rio internacional<sup>25</sup>, eleva este desafio a um contexto de disputa com a Índia. No Capítulo 2 serão descritos o contexto histórico e suas consequências para a dinâmica atual.

Mingst e Toft (2014) utilizam o conceito de poder natural<sup>26</sup> para tratar das características geográficas como fonte de poder político. Neste caso, o potencial de poder geográfico de um Estado é ampliado à medida que o espaço geográfico seja constituído de recursos naturais essenciais para o desenvolvimento e a segurança do Estado<sup>27</sup>. Além disso, “os Estados possuidores desses recursos naturais valiosos exercem poder sobre os que não têm” (MINGST; TOFT, 2014, p. 113).

<sup>25</sup> Isto é, rios que começam em um país e terminam em outro. Rios com estas características conduzem a uma distribuição desigual de água, fomentando disputas, não apenas entre Estados nacionais, mas também disputa intraestatal.

<sup>26</sup> Na visão dos autores, as fontes naturais de poder são advindas dos seguintes segmentos: geografia, recursos naturais e população.

<sup>27</sup> Ver “Princípios de Relações Internacionais” Karen Mingst e Ivan arrenguín-Toft (2014).

Friedman e Ferdika (2017) alertam que a água deve ser entendida como o componente essencial que ela é, em termos geopolíticos. Ter acesso e controle efetivo deste recurso promove uma posição estratégica ao Estado que o obtém, como projeção econômica, vantagem comercial e estabilidade doméstica, além de exercer superioridade diante de outros países, tendo em vista a natureza vital da água como recurso natural.

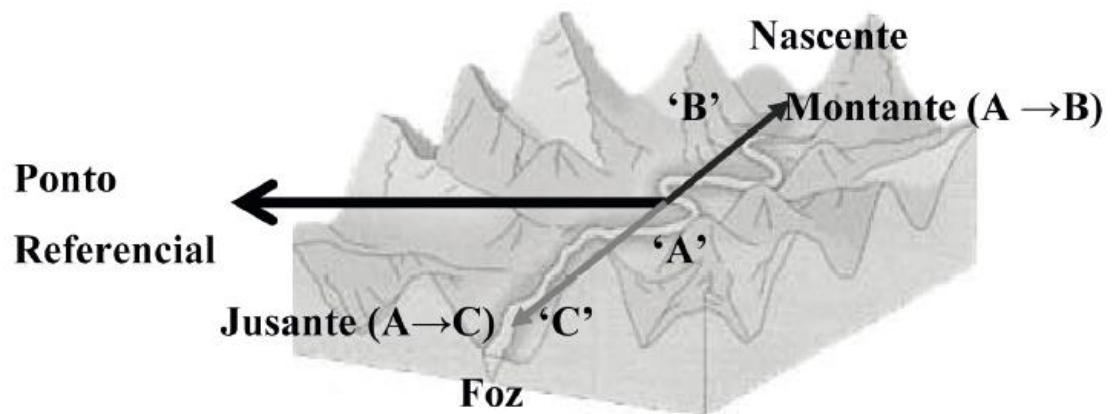
Nesse sentido, a disputa é acirrada à medida que este recurso seja escasso ou esteja sob domínio de outrem. De acordo com Kugelman (2009), a questão da segurança hídrica se apresentará como a principal problemática do sul da Ásia num futuro próximo, principalmente se esta pauta continuar sendo tratada sob o viés político-estratégico. O autor não descarta a possibilidade de haver guerra por água, principalmente entre Índia e Paquistão, devido à relação histórica baseada em disputas territoriais.

### 1.3.3 Geografia física

Nesse contexto, a posição geográfica dos atores que compartilham recursos hídricos, constitui um papel substancial para definir as pretensões dos Estados quanto ao uso da água. Queiroz (2012), destaca este fator como uma variável relevante, tendo em vista que é a localização geográfica dos Estados ribeirinhos em relação ao ambiente que os circunda, que condicionará possíveis vantagens ou desvantagens entre os atores em questão. Compreender esta variável significa entender a sinergia da geopolítica da água, ou seja, a dinâmica entre a posição geográfica e os recursos hídricos presentes em um determinado espaço, bem como a atuação destes Estados quanto ao controle e uso da água (QUEIROZ, 2012).

Segundo Berber (1959), os Estados ribeirinhos podem ocupar três posições geográficas possíveis: *upper* (superior), *lower* (baixa) e *middle* (média). Estes conceitos clássicos são importantes para o entendimento da geopolítica da água entre os Estados que compartilham os rios, uma vez que a posição relativa de cada Estado define as vantagens e/ou desvantagens quanto à influência que terá sobre a oferta da água (QUEIROZ, 2012). Sobre este assunto, Queiroz (2012), apresenta um esquema com um ponto referencial em relação à um determinado sistema hídrico transfronteiriço e o analisa quanto à sua relação com o fluxo de água para definir qual característica cada determinado Estado assume. Os pontos serão definidos, quanto à localização em relação ao fluxo de água, como se posicionando a “montante” ou a “jusante”. A Figura 5 exemplifica esta divisão:

**Figura 5** – Características físicas dos Estados ribeirinhos



Fonte: Queiroz (2012).

A partir da imagem acima, tendo o ponto “A” como referencial, o ponto “B” está localizado rio acima, ou seja, a montante; enquanto o ponto “C” está rio abaixo, ou seja, a jusante. Por meio desta ilustração, é possível concluir que, eventualmente, o ponto “C” (ou país C), será mais prejudicado por qualquer alteração ocasionada do curso da água desde a sua nascente. Em contrapartida, o ponto “B” (ou país B), é aquele que possui o controle do fluxo da água, fato que reitera a narrativa predominante de que, em um contexto de partilha de recursos hídricos, Estados posicionados a montante detém vantagens sobre aqueles a jusante (QUEIROZ, 2012).

Nota-se que a geografia é fundamental para compreender este impasse. Para Cohen (2009), a geografia é um elemento tático e estratégico, seja em termos políticos ou em sua característica mais básica de espaço geográfico, pois este se relaciona com a distribuição de recursos, pessoas e sistemas físicos, todos estes componentes de um Estado.

As estimativas de crescimento populacional, os altos níveis de industrialização, urbanização e os desafios das mudanças climáticas pressionam profundamente a demanda por água potável. O consumo advindo da energia, das fábricas e da produção de alimentos também estão associados à alta demanda por água doce. A disfunção entre oferta e demanda afeta não apenas o desenvolvimento socioeconômico dos Estados, mas também o abastecimento doméstico dos indivíduos.

### 1.3.4 “Water Wars”

Chellaney (2013) propõe o conceito de “*water wars*” (guerras pela água), ou seja, a crise hídrica apresenta riscos tão profundos à segurança dos Estados, que a disputa pelo uso da água está modificando as relações interestatais mundo afora. Nesse sentido, a geopolítica da água afetará em demasia sobretudo as relações entre Estados ribeirinhos que compartilham os rios internacionais:

A guerra pela água, como conceito, pode não se encaixar na construção convencional da guerra, especialmente para aqueles que visualizam a guerra com tanques, combatem aviões e atacam submarinos. No entanto, os exércitos não precisam necessariamente marchar para a batalha para capturar ou defender os recursos hídricos. As guerras pela água podem ser travadas e vencidas por meios não militares, como a reengenharia de fluxos transfronteiriços. Mas quando a força militar foi empregada por qualquer país no período pós-Segunda Guerra Mundial para alterar o mapa regional da água - independentemente de sua intenção ser aparente ou oculta - o plano foi concebido no mais alto nível político e o objetivo era a nascente - território de controle (CHELLANEY, 2013, p. xviii. TRADUÇÃO DA AUTORA)<sup>28</sup>.

Decerto, para batalhas não usuais, também existem meios não usuais de se travar uma guerra pela água. Sobre este assunto:

As guerras pela água, no entanto, podem ser travadas por vários meios - militares ou não militares - empregados abertamente ou secretamente. Uma forma de guerra pela água, por exemplo, é o uso de ferramentas de hidroengenharia para alterar os fluxos naturais em detrimento dos vizinhos a jusante e, ao mesmo tempo, ganhar força sobre seu comportamento. Os projetos de mega-barragens da China em suas fronteiras, por exemplo, provavelmente lhes darão controle sobre os fluxos transfronteiriços de rios que são essenciais para países como Cazaquistão, Rússia, Vietnã, Birmânia, Índia e Nepal (CHELLANEY, 2013, p. 47. TRADUÇÃO DA AUTORA)<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> No original: “Water war as a concept may not mesh with the conventional construct of warfare, especially for those who visualize war with tanks, combat planes, and attack submarines. Yet armies don’t necessarily have to march to battle to seize or defend water resources. Water wars can be waged and won by nonmilitary means, such as by reengineering transboundary flows. But when military force has been employed by any country in the post-World War II period to change the regional water map – irrespective of whether its intent was apparent or hidden – the plan was conceived at the highest political level and the target was headwaters-controlling territory” (CHELLANEY, 2013, p. xviii).

<sup>29</sup> No original: “Water wars, however, can be waged by various means – military or nonmilitary – employed either overtly or covertly. One form of water war, for example, is the use of hydroengineering tools to change natural flows to the detriment of downstream neighbors while at the same time gaining leverage over their behavior. China’s megadam projects in its borderlands, for example, will likely give it control over the transboundary flows of rivers that are lifeblood for countries such as Kazakhstan, Russia, Vietnam, Burma, India, and Nepal”.

Dado isso, pode-se afirmar que as guerras pela água entre vizinhos ribeirinhos já são uma realidade em diversas regiões. As disputas que envolvem o território do Tibete, Colinas de Golan e Caxemira, por exemplo, possuem em comum sua localização estratégica, situados em fortalezas naturais abundantes em água doce, e bastante desafiadas por movimentos separatistas e disputas territoriais entre Estados vizinhos (CHELLANEY, 2013).

Nestes casos, seja em termos políticos, diplomáticos ou econômicos, há uma guerra pela água em curso, por meio de construção de barragens, represas e hidrelétricas, ou simplesmente a negação dos dados sobre os níveis dos rios, sobretudo no período das monções, onde há o risco iminente de inundação.

Estima-se que mais da metade das 50.000 grandes barragens do mundo estejam presentes no continente asiático<sup>30</sup>. Segundo Chellaney (2019), o aumento das construções de megaestruturas em barragens intensifica as disputas regionais e internacionais sobre os recursos hídricos compartilhados, uma vez que uma das maneiras mais eficazes de controlar o fluxo dos rios é por meio das barragens. Atualmente, a China é o ator internacional mais expoente quando se trata de controle de recursos hídricos.

A anexação do Platô Tibetano pela China, região abastada em água doce, é onde estão localizadas as nascentes de 18 rios que fluem para os territórios a jusante, inclusive a nascente do Rio Indo. Nesse sentido, a construção de barragens e demais estruturas que facilitam o desvio de água, corrobora o argumento de que as iniciativas em infraestrutura nos rios, concede a estes países a capacidade de utilizar a água como arma política. Nota-se que a possibilidade de empreender estas megaestruturas é auxiliada pela condição geográfica, ou seja, pelo caráter de *upper-riparian state*, seja da China para com a Índia, seja da Índia para com o Paquistão<sup>31</sup>.

Klare (2001) observa a Caxemira como um território vital devido à presença de recursos hídricos, logo, o controle deste espaço é visto como um instrumento geoestratégico e geopolítico para a Índia, na sua posição a montante e uma questão de segurança nacional, ou até mesmo de sobrevivência para o Paquistão, localizado a jusante. Este cenário, associado às divergências acerca das fronteiras políticas da Caxemira, possui implicações geopolíticas para

---

<sup>30</sup> Ver “China is weaponizing water and worsening droughts in Asia” Nikkei Asia Review, 2019. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Opinion/China-is-weaponizing-water-and-worsening-droughts-in-Asia> Acesso em: 15 jan. 2020.

<sup>31</sup> A saber: China e Índia possuem um litígio quanto ao uso do Rio Brahmaputra, que envolve a disputa pelo Tibete. Ao aumentar o controle sobre os recursos hídricos transfronteiriços por meio de estruturas de hidroengenharia, a China conduz seu vizinho ribeirinho a um jogo geopolítico bastante sensível e de alto risco (CHELLANEY, 2019). No entanto, não é o objetivo deste trabalho se desdobrar sobre a disputa entre China e Índia sobre os recursos hídricos, nem mesmo comparar a capacidade financeira da China de construir estas megaestruturas com as da Índia. Trata-se apenas de um exemplo de como a água é instrumentalizada para fins políticos e, muitas vezes, ofuscada por disputas territoriais.

o futuro da distribuição das águas da Bacia do Indo. Assim, nota-se uma característica primordial sobre os rios internacionais: este elemento é fonte de conflito, e este fato é ofuscado por questões secundárias.

Ainda que a temática hídrica transcenda as pautas convencionais sobre segurança internacional<sup>32</sup>, a disputa pelo controle deste recurso implica sérios riscos políticos e militares para os Estados-nacionais. Significa dizer que, ainda que para ganhar a guerra pela água não seja necessário tomar decisões no âmbito militar, não se descarta o seu uso (CHELLANEY, 2013). Certamente, a decisão de escalada do conflito depende de diversos fatores, como o próprio poderio militar, o poder político e o poder econômico dos atores envolvidos.

Para Klare (2001), recursos são aspectos tangíveis que podem ser colocados em risco, seja por instabilidade doméstica ou por tensões políticas externas, logo, requerem proteção efetiva. Dessa forma, sanções diplomáticas e econômicas podem até provocar o efeito esperado, mas apenas o poder militar pode garantir a continuidade do fluxo de água – e outros recursos cruciais – em tempos de guerra. Nesse sentido, cabe retomar a perspectiva realista sobre o sistema internacional, sendo o sistema movido pela constante busca pelo poder, os Estados devem sempre se preparar para a guerra. Além disso, ainda que as guerras convencionais<sup>33</sup> não sejam tão comuns tal qual no último século, não significa dizer que não acontecerão novamente.

Mirza (2016) infere que, geralmente, os conflitos pela água estão ligados a questões políticas, étnicas, identitárias e até mesmo divergências de natureza religiosa. Por conta disso, não é comum encontrar na literatura afirmações sobre a existência de guerras travadas exclusivamente por recursos hídricos. Trata-se de um *gap* acadêmico pois, ao longo dos anos, a água como recurso natural estratégico tem sido negligenciada e abordada como um assunto de “*low politics*” (baixa política).

Contudo, a relevância geopolítica dos recursos naturais de uma área, suplanta a questão puramente territorial. No que se refere à água, quando se tem um espaço disputado que constitui as nascentes de rios, ou seja, o controle deste recurso, associado à crescente demanda nacional e internacional por este elemento, é possível afirmar que os conflitos territoriais possuem vínculos arraigados com os recursos naturais (CHELLANEY, 2013).

---

<sup>32</sup> Ver: Richard Ullman, *Redefining Security* (1983). Neste artigo, o autor inclui variáveis para analisar a segurança estatal e as definições de ameaça, na tentativa de ampliar o leque dos estudos de segurança. No contexto da Guerra Fria, os estudos de segurança estavam pautados em assuntos puramente militares. Nesse sentido, Ullman (1983) aborda as ameaças em termos políticos, sociais, econômicos, ambientais – e militares – no qual o resultado dessa junção de fatores seria a segurança nacional. Todavia, cabe ressaltar que nesta perspectiva, o Estado continua sendo o ator principal das relações internacionais, a tentativa acadêmica do autor se debruça apenas sobre ampliar o leque de ameaças conferidas à segurança do Estado.

<sup>33</sup> Como guerras convencionais, entende-se os conflitos que seguem o modelo proposto por Clausewitz (1832).

A base da crescente ameaça de guerra pela água é vista como uma narrativa clássica de segurança, ou seja, o esforço de um Estado ao investir em “hidro-engenharias” causa insegurança hídrica<sup>34</sup> no Estado fronteiriço. Este tipo de empreendimento, do ponto de vista das guerras pela água, sinalizam ameaça de abastecimento para um país, que pode ser refletida na segurança alimentar<sup>35</sup> e no desenvolvimento econômico, fatos que impulsionam conflitos regionais.

A escassez hídrica<sup>36</sup> já é uma realidade em diversos países, sobretudo no continente asiático (CHELLANEY, 2013), cuja região representa aproximadamente 30% da população global<sup>37</sup>. Índia e Paquistão estão entre os 17 países que enfrentam um alto nível de estresse hídrico, fato que tende a aumentar, uma vez que as estimativas apontam que a demanda por água deve dobrar até a próxima década<sup>38</sup>. Os dados corroboram a ideia de que é crucial discutir a temática hídrica com prioridade na agenda internacional, principalmente quando este recurso desempenha um papel de fomentar disputas territoriais e causar fricções geopolíticas.

Assim, observa-se que as variáveis que mais contribuem para o tensionamento de conflitos envolvem os rios internacionais, a localização geográfica dos recursos naturais e o fato de se lidar com Estados fronteiriços. Nota-se como os atributos geográficos são centrais e fomentadores para a geração do conflito. A posição da Índia, por exemplo, a montante do rio, imbuída do exercício da soberania sobre Jammu e Caxemira, onde se localizam as nascentes dos principais rios que fluem e abastecem o Paquistão, revela um alto potencial de conflito.

Em casos onde há a presença de instrumentos físicos de controle, como barragens construídas pelo Estado que detém o controle do maior fluxo de águas, e impeça outro Estado de ser abastecido por sua parcela legítima de água, o potencial de conflito não é apenas alto,

---

<sup>34</sup> “Water insecurity” can be expressed in terms of availability, reliability, and quality. (SINHA, 2016, p. 34).

<sup>35</sup> De acordo com a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), segurança alimentar consiste em “acesso adequado aos alimentos, tanto em qualidade como em quantidade”. Disponível em: <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>. Acesso em: 18 jan. 2020.

<sup>36</sup> De acordo com a UN Global Compact Initiative, a CEO Water Mandate e a WWF, a escassez de água é um indicador que reflete um problema com a disponibilidade de água, onde existe a relação entre a proporção do consumo de água *versus* os recursos hídricos de uma determinada área. Já a disponibilidade, a qualidade e a acessibilidade são outros componentes que formam o estresse hídrico, a partir de condições específicas. Os termos escassez e estresse hídrico demonstram os riscos devido às condições de determinada Bacia. O estresse hídrico ocorre quando a disponibilidade de água per capita for abaixo de 1.700 metros cúbicos por ano, enquanto a escassez hídrica se refere uma disponibilidade anual de água abaixo de 1.000 metros cúbicos (CHELLANEY, 2013).

<sup>37</sup> De acordo com o relatório emitido pela Organização das Nações Unidas, intitulado “*World Population Prospects 2019*”, as duas regiões mais populosas do mundo em 2019 são a Ásia Oriental e o Sudeste da Ásia, com 2,3 bilhões de pessoas, o que representa 30% da população global, e a Ásia Central e o Sul da Ásia, com 2,0 bilhões de pessoas. Disponível em: < [https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019\\_Highlights.pdf](https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf) > Acesso em: 10 jan. 2020.

<sup>38</sup> Ver: *Acqueduct Water Risks Atlas; Acqueduct Country Rankings* (2019). Disponível em: < <https://www.wri.org/applications/aqueduct/country-rankings/> > Acesso em: 10 jan. 2020.

mas inevitável (MIRZA, 2016). Em 1948, no contexto da primeira guerra entre Índia e Paquistão, Nova Délhi, por ser um “*upper riparian state*” e deter os instrumentos necessários, interrompeu o fluxo dos rios para Islamabad, como forma de render o rival.

Chellaney (2013) aponta que a água pode ser usada como arma política, ou seja, em momentos em que o conflito alcança níveis elevados, os Estados instrumentalizam este recurso vital como uma arma para ameaçar o inimigo a distender em seu favor. O exemplo supracitado é apenas uma de diversas vezes em que a Índia, devido à sua condição geográfica, afrontou o Paquistão para obter os resultados desejados.

Dessa forma, o sentimento de desconfiança é fortalecido, ao passo que os Estados competem pela apropriação dos recursos hídricos advindos dos rios internacionais, por meio da construção de canais de irrigação, reservas, barragens e outras estruturas hidropolíticas que dificultam a resolução em torno de uma questão vital:

Geopoliticamente, assim como no último século o petróleo desempenhou um papel determinante na ascensão e declínio dos Estados, então a ascensão e queda dos poderes neste século pode ser influenciado pela água. Da mesma forma que o petróleo moldou a geopolítica internacional no século XX, a batalha por água está configurada para definir várias relações interestatais neste século, e para aumentar o risco de que as guerras silenciosas pela água possam esquentar. Na verdade, guerras pela água podem ter travadas e vencidas sem disparar um tiro sequer, apenas construindo uma infraestrutura de hidroengenharia a montante para comandar os recursos compartilhados (CHELLANEY, 2013, p. 6).<sup>39</sup>

Contudo, apesar de comparar ligeiramente a relevância do petróleo e da água nas relações internacionais de forma estratégica, é salutar afirmar que não se trata de recursos naturais que devem ser analisados sob os mesmos parâmetros. Conforme mencionado anteriormente, a peculiaridade da água consiste na sua forma insubstituível, seja para o homem, seja para o meio ambiente, ou para a indústria: “ao contrário do petróleo – dependência que pode ser reduzida por meio do uso de outras fontes de energia, ou substituição para outros meios de geração de eletricidade – a água não possui substitutos conhecidos” (CHELLANEY, 2013, p.6)<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> No original: “Geopolitically, just as oil in the last century played a role in determining the ascent or decline of states, so the rise and fall of powers in this century could be influenced by water. In the way oil shaped international geopolitics in the twentieth century, the struggle for water is set to define many interstate relationships in this century and to increase the risk that today’s silent water wars may heat up. In truth, water wars can be fought and won without firing a single shot – by quietly building an upstream hydroengineering infrastructure to commandeer shared resources”.

<sup>40</sup> No original: “but unlike oil – dependence on which can be reduced by either tapping other sources of energy or switching to other means of generating electricity – water has no known substitutes”



### 1.3.5 “Resource Wars”

A perspectiva de Klare (2001) sobre “*resource wars*<sup>41</sup>” propõe uma base bastante sólida para a compreensão do estudo de caso deste trabalho. Ao longo da história, disputas para ter o acesso e o controle de recursos naturais tem sido o principal motivo de tensões e conflitos internacionais. No que se refere à água como recurso natural, Hurts (1956) corrobora este argumento “embora exista uma considerável rivalidade entre as nações pela posse de coisas como petróleo, gás e urânio, a rivalidade mais perigosa entre os países pode ser a posse de água, um dos elementos sem os quais o homem não pode existir<sup>42</sup>” (HURTS, C. K. 1956, apud MIRZA, 2016, p. 12. TRADUÇÃO DA AUTORA).

Chellaney (2013) endossa esta narrativa ao afirmar que ter acesso a recursos naturais foi, ao longo da história, o maior condutor de intervenções armadas, sobretudo durante as conquistas coloniais europeias no continente asiático, africano e americano nos séculos XIX e XX. A prática mercantilista, predominante na época, presumia o estabelecimento do sistema colonial, de modo que fornecesse materiais e especiarias para suprir as necessidades da metrópole. Um exemplo mais recente sobre intervenção por recursos naturais é o caso da invasão dos Estados Unidos ao Iraque (2003), no qual o autor afirma ter sido impulsionada pelo interesse de controlar as reservas de petróleo, em vez de propagar os princípios libertários.

Ao assumir a perspectiva da geopolítica dos recursos naturais, torna-se evidente a dinâmica competitiva do sistema internacional pelo controle dessas reservas. Controlar recursos naturais significa reduzir a dependência de abastecimento de um bem vital para um Estado, seja para o consumo seja para sua pujança econômico-industrial (KLARE, 2001). Assim, tem-se a perspectiva econômica dos recursos naturais, tendo em vista que são vistos como fonte de poder econômico e fomentadores do desenvolvimento socioeconômico do país, dado que reflete, em última instância, pautas de interesse e segurança nacional. O autor aponta os riscos da disfunção entre demanda e oferta quando se trata de recursos naturais, uma vez que a maioria destes elementos é finita na natureza.

No caso do petróleo, a escassez conduz a um aumento no preço da commodity e, em outros cenários, há a substituição pelos recursos renováveis para a geração de energia. Contudo, quando se trata da água doce, não há substitutos, logo, espera-se a emergência e/ou agravamento

---

<sup>41</sup> “Conflicts that revolve, to a significant degree, over the pursuit or possession of critical materials” (KLARE, 2001, p. 25)

<sup>42</sup> No original: “Although there is considerable rivalry among nations over the possession of such things as oil, gas and uranium, the most dangerous rivalry between countries can be for the possession of water, one of the elements without which man cannot exist”.

de conflitos entre Estados pelo acesso a este recurso vital. Para corroborar esta afirmação, Klare (2001) assume que o risco de conflito por recursos naturais é alarmante devido ao fato de muitos recursos vitais serem geograficamente compartilhados com dois ou mais Estados. É uma realidade desfavorável na concepção estatal, uma vez que a preferência primordial é abarcar todo o acesso sobre suas próprias fronteiras, ou seja, exercer soberania incontestável:

A demanda por água está ultrapassando rapidamente o suprimento existente. Como as principais fontes de água nessa área são compartilhadas por dois ou mais países e como os estados envolvidos raramente concordaram em procedimentos para dividir o suprimento disponível, as disputas sobre o acesso aos recursos contestados se tornarão cada vez mais acaloradas e controversas (KLARE, 2001, p. 139. TRADUÇÃO DA AUTORA)<sup>43</sup>.

Com o crescimento populacional, as sociedades necessitam de maior volume de água tanto para o consumo diário, como para a produção de alimentos na indústria, o que aumenta os níveis de irrigação. Klare (2001) aponta como um fator complicador o fato de as taxas de crescimento demográfico serem observadas de maneira concentrada em regiões específicas, como o Norte da África, o Oriente Médio e o Sul da Ásia, onde o fornecimento de água já é inadequado para diversas atividades.

Apesar da perspectiva conflituosa apontada por Klare (2001), cabe ressaltar que a guerra pelos recursos naturais em um cenário de escassez não é inevitável por completo. Isto porque, em áreas onde prelavem boas relações exteriores e os países possuem o histórico de resolver os litígios de maneira pacífica, as disputas por fonte de água doce podem se desobrar em negociações de tratados, em vez de violência. Porém, as disputas mais arriscadas estão presentes em regiões onde as relações interestatais são historicamente desgastadas tanto por outros campos de disputa, como por conflitos por água preexistentes: “nessas áreas, a escassez futura provavelmente inflamará as tensões locais e aumentará o risco de guerra – especialmente se uma parte na disputa acredita que a outra está apropriando mais do que lhe é legítimo no compartilhamento de água<sup>44</sup>” (KLARE, 2001, p. 140. TRADUÇÃO DA AUTORA).

Gleick (1993), um dos estudiosos pioneiros no campo dos estudos sobre a água, identifica três categorias, baseadas em exemplos históricos, nas quais podem se desenvolver guerras pela água, são eles: recurso hídrico como objetivo político e militar; sistema de recurso

---

<sup>43</sup> No original: “The demand for water is rapidly overtaking the existing supply. Because many key sources of water in this area are shared by two or more countries and because the states involved have rarely agreed on procedures for dividing up the available supply, disputes over access to contested resources will become increasingly heated and contentious”.

<sup>44</sup> No original: “In these áreas, future shortages are likely to inflame local tensions and increase the risk of war – especially if one party to a dispute believes that another is appropriating more than its rightful share of water”.

hídrico como instrumento de guerra; e a relação entre outros tipos de conflito com o desenvolvimento, tal qual a construção de barragens e as consequências geopolíticas desta infraestrutura. Ainda que nos exemplos propostos por Gleick (1993) a escassez hídrica não se apresente como a questão principal do conflito, esta se configura como um dos pontos mais sensíveis do conflito.

Dessa forma, há uma pressão competitiva no sul da Ásia quanto ao uso e distribuição dos recursos hídricos dos rios que fluem por regiões contestadas. Tem-se um recurso natural que é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico dos Estados envolvidos e, portanto, a água se torna um elemento dinamizador das relações geopolíticas regionais. O Terceiro Polo dá origem a dois rios cruciais para o abastecimento dos países que mais crescem no mundo, como China e Índia, e também para o Paquistão, todos possuidores de armamento nuclear. Tais instrumentos demonstram uma diplomacia coercitiva não usual, com o objetivo de utilizar a água como barganha geopolítica.

## **CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA GEOPOLÍTICA DA ÁGUA NO SUBCONTINENTE**

### **2.1 Da Companhia Britânica das Índias Orientais ao Império Britânico**

A saída dos britânicos do subcontinente indiano culminou na partição da Índia Britânica em dois novos Estados-nacionais, a Índia e o Paquistão. O ano de 1947 foi um marco para o contexto geopolítico do sul da Ásia, uma vez que o processo de retirada e transferência de poder envolveu a integração de províncias e principados que não possuíam soberania formal à época do Império (HAINES, 2017). Dessa forma, a proposta deste capítulo é descrever como se formou este cenário conflituoso. Pretende-se demonstrar que a disputa territorial pela Caxemira definiu ao longo do tempo as condições para a disputa hídrica acerca da Bacia do Indo. Ademais, será reservada uma seção para apresentar a relevância da China neste contexto, uma vez que possui soberania sobre a foz dos principais rios que fluem para o subcontinente.

A colonização britânica no subcontinente se deu por meio do empreendimento privado conhecido como Companhia Britânica das Índias Orientais (1600-1857). Trata-se de uma das várias iniciativas europeias que desejavam explorar as riquezas do Oriente. A Companhia foi instituída em 1600, com a chancela da Coroa Britânica, que concedeu o monopólio do comércio desta empresa por toda a rota que constituía as “Índias Orientais” (GUIMARÃES, 2010). A princípio, o objetivo da Companhia era apenas comercializar com o subcontinente, sobretudo no setor de especiarias (METCALF; METCALF, 2006).

À época da chegada da Companhia, o subcontinente ainda era governado pelo Império Mogol (1526-1857 d.C.) e, cabe ressaltar, do ponto de vista da Companhia, ainda não havia o pensamento de conquista. Para a elite Mogol, a chegada da Companhia significou apenas mais um ator econômico para equilibrar a predominância de outros comerciantes europeus, como portugueses e holandeses que haviam se estabelecido anteriormente. Em suma, o objetivo do Imperador era usufruir das oportunidades econômicas oferecidas por estas empresas.

Ao longo do século XVII, a Companhia Britânica das Índias Orientais conseguiu propiciar ao Reino Unido um comércio seguro e extremamente rentável (METCALF; METCALF, 2006), isto porque a demanda britânica por produtos advindos do subcontinente começou a alcançar níveis bastante elevados, principalmente no setor de corantes e têxteis. Uma vez que as exportações indianas se tornavam cada vez mais lucrativas, o Imperador Mogol decidiu por institucionalizar estas transações. Foi a partir deste acordo que os britânicos tiveram

o direito de estabelecer “fábricas”<sup>45</sup> em alguns portos do subcontinente, com localização definida pelo governante.

Tamanha fora a demanda externa pelos produtos indianos, que as estimativas revelam a geração de 80.000 empregos, sobretudo no setor de tecelagem. Até a consolidação da supremacia econômica dos britânicos, a dinâmica de concorrência entre as Companhias europeias situadas no subcontinente provocou um retorno substancial para os trabalhadores indianos. O momento favorável conduziu a diversos acordos, entre o Imperador e a Companhia, como preferência comercial e redução de taxas e impostos (METCALF; METCALF, 2006).

Por volta de 1660, quando o Império Mogol demonstrou os primeiros sinais de queda, as “fábricas” britânicas começaram a sofrer ataques da população, revelando a insatisfação com as problemáticas domésticas. Tendo em vista que as “fábricas” representavam alto investimento financeiro, a Companhia Britânica das Índias Orientais passou a defender suas posses com o braço armado. Naturalmente, ao sinalizar a militarização do empreendimento, houve resistência por parte do Imperador e, conseqüentemente, houve confronto com as autoridades locais. No entanto, cabe ressaltar que nas províncias nas quais o comércio se manteve lucrativo e, sobretudo onde as pessoas conseguiram manter seus empregos, a presença da Companhia fora defendida (METCALF; METCALF, 2006).

Em que pese a Companhia ter adentrado no subcontinente com objetivos econômicos, sem inicialmente demonstrar interesse político de conquista territorial, a partir de 1765, é possível identificar alguns desdobramentos nesse sentido: “em 1765 a Companhia Britânica recebeu do Imperador Mogol, a quem havia derrotado um ano antes na Batalha de Buxar, o título de imperial *diwani* de Bengala, tornando-se, assim, governante deste vasto e rico território no nordeste da Índia” (GUIMARÃES, 2010, p. 51).

O controle sobre Bengala foi o primeiro passo para que a Companhia conquistasse todo o subcontinente indiano. Com as preferências instituídas pelo Imperador, a robustez econômica e estrutural concedida pela própria Coroa Britânica, a Companhia conseguiu suplantar as demais empresas europeias ali presentes. A instabilidade política e econômica levou à derrocada do Imperador Mogol e, com isso, a Companhia Britânica das Índias Orientais passou a ser o poder estrangeiro dominante no subcontinente, sujeitando os demais poderes locais (GUIMARÃES, 2010). Para os britânicos, a Companhia era diferente de outras grandes empresas criadas neste mesmo período, conforme aponta Guimarães: “sua especificidade

---

<sup>45</sup> “Essas ‘fábricas’ não eram – em contraste com nosso uso atual – locais de fabricação, mas sim armazéns onde as mercadorias eram coletadas por agentes residentes, até que pudessem ser carregadas a bordo do navio. (METCALF; METCALF, 2006, p. 47. TRADUÇÃO DA AUTORA).

advém do fato de ela ter exercido, entre 1765-1857, o papel de governante de uma vasta e rica região em nome da Coroa inglesa” (GUIMARÃES, 2010, p. 51).

Na perspectiva de Guimarães (2010), a Companhia passou de mera comerciante a governante, inicialmente de Bengala e regiões próximas e, logo após, de todo o subcontinente. O “governo da companhia” tomou, então, a lei britânica para os residentes das províncias sob seu controle e instituiu redução do gasto público, bem como passaram a utilizar o fundo do Tesouro para adquirir mercadorias importadas para depois serem exportadas para a Grã-Bretanha. Além disso, a coleta de impostos ficou sob a responsabilidade dos britânicos, e o uso da força era um instrumento comum aos indianos que se opusessem à Companhia.

Nota-se que por meio de um empreendimento econômico, a Coroa – que apoiou a atuação da Companhia ao longo dos anos – utilizou de tais ações monetárias e tributárias para integrar a Índia ao seu espaço econômico e político. Nesse sentido, Guimarães (2010) afirma: “A centralização do poder britânico na Índia se fará acompanhar da afirmação da capacidade de dominação interna da companhia com a definição da rúpia que traz o seu nome a face de seu rei como a moeda válida em todos os territórios que ela reivindica por direito como britânicos” (GUIMARÃES, 2010, p. 165).

Dessa forma, em 1857, a Coroa estabelece o Império Britânico no subcontinente. Trata-se de um processo lento e gradual, que fora facilitado devido à fragmentação do vasto Império Mogol<sup>46</sup> e pela instauração de um regime mercantilista e escravocrata disseminado pela Companhia Britânica das Índias Orientais, fomentado pela Coroa Britânica.

## **2.2 Principais características do Império Britânico no subcontinente**

O gabinete britânico – agora poder político – instaurado no subcontinente, pouco sabia sobre os costumes na Índia, sequer sobre a vastidão cultural, como os idiomas. Tamanho “choque cultural” fez com que a Coroa optasse por rejeitar a implementação do modelo britânico de organização sociopolítica na Índia e instituísse um sistema específico de governo. Dessa forma, tem-se que o gabinete renunciou a uma das principais premissas do colonialismo, que era o

---

<sup>46</sup> Um dos motivos da derrocada do Império Mogol pode ser associado à vasta extensão territorial da Índia àquele momento. Isto porque os mogols não conseguiam manter uma administração estável que unisse tanto a vastidão territorial, como o caldeirão étnico, cultural e religioso, provocando sentimento de não reconhecimento e fragilidade institucional aos administradores. A literatura afirma que coletadores de impostos passaram a roubar do Imperador e, com este dinheiro, podiam contratar mercenários para atuarem contra seu governante. Estes grupos armados paralelos enfraqueceram o poder político do governo central. Aos poucos o Imperador foi perdendo o monopólio da força, que é o que definia o poder naquele momento. A impossibilidade de manter o Império Mogol devido à tamanha fragmentação, facilitou a dominação britânica no subcontinente.

estabelecimento de seu próprio sistema de governo (METCALF; METCALF, 2006). Portanto, os britânicos usaram os costumes locais, bem como a própria organização em castas<sup>47</sup>, a seu favor, entendendo que seria inviável a imposição de uma estrutura governamental e social pautada nos moldes europeus, o que era completamente distante da organização social milenar indiana.

As províncias foram categorizadas como estados provinciais e principados, sendo que a própria Coroa concebeu alianças com os principados locais, sobretudo em regiões com sentimento nacional exacerbado, seguindo, assim, a ideia de não confrontar de forma tão imediata e profunda a cultura tão enraizada da população. A Caxemira, por exemplo, durante a colonização, fora considerada um principado e, por isso, detinha autonomia na governança local, ao passo que os estados provinciais respondiam diretamente à Coroa (METCALF; METCALF, 2006).

Dentre as diversas comunidades, seja em termos étnico-culturais ou religiosos, que compunham a população indiana, a parcela muçulmana provocou certa desconfiança nos britânicos<sup>48</sup>. A população muçulmana era vista como fanática e radical e, não obstante, a Coroa temia que este grupo restaurasse o domínio islâmico no subcontinente, colocando em xeque seu poder de Império (METCALF; METCALF, 2006)<sup>49</sup>. Este receio gerou uma certa marginalização dos muçulmanos por parte dos britânicos, fato este que pode ter sido uma das grandes falhas da colonização. Isto porque, uma vez que esta comunidade ficou alienada das decisões políticas e sociais, foi alimentado um sentimento de não representatividade e, conseqüentemente, um forte sentimento nacionalista que mais tarde daria fundamento para a teoria das duas nações<sup>50</sup>. De acordo com Majid, Hamid, Habib (2014), os muçulmanos estavam em um estágio de agonia nas mãos dos hindus e dos britânicos.

---

<sup>47</sup> No primeiro momento as castas delimitavam a função social de cada indivíduo. Foi com a chegada dos britânicos que se constrói uma discriminação socioeconômica, com raízes que parecem simplórias, como definição de quem poderia trabalhar com os britânicos ou não. Porém, esta segmentação foi ampliada para níveis mais elevados de discriminação e desigualdade social.

<sup>48</sup> De acordo com o censo emitido pelo Ministério de Assuntos Internos do Governo da Índia, em 2001, a religião Hindu representa 80,5% da população da população indiana, seguida dos muçulmanos, com 13,4% de sua população. Em terceiro lugar encontram-se os cristãos, cerca de 2,3%, os sikh compondo 1,9% da população, budistas com 0,80% e os jainistas, com 0,4%. Disponível em: [https://censusindia.gov.in/Census\\_and\\_You/religion.aspx](https://censusindia.gov.in/Census_and_You/religion.aspx) Acesso em: 17 nov. 2020.

<sup>49</sup> Um dos imperadores do Império Mogol, o último antes dos britânicos, era muçulmano e considerado autoritário pela literatura. Pregava pela exclusão dos hindus na corte e buscava islamizar todas as regiões que eram conquistadas durante o Império.

<sup>50</sup> Teoria preconizada por Muhammad Ali Jinnah, conhecido como o pai do Paquistão. Segundo esta perspectiva, os muçulmanos que residiam na Índia não poderiam conviver com os hindus devido à disparidade não apenas religiosa, mas de costumes, valores e modo de vida. Em suma, a premissa da teoria das duas nações era galgar a independência de dois novos Estados soberanos, após um grande movimento para a retirada da Grã-Bretanha: o Paquistão e a Índia. (MAJID; HAMID; HABIB, 2014).

No que se refere ao modelo econômico imposto pela Coroa, não diferiu do modelo colonial tradicional, ou seja, os britânicos exploravam a matéria-prima indiana, sobretudo no setor têxtil, e exportavam os derivados destes produtos. Em suma, a metrópole importava o algodão, por exemplo, por ser um insumo mais barato, fabricava tecidos, roupas e derivados deste insumo e revendia com o valor agregado, seja para a própria colônia, seja para exportação para outros países.

### **2.3 Movimento de Independência e a construção da disputa geopolítica**

A construção do processo de independência foi consequência do acúmulo de insatisfação da população, tanto pela maioria hindu, como também pela comunidade muçulmana. A exploração econômica, a utilização das castas<sup>51</sup> como instrumento de discriminação e segmentação socioeconômica, a marginalização dos muçulmanos em detrimento dos hindus, são alguns exemplos das ações praticadas pela Coroa que foram se desgastando ao longo dos anos, gerando uma reação negativa tanto nas massas como nas elites. A seguir, serão destacados os principais momentos históricos que culminaram na independência da Índia Britânica.

Em 1885, tem-se a criação do Congresso Nacional Indiano, fato que se confunde com a história de independência da Índia. Cabe mencionar que além de um movimento político libertário, pautado em ideais contrários à subjugação de um poderio externo, a instauração do Congresso Nacional também foi um movimento com o intuito de reacender o sentimento de uma nação<sup>52</sup>, no caso, a nação indiana (SITARAMAYYA, 1935). Acerca disso: “Esta

---

<sup>51</sup> A origem do sistema de castas é um tanto quanto aberta na literatura. No entanto, o que se tem registrado é que foi criado aproximadamente entre 1500-1600 a.C, logo após a Invasão Ariana no subcontinente. Foram os arianos quem levaram uma cultura de divisão social à Índia Britânica. Contudo, cabe ressaltar que o sistema de castas não define riqueza, mas, sim, sua função social, tal qual uma divisão de trabalho. A proposta é organizar os grupos de modo que se separasse de acordo com sua função na sociedade. Contudo, com a chegada dos britânicos, há a segmentação pautada na situação econômica de cada indivíduo. Por conta disso, tem-se, por exemplo, a privação de espaços para pessoas consideradas de “baixa casta”. Decerto, tamanha desigualdade contribuiu para a derrocada do Império Britânico no subcontinente.

<sup>52</sup> “Comunidade histórica de cultura, fundada numa história comum, em afinidade de espírito e instituições, e num sentimento de destino comum (Jorge Miranda). Conceito extremamente fluído, embora coincida com a única expressão jurídica susceptível de o encarnar, o Estado, não se pode confundir com este. Nem todas as nações se constituíram em Estados (é o caso da nação curda), do mesmo modo que há Estados com várias nações (foi o caso da ex-União Soviética; é o caso da China ou da Espanha). Pode englobar uma série de Estados que reivindicam a mesma herança e a mesma cultura (nação árabe) e pode traduzir duas ou mais entidades colocadas sob o controle de uma autoridade única (Áustria-Hungria antes de 1914). O Estado, não raras vezes, precedeu a nação, como aconteceu com os EUA e muitos dos países da América Latina, África e Ásia. Com a Revolução Francesa, a nação foi identificada com o povo. O termo é habitualmente usado para designar um conjunto de pessoas ligadas entre si por uma língua, usos e costumes comuns – aquilo a que muitos chamam a comunidade nacional. Nesta acepção, falar de nação é falar de algo que pode existir antes do Estado e mesmo fora de qualquer Estado. No entanto, o conceito pode também querer designar uma realidade criada a partir do Estado e cuja afirmação é feita pela ação continuada do poder político, que visa a união de todas as pessoas que estejam sob a alçada desse mesmo poder.



continuidade com o período colonial anterior foi desconfortável para uma sociedade que vivenciava mudanças em todas as dimensões da vida social, política e cultural, embora cada vez mais convencida de que o domínio imperial não favorecia os interesses da Índia” (METCALF; METCALF, 2006, p. 124. TRADUÇÃO DA AUTORA)<sup>53</sup>.

Inicialmente, os membros do Congresso Nacional buscavam articular queixas e demandas ao governo colonial, ao mesmo tempo em que faziam uma espécie de lobby para que as autoridades os tratassem como os representantes legítimos dos interesses de toda a Índia. Os britânicos, entendendo que poderia ser uma forma de conter os ânimos dos ideais separatistas, encorajaram essas demandas e aumentaram a participação política de alguns membros do Congresso Nacional (HAINES, 2017).

Assim, algumas reformas foram flexibilizadas pelo governo colonial, como “afrouxar” o controle sobre as províncias, de modo que estaria autorizada a eleição de um líder provincial. A lógica era que, ao conferir poder aos governantes locais, estes despenderiam esforços com a administração provincial e menos energia com pautas independentistas (HAINES, 2017). Apesar disso, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a ascensão de Mahatma Gandhi como organizador político do ideal anticolonial, colocou em xeque o domínio britânico na Índia.

Cabe mencionar que na medida em que a independência do sul da Ásia se aproximava, membros do Congresso Nacional articulavam uma visão mais territorialista de independência, ainda que de forma unificada. A visão do Congresso para o pós-independência era de “uma única Índia”. Jawaharlal Nehru (1985)<sup>54</sup>, por exemplo, expressou: “O que é esta Índia, sem seus aspectos físicos e geográficos?” (NEHRU, 1985, p. 49) Destaca ainda, os recursos naturais: “A história do Ganga, de sua origem ao mar, dos melhores tempos aos novos, é a história da civilização e da cultura da Índia” (NEHRU, 1985, p. 49). Para Nehru, a geografia foi fundamental para sua percepção nacionalista de uma Índia independente e isto se refletiu nas políticas do Congresso Nacional<sup>55</sup>.

---

Será o caso dos territórios descolonizados, nos quais conviviam variadas comunidades nacionais com línguas, usos e costumes diferentes, e que o novo poder político vai tentar unir, criando uma única identidade, a partir precisamente da ação do novo Estado” (SOUSA, 2005, p. 123).

<sup>53</sup> No original: “This continuity with the earlier colonial period sat uneasily on a society experiencing change in every dimension of social, political, and cultural life, while increasingly convinced that imperial rule did not further India’s interests”.

<sup>54</sup> O livro “The Discovery of India - Jawaharlal Nehru” foi publicado pela primeira vez em 1946, pela The Signet Press, em Calcutá. No entanto, a edição que dá referência para este trabalho é a versão de 1985, publicada pela Universidade de Oxford.

<sup>55</sup> Fábulas e metáforas são instrumentos comuns na cultura indiana para exemplificar ou orientar determinadas ações. Assim, isto também se reflete no âmbito político. A geografia, por exemplo, também se manifestou dessa forma, baseado sobremaneira no hinduísmo, o qual centra-se na geografia sagrada da Índia e se reflete no

Porém, uma vez que as pautas discutidas no Congresso Nacional Indiano não contemplavam o pleito dos muçulmanos de serem inseridos na vida política e social da Índia, em 1906, houve a criação da Liga Muçulmana. De acordo com Haines (2017), a visão muçulmana sobre o território era mais fragmentada. Ao passo que alguns muçulmanos ingressaram no Congresso e aderiram a ideia de “uma única Índia”, outros grupos desafiaram as premissas dos hindus de se ter uma Índia como uma nação, em um único território. Havia, então, uma premissa separatista como pensamento majoritário.

Com a criação da Liga, a teoria das duas nações veio à tona, ao passo que as discriminações religiosas se exarcebaram. Aumentou o sentimento de não representatividade política, marginalização, alienação às decisões sociopolíticas, além do conflito cultural entre os costumes hindus e muçulmanos. Dessa forma, prevaleceu a ideia de que seria inviável a coexistência pacífica entre duas nações no mesmo território. O pensamento separatista teve ampla aderência na elite muçulmana, refletido na pessoa de Muhammad Ali Jinnah, o líder do movimento que construiu a Liga e, em seguida, conduziu à criação do Paquistão. Inicialmente, a Liga foi criada por uma elite muçulmana aristocrata restrita, no entanto, ao longo dos anos, suas premissas passaram a representar os interesses da massa muçulmana (METCALF; METCALF, 2006).

Enquanto a elite hindu do Congresso Nacional baseava suas ações nos princípios sagrados entre território e indivíduo, Muhammad Ali Jinnah, presidente da Liga Muçulmana de 1937 a 1947, rejeitou a religião como fundamento para manter a comunidade muçulmana em território indiano. Jinnah insistiu que a Índia não era uma nação, mas sim um espaço geográfico onde viviam duas grandes nações. Assim, os hindus eram uma nação, e os muçulmanos compunham uma nação em separado, não apenas uma minoria da população total. Este pensamento deu base para se afirmar que cada nação merece sua representação política (HAINES, 2017).

Em 1914, quando o Reino Unido declarou guerra contra a Alemanha, convocou as Forças Armadas do Império Britânico como um todo, inclusive da Índia. Tratava-se da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando, por ordens da Coroa, a Índia britânica adentrava no campo de batalha: “A Índia fez sacrifícios extraordinários pelo esforço de guerra. Bem mais de um milhão de indianos foram recrutados para o exército, servindo na França e especialmente no Oriente

---

nacionalismo moderno, seja etnorreligioso ou “secular”. No século XX, uma figura da Bharat Mata (Mãe Índia), “divinizou” o discurso político da época. Gandhi, por exemplo, inaugurou um templo com a figura da Mãe Índia. Dentro do templo, não havia estátuas, mas um mapa da Índia erguido em mármore. A paisagem gerou interpretações diversas acerca da questão da relação sagrada entre povo e território, sobretudo no Congresso Nacional, e assim razões religiosas se confundiram com aspirações políticas. Nesse contexto, os rios, devido à sua relação com o território, são invocados como divindades (HAINES, 2017).

Médio, com um grande custo de vidas em todas as frentes” (METCALF; METCALF, 2006, p. 163)<sup>56</sup>.

Ao fim da Primeira Guerra, a Índia caiu em uma profunda crise alimentar, pois o que era produzido internamente fora revertido para os soldados britânicos e para a Europa. Associada a este fato, havia ainda a crise econômica provocada pelas falhas do modelo colonial, no qual vendiam matéria prima e importavam produtos com alto valor agregado (METCALF; METCALF, 2006). A convocação do Exército para a guerra, naturalmente inflamou a insatisfação das massas, o que culminou num ciclo de revoltas internas. Foi um marco importante para o Congresso Nacional Indiano, que utilizou desse descontentamento para mobilizar a população rumo à libertação da colônia.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a questão territorial tornou-se ainda mais importante na pauta da Liga Muçulmana. Sob a liderança de Ali Jinnah, ainda em 1940, a Liga aprovou uma resolução pedindo a criação de estados muçulmanos separados<sup>57</sup>. Já para o Congresso, o fato de a Coroa ter acionado os soldados indianos para a guerra, sem consultá-los previamente, intensificou as revoltas e a insatisfação popular, uma vez que o episódio da Primeira Guerra já havia sido devastador (METCALF; METCALF, 2006). A Índia não ter sido consultada antes de despender esforço de guerra, demonstrou o nível de domínio britânico diante do subcontinente, fato que alimentou sobremaneira os ideais libertários. Assim, os líderes do Congresso Nacional Indiano se colocaram de maneira mais efetiva como aptos para administrar uma Índia autônoma:

Em contraste com 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o Congresso não ofereceu, em 1939, apoio inquestionável ao esforço de guerra. Sentindo que sua assistência naquela ocasião havia sido dada como certa e que eles haviam sido maltratados no final da guerra, o Congresso estava determinado, desta vez, a cobrar dos britânicos um preço substancial por sua cooperação em tempo de guerra (METCALF; METCALF, 2006, p. 204)<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> No original: “India made extraordinary sacrifices for the war effort. Well over a million Indians were recruited into the army, serving in France and especially in the Middle East, with a heavy cost of lives on all fronts”.

<sup>57</sup> Na historiografia, este documento é conhecido como “a demanda do Paquistão” (the Pakistan demand). Porém, em termos práticos, não estava claro o que isto significava em termos políticos. Não se sabia ao certo se a Liga desejava reunir os muçulmanos por regiões autônomas dentro de um território e governo federal indiano, ou se a demanda era por um Estado-nação em separado. Foi um momento de bastante discussão política acerca do futuro dos muçulmanos.

<sup>58</sup> No original: “By contrast with 1914, at the outbreak of the First World War, the Congress did not in 1939 offer unquestioning support of the war effort. Feeling that their assistance on that occasion had been taken for granted, and that they had been shabbily treated at war’s end, the Congress was determined this time to exact from the British a substantial price for their wartime cooperation”.

Em 1940 há outro marco no processo de independência. Durante um encontro anual dos líderes da Liga Muçulmana, foi assinada a Resolução de Lahore, que emitia oficialmente a demanda da Liga pela criação de um Estado muçulmano independente. Por meio deste ato, foi deflagrado o cenário de crise que se prolongou ao longo da década de 1940 no subcontinente: “O cenário estava armado para as crises que dominariam a década de 1940 - a guerra, o movimento final de não cooperação do Congresso, a ascensão do nacionalismo muçulmano e, então, finalmente, na independência de 1947, com a divisão devastadora do subcontinente em dois estados” (METCALF; METCALF, 2006, p. 203)<sup>59</sup>.

A Segunda Guerra Mundial levou o Reino Unido à exaustão e arruinou a balança comercial favorável com a Índia. A fragilidade do poder britânico fez com que as autoridades coloniais na Índia começassem a negociar promessas sobre o pós-guerra em troca de apoio dos soldados indianos na guerra. Representantes britânicos no subcontinente buscavam acordos tanto com o Congresso, como com a Liga, as duas grandes organizações políticas que representavam a maioria da população do sul da Ásia (HAINES, 2017).

Em razão disso, em 1946, o Reino Unido reconheceu que a melhor opção seria organizar a transferência de poder na colônia pois “simplesmente não possuía a força de trabalho ou os recursos econômicos necessários para coagir uma Índia inquieta” (METCALF; METCALF, 2006, p. 212)<sup>60</sup>. Acordaram, então, que as eleições seriam realizadas naquele mesmo ano. O arranjo das eleições foi estruturado pelos britânicos, que excluíram os partidos menores, fato que culminou num cenário de disputa polarizado entre o Congresso e a Liga. A esta altura, a rivalidade entre hindus e muçulmanos alcançava níveis ainda mais elevados, e a incompatibilidade entre duas nações profundamente diferentes coexistindo num mesmo território, era revelada de maneira violenta.

O processo eleitoral não gerou o resultado esperado e, os britânicos, incapazes de gerenciar tamanha convulsão social, enviaram representantes até o subcontinente com um plano de independência da Índia:

Sua proposta de uma Índia independente envolvia uma federação complexa e de três níveis, cuja característica central era a criação de grupos de províncias. Dois desses grupos compreenderiam as províncias de maioria muçulmana do leste e do oeste; um terceiro incluiria as regiões de maioria hindu do centro e do sul. Esses grupos, com responsabilidade pela maioria das funções do governo, estariam subordinados a um

---

<sup>59</sup> No original: “The stage was set for the crises that were to dominate the decade of the 1940s – the war, the Congress’s final movement of noncooperation, the rise of Muslim nationalism, and then, finally, in 1947 independence, with the devastating partition of the subcontinent into two states”

<sup>60</sup> No original: “It simply did not possess the manpower or the economic resources required to coerce a restive India”

governo da União que controlaria a defesa, as relações exteriores e as comunicações. Com este esquema, os britânicos esperavam poder preservar ao mesmo tempo a Índia unida desejada pelo Congresso, e por si mesmos, e ao mesmo tempo, por meio dos grupos, garantir a essência da demanda de Jinnah por um "Paquistão" (METCALF; METCALF, 2006, p. 215)

No entanto, prevaleceu a premissa do Congresso Nacional Indiano, de que as províncias deveriam ser livres para escolher a qual grupo queriam se juntar, negando, então, a proposta inicial dos britânicos. A Liga Muçulmana havia concordado com a ideia do Congresso. Assim, o último vice-rei da Índia Britânica, Lorde Mountbatten, foi enviado ao subcontinente. Naquele contexto, o Reino Unido possuía seus próprios imperativos, passava por uma crise política e econômica profunda no pós-guerra, logo, havia pressa na resolução da questão indiana. A ideia era conceder autonomia e poder de decisão aos estados provinciais, de modo que poderiam decidir se queriam permanecer em território indiano, se juntar ao Paquistão, ou permanecerem independentes (METCALF; METCALF, 2006).

Tais arranjos e negociações resultaram na partição da Índia Britânica, em 1947. Novas fronteiras foram desenhadas, deixando o caos e a incerteza como consequência imediata. Em 15 de agosto de 1947, Jawaharlal Nehru, imbuído do poder de primeiro Primeiro-Ministro, anunciou a independência da Índia: “Há muitos anos, tivemos um encontro com o destino, e agora chega a hora em que resgataremos nossa promessa, não totalmente ou em plena medida, mas substancialmente. Ao bater da meia-noite, quando o mundo dorme, a Índia acordará para a vida e a liberdade” (Discurso de Jawaharlal Nehru no Parlamento em Nova Delhi em 1947)<sup>61</sup>. Sobretudo para Nehru e os demais líderes do Congresso, a partição foi um mal necessário, pois a “libertação” muçulmana daria mais poder de controle aos hindus, de modo a construir um estado relativamente mais coeso (HAINES, 2017).

O Paquistão, como uma nação-estado<sup>62</sup>, precisou se organizar do zero. O aparato burocrático do governo pertencia à Índia e, por isso, o Paquistão tinha o desafio de estabelecer um governo central e toda a estrutura burocrática que isto significa. Ao contrário da Índia, o

---

<sup>61</sup> No original: “Long years ago, we made a tryst with destiny, and now the time comes when we shall redeem our pledge, not wholly or in full measure, but very substantially. At the stroke of the midnight hour, when the world sleeps, India will wake to life and freedom” Disponível em: <http://www.aibsnloa.org/lookingbeyond/trystwithdestiny.pdf> Acesso em: 15 dez 2020.

<sup>62</sup> Conceito preconizado por Berry Buzan na obra “People, States and Fear – An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era (1991). Trata-se da ideia onde a nação precede o Estado, e este deve agir com o intuito de proteger este grupo. Em casos assim, os valores compartilhados são muito profundos, logo, por meio deste sentimento, constituem um Estado com forte identidade nacional para representá-los.

Paquistão comemora sua independência no dia 14 de agosto<sup>63</sup>, quando se tornou oficialmente a primeira República Islâmica:

É com sentimentos de grande alegria e emoção que lhes envio as minhas saudações. 14 de agosto é o aniversário do Estado independente e soberano do Paquistão. Marca o cumprimento do destino da nação muçulmana que fez grandes sacrifícios nos últimos anos para ter sua pátria (Muhammad Ali Jinnah em Mensagem à Nação, 1947)<sup>64</sup>

Estabelecidos os dois novos Estados independentes do sul da Ásia – a Índia e o Paquistão – algumas questões permaneceram em aberto, a exemplo do território da Caxemira. A próxima seção deste capítulo discorrerá sobre como se deu a disputa territorial que se mantém até o presente.

## 2.4 Caxemira: uma veia aberta

Durante o período do domínio britânico no subcontinente, a Grã-Bretanha, com o intuito de amenizar a insatisfação popular, arranhou acordos políticos com líderes locais. O resultado disso foi a categorização das regiões como estados provinciais e principados, de modo que os estados provinciais respondiam diretamente à Coroa, ao passo que os principados detinham alguma autonomia. A Caxemira, além de ser inserido na categoria de principado, era também um dos estados mais importantes, seja em dimensão territorial ou em termos de recursos naturais, além de compartilhar fronteira com a Índia e com o Paquistão, agora independentes (METCALF; METCALF, 2006).

Os estados considerados principados não aderiram automaticamente à Índia ou ao Paquistão. O Ato de Independência da Índia<sup>65</sup>, aprovado pelo parlamento britânico em 1947, estabeleceu o status destes estados. Historicamente, o governo britânico assinou tratados individuais com cada um desses principados, colocando-os em uma posição de suserania. Uma vez que houve a independência da Índia Britânica, estes tratados perderam sua legalidade, logo,

<sup>63</sup> Pode-se destacar os dois principais motivos pelos quais o Paquistão difere sua comemoração de independência: 1) para desassociar qualquer vínculo com os indianos, uma vez que a ideia é de recomeço para a nação muçulmana; 2) concordância com o calendário do Ramadã. Ver: <https://www.dnaindia.com/india/report-why-does-pakistan-celebrate-its-independence-day-on-august-14-2010702>

<sup>64</sup> Disponível em: <http://pakistanspace.tripod.com/archives/jinnah19470815.htm> Acesso em: 15 dez. 2020.

<sup>65</sup> Disponível em: [https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1947/30/pdfs/ukpga\\_19470030\\_en.pdf](https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1947/30/pdfs/ukpga_19470030_en.pdf) Acesso em: 15 dez. 2020.

caberia aos governadores e príncipes, realizarem novos acordos com a Índia ou com o Paquistão, ou optar por permanecerem autônomos<sup>66</sup>.

De acordo com Haines (2017), antes mesmo da partição, os líderes hindus negociaram com os príncipes para tentar garantir a adesão à Índia, por razões pragmáticas e políticas. Estima-se que os estados principados constituíam um terço do subcontinente e, portanto, tentativas de independência reduziriam significativamente a área que seria herdada por Nova Délhi. Os líderes do Congresso conseguiram persuadir a maioria dos príncipes a aderirem à União e a Índia ganhou cerca de 835.000 km<sup>2</sup> de território e cerca de 89 milhões de habitantes (HAINES, 2017). Apesar de poucos estados terem escolhido aderir ao Paquistão, estes eram mais densos em termos demográficos.

A construção do discurso para a criação do Estado do Paquistão, consistia em um apelo nacionalista que tinha como fundamento a religião muçulmana. Quando Ali Jinnah falava às massas, a ideia era disseminar um sentimento de lealdade de forma que o próprio povo passasse a demandar um Estado muçulmano. Por isso, o Paquistão se formou com dois significados substanciais: uma nação-Estado para o povo muçulmano; e o símbolo da identidade religiosa. Dessa forma, é possível afirmar que o Paquistão suplantou as estruturas comuns de qualquer Estado, ao evocar uma ordem política pautada no islamismo, ou seja, a tradição religiosa se confundia com a autoridade estatal (METCALF; METCALF, 2006).

Em razão disso, uma vez que sua existência como Estado é baseada na premissa de ser uma pátria para muçulmanos, para o Paquistão, a Caxemira, como um principado majoritariamente muçulmano, deveria pertencer a ele. Contudo, com a retirada britânica do sul da Ásia cada vez mais próxima, não estava claro se a Caxemira se juntaria à Índia ou ao Paquistão, ou permaneceria independente. O contexto político interno era complexo, uma vez que o marajá que administrava a província buscava preservar seu governo autocrático em face dos crescentes movimentos populares (HAINES, 2017).

Já na perspectiva da elite do Congresso Nacional Indiano, ainda que tivessem aceitado a criação do Paquistão, jamais entenderam de bom grado a teoria das duas nações (METCALF; METCALF, 2006). O desejo dos líderes do Congresso era que todo o território que fora colônia britânica se formasse como um Estado único, sucessor natural do Raj Britânico. A ideia era de consolidar a Índia como um Estado secular, não um Estado para hindus. Nesse ponto de vista, muçulmanos e todas as outras minorias religiosas estariam – em tese – no mesmo nível de igualdade que os hindus. Ademais, o fato de milhões de muçulmanos terem permanecido na

---

<sup>66</sup> No primeiro momento, o governador da Caxemira não desejava fazer parte da Índia, tampouco do Paquistão. A ideia era conquistar independência, uma vez que já gozavam de autonomia em relação à Coroa.

Índia após a partição – por opção ou por necessidade – corroborou o argumento indiano de inclusão da Caxemira à União (METCALF; METCALF, 2006). Ora, se a Índia foi capaz de “aceitar” os muçulmanos de outras províncias, não seria diferente com a Caxemira.

O marajá hindu que governava a Caxemira, tentou barganhar tanto com o Congresso como com a Liga, com o intuito de permanecer independente. No entanto, temendo que os outros estados principados seguissem o exemplo do marajá, o Congresso pressionou o governante a escolher entre a Índia e o Paquistão. Apesar disso, a Caxemira permaneceu independente por setenta e três dias após a partição (HAINES, 2017).

Os esforços do marajá se mostraram em vão, quando em 1947 eclodiu uma rebelião na Caxemira. Grupos insatisfeitos com a atual administração buscaram ajuda com os paquistaneses para lutarem contra o marajá. Dessa forma, em outubro de 1947, o marajá assinou um memorando de adesão à Índia, a fim de receber ajuda militar indiana para lutar contra os rebeldes locais e, segundo a Índia, contra militares civis paquistaneses que se infiltraram para obter o controle da região (HAINES, 2017). Com isso, a Índia deslocou suas tropas para o Vale de Srinagar, fato que gerou reação paquistanesa e culminou na primeira guerra indo-paquistanesa (1947-1948). Foi na primeira guerra da Caxemira que ambos os países dividiram, no campo de batalha, o território como é concebido atualmente. A *Figura 6* representa o mapa da Caxemira após a primeira guerra:

**Figura 6** – Mapa da Caxemira após a partição





Fonte: Despierta al Futuro (2012)

O Paquistão procurou o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) que, àquele mesmo ano, determinou um cessar-fogo. Acordaram, então, que a Índia deveria realizar um plebiscito<sup>67</sup> para transferir à população o poder de autodeterminação e assim definir o status político da Caxemira. Isto nunca aconteceu de fato<sup>68</sup>. Tamanha contestação territorial gerou mais dois<sup>69</sup> episódios de confronto direto entre a Índia e o Paquistão, em 1965 e 1999.

Em 1972, foi instituída a Linha de Controle, por meio da assinatura do Acordo de Simla. Assim, ambos os países reconheceram a fronteira existente entre a porção da Caxemira

<sup>67</sup> Quando o marajá assinou o tratado de adesão à Índia, Nehru concordou em realizar o plebiscito, mas isto nunca aconteceu. Para os indianos, a recusa do Paquistão em retirar seus “invasores” da província, cessou qualquer expectativa de diálogo ou qualquer tipo de acordo, inclusive o plebiscito (METCALF; METCALF, 2006).

<sup>68</sup> Para Nehru, a adesão da Caxemira à Índia era, pelos termos do acordo, perfeitamente legal e, por isso, não viu razão para desfazê-lo. Para Nehru, ele havia agido adequadamente ao responder ao pedido de ajuda do governante e repelir os invasores paquistaneses à medida que a Índia avançava militarmente em Srinagar.

<sup>69</sup> Apesar de terem se enfrentado em 1971, este trabalho não considera esta guerra no contexto do litígio da Caxemira, uma vez que o que estava em pauta era o movimento separatista no Bangladesh.

administrada pela Índia e a região ocupada pelo Paquistão<sup>70</sup>, divisão decorrente das guerras travadas ao longo dos anos<sup>71</sup>.

Assim se desenhou uma das disputas mais complexas e ambíguas no sul da Ásia. Em termos geopolíticos, o fluxo dos rios do sistema do Indo, que flui através da Caxemira, tornou-se um ponto fundamental para essa ambiguidade. Ao se inserir a disputa pelo uso da água do Rio Indo, o território em si significa um problema fulcral para a Índia e para o Paquistão. Embora a sensibilidade acerca do nacionalismo, religião e questões de cidadania tenham sobrevivido na década de 1950, o fluxo do Indo e seus afluentes logo passa a desencadear uma luta intensa para definir o que pertence ou não a cada Estado.

### **2.5 Caxemira: a geopolítica da água**

É imprescindível o uso da geografia para compreender a disputa que eclodiu entre Índia e Paquistão pelas águas do Rio Indo. Sabe-se que rios fluem a jusante e, quanto à Bacia do Indo, as colinas ficam ao norte, sendo que os maiores rios nascem nas montanhas do Tibete, da Caxemira e ao norte da Índia. O Paquistão, por sua vez, está geograficamente localizado rio abaixo, ou seja, à jusante.

Assim, pode-se dizer que a Índia herdou o acesso à maioria dos rios, em razão de sua posição geográfica. Não à toa, o pensamento político indiano é pautado na ideia de “soberania absoluta” ou seja, afirma-se que, por se tratar de um país à montante, usufrui da posse da água que flui ao longo de suas fronteiras, podendo fazer o que lhe for mais conveniente (HAINES, 2017). Já o Paquistão, vulneravelmente localizado à jusante, espera que seja respeitado o princípio da integridade territorial, ou seja, que um Estado à jusante tenha o direito de continuar recebendo água para fins de irrigação, energia hidrelétrica, indústria, agricultura e abastecimento doméstico, principalmente.

Para Haines (2017), a fluidez dos rios desafia a soberania dos Estados ao cruzarem as fronteiras nacionais e, conseqüentemente, os Estados contestam a soberania uns dos outros, interferindo com os rios ou questionando o direito de outros Estados assim o fazê-lo. Pode-se dizer, inclusive, que em alguns contextos a água está intimamente relacionada ao poder hegemônico.

---

<sup>70</sup> Disponível em: <https://mea.gov.in/in-focus-article.htm?19005/Simla+Agreement+July+2+1972> Acesso em: 15 dez. 2020.

<sup>71</sup> Nota-se, no entanto, que a assinatura do acordo não impediu que houvesse outra guerra, como aconteceu em 1999.

Durante o movimento de independência, ambos os líderes, tanto do Congresso como da Liga, tinham a intenção de promover o desenvolvimento pautado no controle dos recursos hídricos. Este cenário construiu os embates acerca do compartilhamento de águas que permanece até os dias atuais. Para Haines (2017), o ponto que conduziu à disputa pelo Indo foi a partição do sistema de canais do Punjab<sup>72</sup>, realizada pela Comissão de Fronteiras – nome dado à equipe enviada pelos britânicos em 1947 para administrar a transferência de poder. Quando a rede unificada de irrigação do Punjab<sup>73</sup>, alimentada pelo Rio Indo e seus afluentes, foi dividida entre dois novos países, as necessidades do Paquistão, por exemplo, dependiam de ser supridas para além de suas fronteiras, pois a Índia havia herdado o poder de controlar os fluxos de água devido a sua posição à jusante.

A nova fronteira interrompeu não apenas o vínculo da população com o território, mas também implicou no uso habitual de água. O marco dessa disputa, pode-se dizer, decorreu da falta de tato dos britânicos por apenas desenhar fronteiras, sem apresentar qualquer planejamento de transferência de poder: “A fronteira entre os dois países foi traçada sem qualquer respeito ao trabalho de irrigação” (KHALID; BEGUM, 2013, p. 12)<sup>74</sup>. Para Iyer (2005), a “cirurgia” feita na Bacia do Indo instituiu uma série de problemas no que se refere ao compartilhamento de água dos rios transfronteiriços.

Quando foi feita a divisão, pouca atenção foi dada ao fato de que grandes sistemas fluviais seriam cortados e, ainda, o fluxo dos rios seria prejudicado, o que alimentaria um conflito geopolítico bastante sensível. Assim, ainda em 1948, o fluxo de água para o Paquistão foi interrompido, em consequência da divisão geográfica outrora estabelecida. Cabe mencionar que existiu um acordo entre Índia e Paquistão, assinado ainda em 1947, que versava sobre a rede de irrigação alimentada pelo sistema do Indo, chamado Acordo de Standstill. No entanto, expirou em 1948 e a Índia, com o intuito de pressionar o Paquistão sobre a questão da Caxemira,

---

<sup>72</sup> Durante o período colonial, a Grã-Bretanha usou as estruturas dos canais do Punjab e Sindh, duas grandes importantes províncias da Índia Britânica, para suprimir a ascensão do nacionalismo durante o movimento de independência. Após a retirada dos britânicos, a província de Sindh e a parte ocidental do Punjab ficou sob soberania do Paquistão, enquanto o leste do Punjab permaneceu na Índia. Assim, tem-se inicialmente uma disputa inter-provincial que posteriormente alcança o nível estatal. O Punjab foi acusado de desviar recursos hídricos às custas de Sindh, agora divididos por uma fronteira internacional. Tem-se, agora, uma disputa não mais inter-provincial, mas internacional entre Índia e Paquistão. A partição foi traumática especialmente para o Punjab, por onde fluem cinco afluentes do Rio Indo (HAINES, 2017).

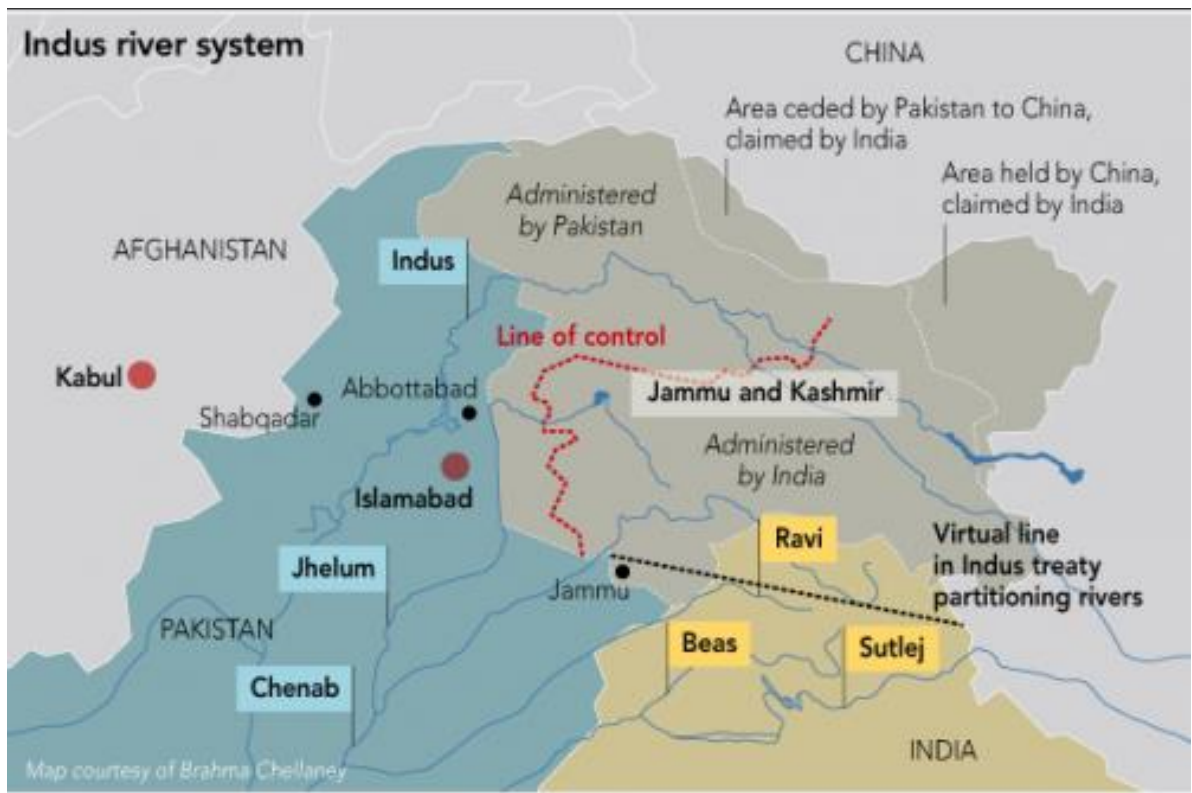
<sup>73</sup> Antes da partição, o sistema unificado de irrigação do Punjab abastecida grande parte da Índia Britânica, porém, após a partição a Índia e o Paquistão passaram a disputar os rios transfronteiriços que foram divididos.

<sup>74</sup> No original: “The boundary line between the two countries was drawn without any respect to the irrigation work”.

interrompeu o abastecimento de água. Este fato afetou principalmente a província de Lahore e prejudicou cerca de 8% da área cultivável no Paquistão (HAINES, 2017).

Devido ao dissenso com relação ao compartilhamento da Bacia do Indo, em 1960, foi assinado o Tratado das Águas do Indo, mediado pelo Banco Mundial. O objetivo foi estabelecer parâmetros legais acerca da medição, divulgação de dados do fluxo de água da Bacia transfronteiriça, bem como sobre o compartilhamento dos rios. Sob as diretrizes do Tratado, os rios foram classificados em Rios Orientais (Sutlej, Beas e Ravi) e Rios Ocidentais (Jhelum, Chenab e Indus). A Índia obteve o direito do uso irrestrito dos rios orientais e se comprometeu em não interferir no fluxo de água dos rios ocidentais para o Paquistão. O mapa da Figura 7 retrata essa divisão:

**Figura 7** – Divisão dos Rios Orientais e Rios Ocidentais



Fonte: Insights on India (2019)

Para Adnan (2018), o Tratado das Águas do Indo foi um desenho geopolítico da divisão da água. O acordo resolveu um estresse momentâneo, mas que não cobre todo o arcabouço

conflituoso da geopolítica da água inserida no contexto da disputa entre Índia e Paquistão. Além das questões legais, que abrem espaço para interpretações, há a questão do poder e da soberania estatal. Nesse caso, tem-se o conceito definido por Chellaney (2013) quando afirma que a água está sendo instrumentalizada como uma arma política, independente de premissas e acordos legais outrora assinados.

Portanto, não se deve ter apego à ideia de cooperação ao considerar a ratificação do Tratado das Águas do Indo. Trata-se de uma premissa de cooperação limitada em relação ao compartilhamento dos rios se considerarmos a relação histórica indo-paquistanesa, baseada na desconfiança, falta de diálogo institucional e compromisso, bem como ameaças e prioridade da pauta de segurança nacional. Para Wirsing (2007), a gestão dos recursos hídricos na Índia e no Paquistão está trabalhando sob o fardo da configuração política burocrática apenas enquanto for conveniente.

Nota-se então que há um recurso natural, a água oriunda dos rios, como um elemento dinamizador da relação geopolítica entre estes dois Estados. Esta pauta, muitas vezes ofuscada devido ao caráter religioso e territorial predominante na literatura, ascende como uma temática imprescindível à medida que a Índia fomenta o seu desenvolvimento socioeconômico. Além disso, há a temática da escassez hídrica, que já é uma realidade na região. Não à toa a disputa pela Caxemira é o principal ponto de tensão na rivalidade histórica indo-paquistanesa. Assim, na perspectiva da geopolítica da água, a Caxemira é fundamental para a segurança hídrica destes Estados.

A reivindicação territorial por aquele território se confunde com a reivindicação pelo controle dos rios. Tanto a Índia quanto o Paquistão estão preocupados com a soberania da Caxemira com o intuito de preservar e assegurar a utilização dos recursos hídricos presentes, visando o desenvolvimento nacional e abastecimento doméstico. Para a Índia, a soberania territorial é o princípio fundamental, enquanto para o Paquistão, o fluxo natural dos rios produziu soberania alternativa, haja vista que suas nascentes se encontram em território indiano (HAINES, 2017).

Dessa forma, a associação da disputa das águas do Indo com o conflito da Caxemira força os dois Estados a fazerem reivindicações de soberania ainda mais belicosas. Em suma, o fluxo dos rios implica significativamente na percepção de soberania territorial destes dois Estados, o que, conseqüentemente, impacta a forma de se pensar e agir politicamente no nível internacional.

Até aqui discutimos um caso específico sobre a construção da geopolítica da água no contexto de disputa que envolve a Índia e o Paquistão. Porém, a seguir, destacaremos também

um ator relevante na perspectiva mais ampla do continente asiático, sobretudo no que se refere à temática hídrica: a China. Índia e China também possuem uma história de desconfiança e reivindicações territoriais, inclusive acerca de recursos hídricos em áreas contestadas. Por isso, é importante mencionar brevemente a dinâmica dessa disputa e como isto impacta a relação indo-paquistanesa.

## **2.6 China, Índia e Paquistão: linearidade hierárquica**

Conforme mencionado anteriormente, a água tem potencial para ser um dos grandes desafios geopolíticos no século XXI. Segundo a Organização das Nações Unidas, mais da metade da população global viverá em regiões marcadas pelo estresse e pela escassez hídrica até 2025<sup>75</sup>. Este cenário alarmante decorre sobremaneira do profundo e continuado processo de crescimento e modernização dos países em desenvolvimento.

China e Índia, é sabido, são os dois principais grandes centros de crescimento atualmente. O objetivo de expandir sua posição no mundo como players globais possui impactos diretos no consumo de água doce, pois possuem como atividade econômica a agricultura, que pressiona substancialmente os rios transfronteiriços. Tais objetivos se convertem numa disputa geopolítica uma vez que a maioria dos rios que fluem para o território indiano, se originam na China. Dentre os rios internacionais compartilhados entre ambos os países, o Rio Brahmaputra<sup>76</sup> é o mais importante.

Este rio se origina na Região Autônoma do Tibete, nos Himalaias, e percorre cerca de 2.300 km até desembocar na Baía de Bengala, passando pela China, Índia e Bangladesh, principalmente. Após deixar sua nascente, o rio flui pelo território de Arunachal Pradesh, cujo controle é disputado entre a Índia e a China. Esta região é atualmente administrada pela Índia, mas Pequim reivindica este território como parte do sul do Tibete, logo, não reconhece a soberania indiana sobre esta região.

Recorrendo à história, esta reivindicação tem origem em 1914, quando houve a reformulação da fronteira entre os representantes da Autoproclamada Autoridade Independente do Tibete e a Índia. Na ocasião ficou definida a Linha Mc Mahon, que separa a China e o norte da Índia na região dos Himalaias. A adesão deste tratado também culminou na concessão de Arunachal Pradesh à Índia Britânica. Contudo, a linha outrora demarcada não é reconhecida

---

<sup>75</sup> Ver: “Water for Life” 2005-2015. Disponível em: <http://www.un.org/waterforlifedecade/scarcity.shtml>.

<sup>76</sup> Devido à diversidade cultural e linguística, o nome do rio é alterado de acordo com cada país. Na Índia, é chamado Brahmaputra, ao passo que no Tibete é denominado Yarlung Tsangpo, por exemplo.

pela China atualmente, alegando que à época o Tibete não se constituía como um Estado soberano (MORENO, 2018). Este arcabouço histórico, associado ao fato de o Rio Brahmaputra fluir por esta área contestada, inflama ainda mais essa disputa. O mapa da Figura 8 esclarece esta contenda:

**Figura 8** – Linha Mc Mahon



Fonte: Andy Proehl (2009)

Também em consequência do desleixo dos britânicos ao não planejarem sua retirada do subcontinente, a Linha de Controle Efetivo (*Line of Actual Control*, em inglês), foi desenhada entre o Tibete e a Índia, em 1914. Essa fronteira possui cerca de 4.075 km de extensão e separa todo o território indiano da China, percorrendo os estados da Caxemira, Uttarakhand, Himachal Pradesh e Arunachal Pradesh. A LAC foi dividida em três áreas: a área oriental, que se estende por Arunachal Pradesh e Sikkim; a região intermediária, em Himachal Pradesh; e a área ocidental, em Ladakh. Contudo, a fronteira não é reconhecida pela Índia, tampouco pela China. As disputas se dão de acordo com as Bacias Hidrográficas dos Himalaias. A Figura 9 demonstra esta divisão territorial e as disputas ao longo da fronteira:

**Figura 9** – Fronteira sino-indiana e focos de disputa



Fonte: Pakistan Defence (2014)

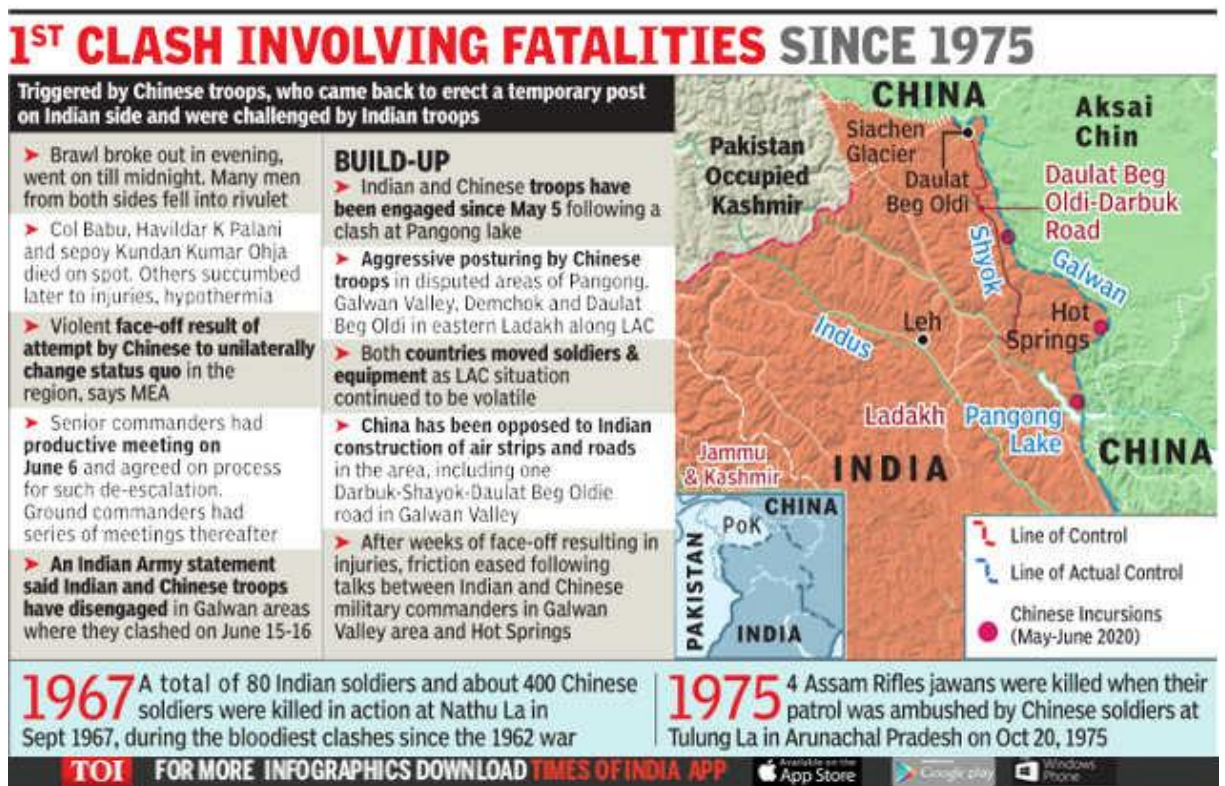
O não reconhecimento da fronteira está gerando alguns confrontos entre os dois gigantes asiáticos. Em 2020 dois episódios chamaram a atenção, pois aconteceram após um período de mais de quarenta anos sem baixas militares na região<sup>77</sup>. O primeiro confronto ocorreu em

<sup>77</sup> Vinte soldados indianos foram mortos após o confronto. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/lac-faceoff-20-soldiers-die-in-worst-china-clash-in-53-years/articleshow/76414433.cms>



Ladakh, próximo à região contestada de Aksai Chin – pedaço da Caxemira cedida do Paquistão à China, e reivindicada pela Índia. Esta porção territorial fornece acesso privilegiado ao Tibete, logo, aos principais rios que se originam ali. O segundo episódio aconteceu em Sikkim, também na fronteira tibetana. O infográfico abaixo esclarece o primeiro confronto com baixas após mais de 40 anos:

Figura 10 – Escalada do conflito sino-indiano



Fonte: Times of India (2020).

Em que pese existir uma tensão constante ao longo da LAC, estes eventos são inflamados durante exercícios de patrulhamento, tendo em vista que ambos os países possuem percepções diferentes acerca da delimitação de suas fronteiras. Nota-se, então, que o valor geopolítico desses territórios, sobretudo quanto aos recursos hídricos, gera uma tendência de desgaste político e, conseqüentemente, confrontos diretos na fronteira.

A geografia do continente é uma vertente fundamental, uma vez que a China está localizada a montante de grande parte dos países com os quais faz fronteira. Não à toa o Platô Tibetano é

um território controlado pela China, de onde nascem a maioria dos rios asiáticos. Portanto, pode-se dizer que os chineses possuem uma posição de poder em relação aos seus vizinhos, no contexto dos recursos hídricos. A Índia, por exemplo, compreende esta vulnerabilidade às possíveis decisões unilaterais da China (ENGELK; MICHEL, 2019).

Chellaney (2019) aponta que o controle da China sobre o Tibete significa também o controle do ponto de partida de rios que fluem para 18 países a jusante. Trata-se de um poder significativo sobre um recurso tão vital para a vida na Terra. Naturalmente, esta realidade constrói um contexto de disputa e desconfiança.

A Índia também possui seus planos e construções de barragens hidrelétricas no Rio Brahmaputra e afluentes, especialmente na altura da província de Arunachal Pradesh, território reivindicado por ambos os países. Para os chineses, a construção de barragens sinaliza a intenção indiana de fortalecer seu controle sobre a província supracitada, fundamental para a geração de energia.

O fato de não existir mecanismos formais para solucionar (ou amenizar) as divergências sobre o Rio Brahmaputra fomentam a desconfiança. Os únicos acordos bilaterais existentes são dois memorandos de entendimento que versam sobre a disponibilidade dos dados hidrológicos que a China deve – em tese – fornecer à Índia. No entanto, cabe mencionar, por muitas vezes Nova Délhi precisa pagar para ter essas informações ou, até mesmo, lhes são negadas (ENGELK; MICHEL, 2019)<sup>78</sup>. Nem a Índia, tampouco a China estão dispostas a cooperarem para a elaboração de acordos mais robustos, vide o Tratado das Águas do Indo. Também não há intenção de instituir fóruns multilaterais para tratar com os demais estados ribeirinhos do rio (Bangladesh e Butão).

É possível notar uma dinâmica que se traduz num efeito dominó quanto tratamos da geopolítica da água na região. A China, por deter direitos sobre o Tibete, de onde originam-se os rios Brahmaputra e Indo, pressiona a Índia que, por exercer soberania na porção da Caxemira onde estão localizadas as nascentes dos afluentes do Rio Indo<sup>79</sup>, pressiona o Paquistão<sup>80</sup>. Dessa forma, há uma lógica hierárquica e competitiva em torno dos recursos hídricos, além de todo o arcabouço histórico de rivalidade que envolve estes três atores.

---

<sup>78</sup> Em 2017, durante a crise sino-indiana em Doklam, a China não forneceu dados sobre o rio. Trata-se de informações relevantes, sobretudo no período de monções devido à iminência de inundações.

<sup>79</sup> Apesar de a Índia ser um país a jusante em relação à China, no que se refere ao Rio Sutlej, afluente do Rio Indo, Nova Délhi está a montante do Paquistão, uma assimetria geopolítica bastante relevante entre os três países nucleares asiáticos.

<sup>80</sup> Além disso, cabe mencionar que a Índia se preocupa com a influência chinesa no Paquistão, seu principal inimigo. Naturalmente, esta estreita relação sino-paquistanesa desgasta a relação de Pequim com Nova Délhi. A Índia, por sua vez, se vê cada vez mais vulnerável e com a necessidade de reagir a estas ameaças que estão logo além de suas fronteiras.

A China é a maior economia da Ásia, o país mais populoso do mundo, possui um arsenal nuclear bastante poderoso, bem como dispõe de Forças Armadas com grandes avanços tecnológicos. Cada vez mais é possível notar sua ambição em expandir sua influência política, sobretudo em sua vizinhança, para garantir um grau elevado de hegemonia. Porém, em razão do que foi mencionado, quando se trata de recursos hídricos, a China é o Estado mais importante dos Himalaias, devido à sua posição geográfica e os territórios que detém controle (ENGELK; MICHEL, 2019)<sup>81</sup>. Além disso, os chineses são investidores ferrenhos no setor de barragens e hidrelétricas na Ásia. Em 2012, em um relatório emitido pela *International Rivers*, constatou-se que a China, por meio da aliança entre empresas e o Estado, estava financiando aproximadamente 308 construções de barragens<sup>82</sup> em cerca de 70 países mundo afora, sendo mais de dois terços destes investimentos na Ásia (ENGELK; MICHEL, 2019)<sup>83</sup>.

A geografia favorece a posição hegemônica sobre os recursos hídricos tanto para a Índia como para a China. Suas condições à montante nos fazem inferir que a expectativa é que continuem ditando a geopolítica da água conforme seus interesses. A água é um elemento essencial para a vida, e para o desenvolvimento socioeconômico destes países, logo, a reação destes importantes atores a essa disfunção entre oferta, demanda e controle, ditará o futuro hídrico da região.

O curso dos rios da Bacia do Indo, bem como a localização de suas nascentes, influencia na relação entre os Estados que os compartilham. Dessa forma, é fundamental compreender as variáveis que direcionam a estratégia destes países diante da geopolítica da água. O próximo capítulo discorrerá sobre os principais rios que fluem desta Bacia, bem como de que forma o crescimento populacional e a industrialização podem pressionar a disponibilidade de água, o que gera uma competição acirrada por este recurso.

---

<sup>81</sup> Cabe mencionar que é uma característica da diplomacia chinesa optar pela diplomacia bilateral, em vez de negociações multilaterais. Não é diferente no contexto dos recursos hídricos, o qual a China se recusa a participar de fóruns multilaterais que dispõem sobre o uso da água em rios transfronteiriços, sobretudo se tratar de acordos que não estão sob sua liderança. Um exemplo é o caso da Comissão do Rio Mekong, uma instituição regional que busca alinhar o comportamento dos estados-membros em relação ao compartilhamento dos recursos hídricos, e a China decidiu não aderir. Não obstante, Pequim preferiu estabelecer um órgão de sua própria iniciativa (ENGELK; MICHEL, 2019).

<sup>82</sup> Ver: *The New Great Walls: A Guide to China's Overseas Dam Industry*. Disponível em: [https://archive.internationalrivers.org/sites/default/files/attached-files/intlrivers\\_newgreatwalls\\_2012\\_2.pdf](https://archive.internationalrivers.org/sites/default/files/attached-files/intlrivers_newgreatwalls_2012_2.pdf) Acesso em: 08 fev. 2021.

<sup>83</sup> Sabe-se que, desde 2013, o investimento estrangeiro chinês tem sido pautado pela Iniciativa Belt and Road (BRI, em inglês), um projeto de mega investimentos em infraestrutura. Há muitas interpretações quanto as intenções de Pequim com o BRI, inclusive de que se trata de um projeto geopolítico com objetivos hegemônicos, para além da questão econômica. No contexto dos recursos hídricos, grande parte das barragens e hidrelétricas também se encaixam neste nicho de investimento.

### **CAPÍTULO III - A BACIA TRANSFRONTEIRIÇA DO RIO INDO E SUA RELEVÂNCIA GEOPOLÍTICA NO SUL DA ÁSIA**

A Bacia do Rio Indo enfrenta desafios severos devido ao crescimento populacional, acelerada urbanização e industrialização, degradação ambiental, não regulamentação da utilização dos recursos e poluição. Cabe ressaltar que todas estas problemáticas são ainda mais agravadas com as mudanças climáticas<sup>84</sup>. Do total de área irrigada da região, cerca de 74% está localizada no Paquistão, e cerca de 24% na Índia, logo, naturalmente são os dois países que mais demandam água do *Indus Basin Irrigation System* (IBIS), o maior sistema de irrigação do mundo.

Feita a abordagem conceitual e apresentada a relevância da água para as relações internacionais nos capítulos anteriores, bem como o panorama histórico da disputa hídrica em questão, o objetivo deste capítulo é demonstrar porque os rios que fluem pela Caxemira são essenciais para a Índia e para o Paquistão. Pretende-se identificar os principais rios, seus fluxos e a atual disponibilidade de água para que, por meio disto, seja possível compreender a razão de tamanha tensão geopolítica na região.

#### **3. Bacia do Indo: características e desafios**

A bacia transfronteiriça do Rio Indo possui uma área de aproximadamente 1,12 milhão de km<sup>2</sup>, compartilhada entre o Paquistão, Índia, China e Afeganistão. Sua nascente se estende dos Himalaias e percorre por todos os territórios mencionados acima até desembocar no Mar Árábico. Estima-se que o Rio Indo e seus afluentes compreendam 65% do território do Paquistão; 14% da área total do território indiano; 11% do Afeganistão; e apenas 1% da área total do território chinês. Cerca de 300 milhões de pessoas vivem às margens da Bacia do Indo e seus afluentes, logo, dependem da disponibilidade da água dos rios sobretudo para a atividade agrícola, principal atividade econômica da região<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> A Bacia do Rio Indo é abastecida pelas geleiras e pela chuva dos Himalaias. No entanto, muitas geleiras já estão diminuindo – cerca de um metro por ano. Este rápido derretimento pode provocar precipitações intensas, agravando as inundações do rio. E, por conseguinte, ao passo que as geleiras derreterem, espera-se que o fluxo dos rios diminua dramaticamente (KUGELMAN, 2009).

<sup>85</sup> Informações retiradas do relatório “Transboundary River Basin Overview – Indus” elaborado pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Disponível em: <http://www.fao.org/3/CA2136EN/ca2136en.pdf>.

De acordo com a FAO, os fluxos dos rios são formados principalmente pelo derretimento das geleiras dos Himalaias e das chuvas. Fora das regiões polares (Ártico e Antártica), a Bacia do Indo contém a maior área de gelo do mundo, cerca de 22.000 km<sup>2</sup>. Assim, as geleiras funcionam como um tipo de reservatório natural que abastece o Rio Indo e seus afluentes. A Bacia possui dois afluentes principais: o Cabul e o Panjnad. Quanto a este último, trata-se de um rio na extremidade de Punjab, no Paquistão, formado pela confluência dos rios Jhelum, Chenab, Ravi, Beas e Sutlej.

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, por meio do Tratado das Águas do Indo, os rios foram divididos entre rios ocidentais (Indus, Jhelum e Chenab) e rios orientais (Ravi, Beas e Sutlej). A divisão passou a vigorar a partir de 1960, na tentativa de solucionar a disputa hídrica entre a Índia e o Paquistão. De acordo com o tratado, o Paquistão tem o direito de usar irrestritamente todas as águas oriundas dos rios ocidentais, ou seja, por estarem localizados em território indiano, Nova Délhi possui o dever de não interferir no fluxo natural dos rios, exceto para uso doméstico e geração de energia hidrelétrica, cujos montantes são dispostos no Tratado. Quanto aos rios orientais, todo o seu volume de água deve estar disponível para uso irrestrito indiano. Dessa forma, enquanto estiverem percorrendo pelo Paquistão, este não deve interferir em seu curso natural (WCD, 2000).

A qualidade da água do Rio Indo e seus afluentes é considerada excelente. De acordo com Bhutta (1999), o total de sólidos dissolvidos varia entre 60-374 ppm (partes por milhão), o que é considerado seguro e de possibilidades múltiplas de uso. No entanto, a qualidade da água é diminuída a jusante, apesar de permanecer dentro dos limites permitidos para uso. Isso se dá devido ao descarte indiscriminado de efluentes como água de drenagem agrícola e águas residuais industriais<sup>86</sup>. No entanto, a água subterrânea é considerada salobra dentro dos padrões do aquífero do *Indus Basin Irrigation System (IBIS)* (Ahmad, 2008).

O uso de pesticidas e fertilizantes nitrogenados afetam sobremaneira as águas subterrâneas rasas, e a entrada de efluentes nos rios e canais prejudica a qualidade da água doce. Há a preocupação com a taxa de absorção de sódio e o carbonato de sódio residual, decorrente do uso dos materiais supracitados. Embora a salinidade e a sodicidade do solo restrinjam a produção agrícola, tais problemas são agravados pela baixa qualidade da água subterrânea (Kijne e Kuper, 1995).

---

<sup>86</sup> O Paquistão, um Estado ribeirinho localizado a jusante, já sofre desta falta de planejamento quanto aos resíduos. Em Karachi e Lahore, as principais cidades metropolitanas paquistanesas, a água poluída é um problema agravante, provocando doenças transmitidas pela água.

A civilização do vale do Indo possui tradição em agricultura irrigada, datada desde 1859, com a construção do Canal Upper Bari Doab (UBDC). Até então, a irrigação era feita por meio de uma rede de canais que só funcionavam durante períodos de grande vazão do rio. Desde então, grandes canais foram construídos nos afluentes ao longo dos anos e, durante o processo de independência, o sistema de irrigação do Indo, originalmente concebido em sua totalidade, foi dividido entre a Índia e o Paquistão, sem levar em consideração as fronteiras irrigadas. Por esta razão, houve, então, uma disputa internacional pela água que permanece até o presente (FAO,2011)<sup>87</sup>.

No sistema do Indo, a água dos rios é desviada por barragens e açudes, e só depois entregue aos principais canais. No Paquistão, cerca de 95% da irrigação do país está localizada na Bacia do Rio Indo. Estima-se que, em 2008, a área total equipada para irrigação no país foi 19,99 milhões de hectares, ao passo que a área total de gestão de água no Paquistão possui cerca de 21,20 milhões de hectares. De acordo com o relatório da FAO<sup>88</sup> (2011), a área total equipada para irrigação em toda a Bacia do Indo é estimada em 26 milhões de hectares, sendo que o Paquistão constitui cerca de 19,08 milhões de hectares (ou 72%); já a Índia, corresponde a cerca de 6,71 milhões de hectares (ou 25%); Afeganistão por 0,44 milhões (ou 1,7%); e a China, 0,03 milhões (ou 1%).

A exploração de água na Bacia do Rio Indo é estimada em 299 km<sup>3</sup>, onde o Paquistão usufrui o correspondente a 63% de retirada; a Índia por 36%; Afeganistão por 1%; e a China por 0,4%. A FAO aponta que a retirada da irrigação é responsável por 278 km<sup>3</sup>, ou 93% do total da capacidade. No que se referem às águas superficiais e subterrâneas, estas constituem, respectivamente, 52% e 48% das retiradas totais na Bacia. Sabe-se que grande parte das chuvas de verão não são disponíveis para a produção agrícola ou abastecimento para as águas subterrâneas, isto porque o escoamento acontece de forma muito rápida em caso de chuvas torrenciais como no verão (FAO, 2011).

---

<sup>87</sup> Em 1948, a Índia interrompeu, unilateralmente, o fornecimento de água aos canais do Paquistão que são originados nas nascentes localizadas nos rios orientais de Ravi e Sutlej, pois reivindicava seu direito às águas destes três rios (WCD, 2000). Além de prejudicar a economia nacional paquistanesa, este episódio afetou sobremaneira os planos de desenvolvimento de recursos hídricos do país vizinho. Não à toa, desde sua criação, o Paquistão busca a solução da disputa pela Caxemira, devido, principalmente, às questões hídricas. Em 1960, após negociações mediadas pelo Banco Central, houve a assinatura do Tratado das Águas do Indo, conforme já mencionado neste trabalho. No entanto, pode-se observar que nos últimos anos, sobretudo o Paquistão, tem feito oposição aos projetos hidrelétricos da Índia nos rios ocidentais, Chenab e Jhelum, alegando que isto pode afetar a distribuição de água. A barragem Baglihar, construída em Chenab, em Jammu e Caxemira, foi concluída em 2008 e tem sido motivo de constantes divergências entre a Índia e o Paquistão. Islamabad afirma que o projeto viola o Tratado.

<sup>88</sup> “Transboundary River Basin Overview – Indus” elaborado pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Disponível em: <http://www.fao.org/3/CA2136EN/ca2136en.pdf> Acesso em: 02 fev. 2021.

A demanda pela água dos rios que compõem a Bacia do Indo está aumentando por diversas razões, fato que alerta para a problemática da escassez. A agricultura irrigada é responsável por cerca de 90% da demanda total da Bacia, sendo que as principais áreas agrícolas estão concentradas na província do Punjab, do lado indiano e da parte paquistanesa (LAGHARI; VANHAM; RAUCH, 2011). A crescente populacional prevista, associado ao aumento da urbanização e da industrialização, conseqüentemente eleva a demanda para fins domésticos e industriais. Naturalmente, também serão aumentados os níveis de demanda para a produção de alimentos e energia, ao passo que, por outro lado, pressiona a oferta de água subterrânea. Além disso, a maior demanda oriunda de outros setores significa a redução da oferta de irrigação, ou seja, a agricultura cada vez precisará produzir mais com menos água (MOLLINGA, 2006).

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, a lógica das chamadas “water wars” (guerras pela água), dispõe que os países entrarão em confronto para garantir seu acesso aos recursos hídricos, sobretudo em caso de escassez (CHELLANEY, 2013). Neste caso, o uso competitivo em um cenário no qual os países possuem uma rivalidade prévia, há um conflito mais amplo. O objetivo das próximas seções é discorrer acerca das razões domésticas pelas quais o Paquistão e a Índia se inseriram na geopolítica da água que envolve a Bacia do Indo.

### **3.1 Paquistão: oferta e demanda de água**

Anatol Lieven, um pesquisador do sul da Ásia, alerta que a falta de água apresenta uma das maiores ameaças à viabilidade do Paquistão como um Estado<sup>89</sup>. O tom exagerado desta afirmação se dá devido a alguns dados um tanto quanto sensíveis. Pelo menos 90% dos recursos hídricos do Paquistão são alocados para o setor de irrigação e demais necessidades agrícolas, uma vez que se trata de um país extremamente árido com a economia dependente da agricultura. Todavia, as intensivas práticas de irrigação indevida e drenagem inadequada provocaram o alagamento e a salinidade do solo nas principais áreas cultiváveis. O resultado disto é que grande parte do solo que seria propício para a atividade agrícola fica muito úmido ou muito salgado para gerar uma colheita que atenda às necessidades do país (KUGELMAN, 2009).

Tendo em vista que a maior parte do abastecimento de água é dedicado à agricultura, estima-se que menos de 10% é direcionado para água potável e saneamento. Naturalmente, muitos paquistaneses não possuem este serviço básico. Segundo Kugelman (2009), cerca de 40 a 55

---

<sup>89</sup> LIEVEN, Anatol; HULSMAN, John. Developmental Realism, Harvard Law and Policy Review. Disponível em: <https://harvardlpr.com/online-articles/developmental-realism/> Acesso em: 15 fev. 2021.

milhões de paquistaneses – aproximadamente de um quarto a um terço da população total do país – não têm acesso a água potável. Um caso grave de crise de água é encontrado na região árida de Sindh, ao sul do Paquistão pois, com o aumento da população, grandes volumes de água do Rio Indo foram desviados rio acima para a província de Punjab, de modo a atender à alta demanda por agricultura e consumo nas cidades urbanas. Consequentemente, em Sindh, localizado rio abaixo, o grande rio se transformou em um canal, o que impactou os meios de subsistência especialmente para os pescadores<sup>90</sup>.

Kugelman (2009) aponta algumas alterações demográficas que também estão agravando a insegurança hídrica no Paquistão. Trabalhadores rurais estão migrando para as grandes cidades, já superlotadas e com escassez de água, em busca de empregos que outrora lhes foram tirados devido à falta deste recurso. Além disso, houve o retorno de uma leva de expatriados do Oriente Médio, que perderam seus empregos devido à crise financeira global, logo, tais fluxos migratórios pressionam sobremaneira a oferta nacional de água.

Não obstante, a segurança na sociedade se torna uma problemática. Tendo em vista que pescadores e agricultores estão perdendo seus empregos, os desvios de água como medidas de desespero alimentam tensões étnicas pré-existent<sup>91</sup>. No noroeste do Paquistão<sup>92</sup>, onde grupos insurgentes possuem mais força, a pobreza alimenta sentimentos revanchistas contra o governo central. Em 2009, um dos anos mais caóticos na luta contra o terrorismo, as forças do Talibã paquistanês explodiram as redes de eletricidade, o que interrompeu o abastecimento de água na região. Foi um episódio preocupante, pois o ataque aconteceu próximo à barragem de Tarbela<sup>93</sup> e à capital Islamabad.

Apesar de o Talibã ter sido apontado como o principal responsável pelo ataque, o Paquistão acusa veemente a Índia de ter interrompido o fluxo de água a jusante para seu território. Ainda em 2009, um ano depois dos ataques terroristas de Mumbai, oficiais militares paquistaneses

---

<sup>90</sup> “Os pescadores são forçados a coletar lenha para viver e comprar água (a alto custo) de caminhões. O Delta do Indo está sofrendo de “degradação severa”, gerando “pobreza costeira”, desesperança e desespero e provocando grandes danos aos manguezais do delta e destruindo ecossistemas inteiros (KUGELMAN, 2009, p. 6). No original: “The fishermen—who are now forced to gather firewood for a living and to buy their water (at high cost) from trucks. One Pakistani environmentalist has lamented how the Indus Delta is suffering through “severe degradation,” sparking “coastal poverty, hopelessness, and despair,” causing great damage to the delta’s mangroves, and destroying entire ecosystems”.

<sup>91</sup> As províncias paquistanesas são divididas basicamente por linhas étnicas: sindhis vivem em Sindh, pashtuns em Pakhtunkhwa, punjabis em Punjab. Trata-se de identidades étnicas anteriores a formação do Paquistão como Estado nacional. Muitas vezes, esta identidade é mais forte do que o nacionalismo paquistanês e, em casos assim referidos, há disputa entre os próprios nacionais pois inflama uma disputa já existente.

<sup>92</sup> O Território Federal das Áreas Tribais (Federally Administered Tribal Areas, FATA) é uma região fora das três principais províncias paquistanesas. Embora seja nomeado como território federal, na prática, quem governa são as tribos (principalmente pasthun), que povoam a região e são independentes do governo central.

<sup>93</sup> Uma das maiores barragens de terra e rocha, e um dos maiores projetos concluídos em torno da Bacia do Indo. Está localizada no Rio Indo, próximo à Islamabad, capital paquistanesa.



começaram a expor violações da Índia ao Tratado das Águas do Indo, sugerindo que as questões hídricas são uma causa latente do conflito corrente na Caxemira. O presidente à época, Asif Ali Zardari, declarou preocupações semelhantes ao afirmar que: “a crise da água no Paquistão está diretamente ligada às relações com a Índia” e ainda: “o fracasso em resolver o imbróglio da água pode alimentar o descontentamento, o que leva ao extremismo e ao terrorismo<sup>94</sup>”.

O perfil hídrico do Paquistão sofreu alterações. De acordo com o relatório “*Water Security in Pakistan: Issues and Challenges*”, emitido pelo *United Nations Development Programme in Pakistan*, 2016 (UNDP-Pakistan), entre 1990 e 2015 a disponibilidade de água per capita reduziu de 2.127 m<sup>3</sup> a 1.306 m<sup>3</sup> per capita<sup>95</sup>. A Tabela 1 demonstra a relação entre água disponível e população no Paquistão:

**Tabela 1** – População e disponibilidade de água no Paquistão

| Parameter  | Data at Pakistan Level |
|--|------------------------|
| Population 1998 (millions)   | 132.35                 |
| Population 2016 (millions)   | 189.87 <sup>8</sup>    |
| River Flows (MAF)  | 144.7 <sup>9</sup>     |
| Floodwater outside Indus basin (MAF) <sup>10</sup>                             | 22.0                   |
| Floodwater outside basin but drained to Indus River System (MAF) <sup>11</sup> | -10.7                  |
| Total Available Water (MAF)  | 156.0                  |
| Water Availability per Capita (m <sup>3</sup> /person/annum)                   | 1014                   |

Fonte: UNDP – Pakistan, 2016.

O país é abastecido em grande parte pela chuva e pela neve, fluxo de rios e derretimento de geleiras. Cerca de 92% do país é considerado como árido e semiárido. Assim, as características físicas do Paquistão tornam a gestão dos recursos hídricos bastante complexa, uma vez que o

<sup>94</sup> Partnership With Pakistan. Washington Post; Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/01/27/AR2009012702675.html> Acesso em: 14 fev. 2021.

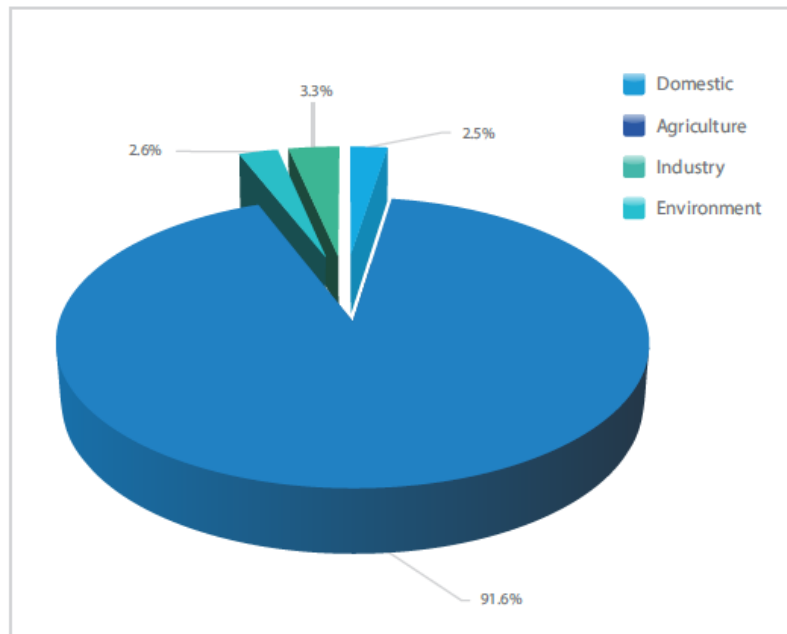
<sup>95</sup> De acordo com o relatório “*Water Security in Pakistan: Issues and Challenges*”, emitido pelo United Nations Development Programme in Pakistan, 2016 (UNDP-Pakistan), a capacidade de armazenamento no Paquistão é de 121 m<sup>3</sup> por pessoa, maior apenas do que a capacidade da Etiópia. São os Estados Unidos quem abrigam a maior capacidade de armazenamento, estimada em 6.000 m<sup>3</sup> por pessoa, seguido pela Austrália e pela China. Se compararmos com a capacidade de armazenamento de 900 dias no Rio Colorado, nos EUA, o Paquistão possui uma capacidade de armazenamento de apenas 30 dias.

abastecimento dos aquíferos e água subterrânea, por exemplo, dependem da probabilidade de se ter temporadas mais úmidas.

Quanto ao abastecimento oriundo dos rios, os fluxos sazonais, anuais e diários dos rios e afluentes do Sistema do Indo são bastante variáveis. Estes são limitados devido à dependência das geleiras, derretimento da neve e chuvas. Durante o período das monções, o fluxo aumenta quase cinco vezes, no entanto, perde-se bastante devido à falta de estrutura para recolher água, ou até mesmo devido à agressividade das chuvas que acabam destruindo os reservatórios. Durante a seca, a variação do fluxo dos rios deu origem a crises hídricas significativas, o que é combustível para conflitos intranacionais e internacionais.

No Paquistão, os setores que mais consomem água são o setor doméstico, agricultura, indústria. Embora a agricultura seja o setor que mais demanda este recurso, a elite paquistanesa classificou o ambiente doméstico como prioridade alta, tendo em vista que se trata de uma necessidade básica, bem como um direito humano. O setor agrícola consome cerca de 91,6% do total do uso de água no Paquistão, por ano; seguido do setor doméstico com 2,6%; e a indústria em 2,5%. O gráfico da Figura 10 ilustra esta divisão:

**Figura 10** – Uso de água por setor



Fonte: UNDP – Pakistan, 2016.

A agricultura irrigada fornece, aproximadamente, 90% do trigo, juntamente com pequenos grãos, cana-de-açúcar, arroz, algodão, frutas e vegetais. O sistema irrigação da Bacia do Indo rendeu cerca de US\$ 21,2 bilhões (cerca de 19,8%) para o PIB do Paquistão entre 2015 e 2016.

### 3.1.1 Crescimento populacional

De acordo com o *United States Census Bureau*, o Paquistão é o quinto país mais populoso do mundo, com cerca de 233,4 milhões de habitantes em 2020<sup>96</sup>. De acordo com o relatório “*Population Growth: Implications for Human Development 2019*”<sup>97</sup> emitido pela UNDP – Paquistão, a taxa de crescimento populacional no país é a mais alta do sul da Ásia, em 2,40%. Estima-se que a população aumentou mais de seis vezes desde 1951, quando foi realizado o primeiro censo pós-independência. Naturalmente, esta realidade apresenta desafios para o desenvolvimento socioeconômico do país<sup>98</sup>.

O Paquistão enfrenta uma série de desafios domésticos, como altas taxas de desemprego, sistema de saúde bastante precário, inflação, restrições fiscais e, conseqüentemente, a taxa de crescimento populacional constantemente alta agrava estes desafios, inclusive no que se refere à oferta de água. O último censo realizado pelo governo paquistanês data de 2017. A Tabela 2 mostra o resultado dos últimos censos, nos quais a taxa média de crescimento anual sinaliza a população cresceu e que continuará crescendo nos próximos anos:

**Tabela 2** – Crescimento populacional entre 1957-2017

| Census Year | Population (in millions) | Average Annual Intercensal Growth Rate (percentage) |
|-------------|--------------------------|---|
| 1951        | 33.78                    | -   |
| 1961        | 42.98                    | 2.5   |
| 1972        | 65.31                    | 3.7   |
| 1981        | 84.25                    | 3.1   |
| 1998        | 133.35                   | 2.7   |
| 2017*       | 207.77                   | 2.4   |

Source: Population Censuses of Pakistan.

Fonte: Governo do Paquistão (2017)

De acordo com as estimativas da ONU, expostas no relatório *World Population Prospects* (2019), em 2050, mais da metade do crescimento populacional mundial estará concentrado em

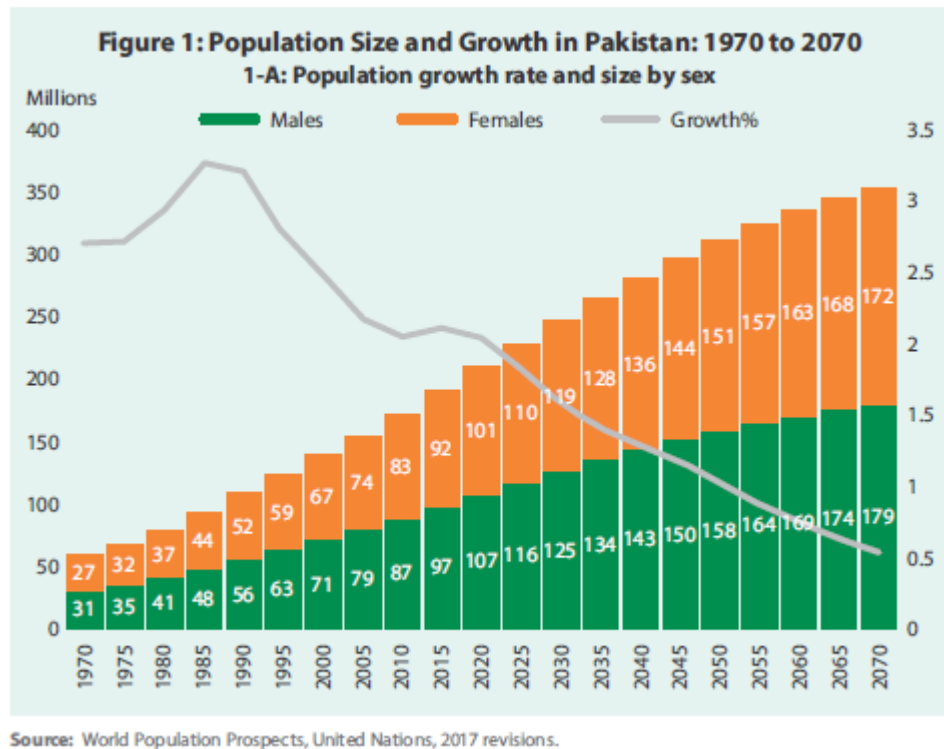
<sup>96</sup> Censo de 2020. Ver: <https://www.census.gov/popclock/world>

<sup>97</sup> UNITED NATIONS. *Population Growth: Implications for Human Development* (2019). Disponível em: [https://www.pk.undp.org/content/pakistan/en/home/library/development\\_policy/dap-vol6-iss1-population-growth.html](https://www.pk.undp.org/content/pakistan/en/home/library/development_policy/dap-vol6-iss1-population-growth.html) Acesso em: 14 fev. 2021.

<sup>98</sup> O aumento da taxa de crescimento populacional pode ser atribuído a vários fatores, mas, sobretudo, às normas culturais e religiosas, que afetam o acesso a métodos eficazes de planejamento familiar.

apenas nove países, entre eles o Paquistão<sup>99</sup>. Neste cenário, o Paquistão terá em torno de 403 milhões de habitantes. Embora a Tabela 2 demonstre uma leve queda na taxa de crescimento ao longo dos anos, a tendência indica que não atingirá 1% ao ano até 2050<sup>100</sup>.

**Figura 11** – Tendências de crescimento populacional até 2070



Fonte: ONU (2017)

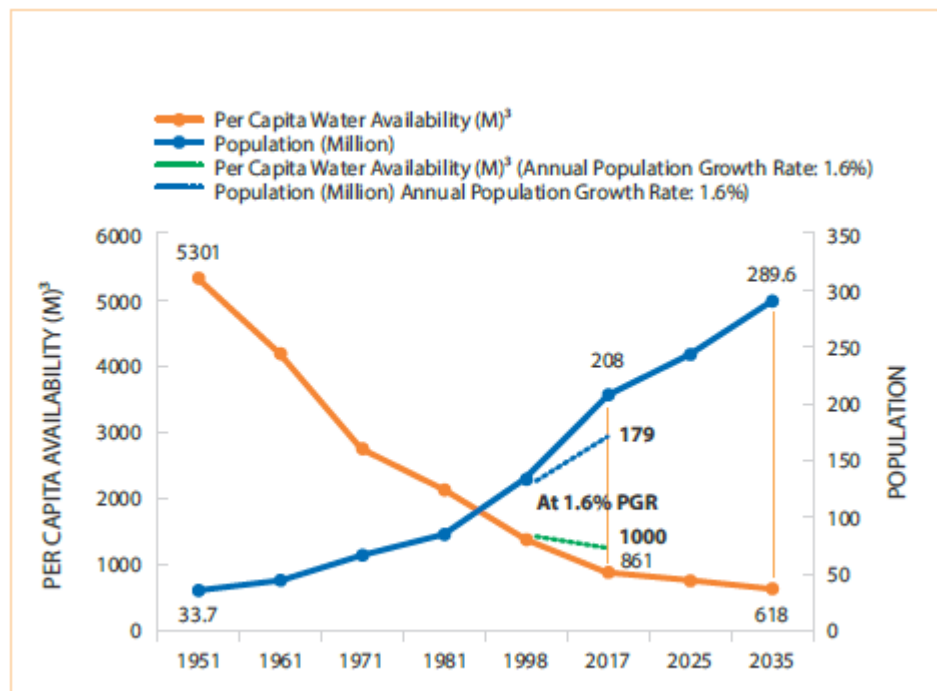
O crescimento populacional descoordenado e não planejado pode fomentar desafios ao padrão de vida dos indivíduos. Saúde, educação, renda, saneamento e segurança são alguns setores que podem ser afetados. No caso do Paquistão, esta crescente faz com que os recursos – já limitados – do país sejam consumidos em vez de serem investidos em desenvolvimento. Dessa forma, há uma estagnação socioeconômica. A questão hídrica, por exemplo, é bastante afetada por estes números. O país enfrenta sérias crises de escassez de água, provocando perda de terras propícias para o cultivo, fato que implica na retração da economia.

<sup>99</sup> Índia, Nigéria, Paquistão, República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia, Indonésia, Egito e Estados Unidos são os nove países mencionados no relatório. Disponível em: [https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019\\_Highlights.pdf](https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf) Acesso em: 06 fev. 2021.

<sup>100</sup> UNITED NATIONS. Population Growth: Implications for Human Development (2019). Disponível em: [https://www.pk.undp.org/content/pakistan/en/home/library/development\\_policy/dap-vol6-iss1-population-growth.html](https://www.pk.undp.org/content/pakistan/en/home/library/development_policy/dap-vol6-iss1-population-growth.html) Acesso em: 14 fev. 2021.

Em razão do cenário supracitado, as crises decorrentes do estresse sobre os recursos hídricos serão agravadas, refletindo de maneira aguda na agricultura, produção de alimentos, pobreza e, naturalmente, no desenvolvimento socioeconômico. O censo de 2017 indica um estado de escassez de água, em cerca de 861 m<sup>3</sup> per capita (SATHAR, 2017). A Figura 12 exemplifica:

**Figura 12** – Disponibilidade de água versus crescimento populacional



Source: Pakistan Water and Power Development Authority and Population Council Estimates

Fonte: Pakistan Water and Power Development Authority and Population Council Estimates (2017).

A escassez hídrica exerce pressão sobre a terra e prejudica a agricultura. A ausência ou a baixa oferta de água afasta a população desta atividade, o que provoca um abandono da terra em direção aos grandes centros em busca de empregos (SATHAR, 2017).

Conforme discutido acima, o Paquistão é dependente do Rio Indo e seus afluentes, seja para abastecimento doméstico, seja para a produção agrícola, sendo este último setor a segunda maior atividade rentável para a economia do país, atrás apenas do setor de serviços. Aproximadamente 45% da força de trabalho da população é envolvida na atividade agrícola e, não obstante, é o setor que mais demanda água no país (PIESSE, 2015). Portanto, qualquer alteração no fluxo e/ou na oferta de água para o Paquistão, significa prejuízo em níveis bastante elevados.

Uma vez que a água é uma pauta de segurança nacional, é natural que a disputa pela Caxemira seja um dos temas mais sensíveis no contexto de rivalidade com a vizinha Índia: “A experiência mostra que a escassez de água que ocorre em combinação com outras fontes de tensão - incluindo disputas territoriais, degradação ambiental, pobreza e instituições regionais fracas ou ausentes - facilmente cria conflitos” (CHELLANEY, 2013, p. 2)<sup>101</sup>.

Nota-se, sob a ótica paquistanesa, uma certa vulnerabilidade diante um comportamento hegemônico da Índia, tendo em vista que as nascentes dos rios que abastecem sua população e aquecem sua economia, estão sob controle do país rival. O estresse hídrico já é uma realidade no Paquistão e já se pode observar os efeitos que isto pode causar, como a estagnação do crescimento econômico, violência e a disputa intraestatal pelo uso da água.

A instrumentalização da água como uma arma política alimenta sentimentos revanchistas em Islamabad, o que, conseqüentemente, fomenta o conflito em torno do controle e acesso a água. Dessa forma, é natural que o Paquistão insista em ter controle sobre o território da Caxemira, pois isto significaria o uso seguro e autônomo de água.

### 3.2 Índia: oferta e demanda de água

A Índia tem se tornado um ator importante na política internacional, tanto pela expressiva população, como pelas estimativas de crescimento econômico. De acordo com o United States Bureau Census (2020), a Índia é o segundo país mais populoso do mundo, com 1,3 bilhão de habitantes<sup>102</sup>. O relatório *World Population Prospects* (2019), emitido pela ONU, aponta que, já em 2027, a Índia poderá ultrapassar a China e se tornar o país mais populoso do mundo, com uma população estimada em 1,5 bilhão de pessoas<sup>103</sup>. Com 28 estados e 8 territórios da União<sup>104</sup>, uma ressalva: apesar do fomento à industrialização, cerca de 67% da população vive em zonas rurais e apenas 33% em áreas urbanas.

---

<sup>101</sup> No original: “Experience has show that water scarcity occurring in combination with other sources of tension – including territorial disputes, environmental degradation, poverty and weak or absent regional institutions – easily stokes conflits”

<sup>102</sup> Disponível em: <https://www.census.gov/popclock/print.php?component=counter> Acesso em: 11 fev. 2021.

<sup>103</sup> Em que pese as estimativas de crescimento populacional, é importante mencionar que o nível de fertilidade na Índia está caindo, apesar de o padrão ainda ser pelo menos dois filhos por família. Além disso, o hinduísmo como corrente filosófica influencia sobremaneira na ação das mulheres, no que podem ou não fazer e, dessa forma, também possui impactos nas discussões de fertilidade, sobretudo nas áreas rurais. Os censos oficiais da Índia são esporádicos, inconstantes e, por isso, é difícil mensurar exatamente tais taxas. Porém, sabe-se que são as cidades mais urbanizadas de Mumbai e Nova Délhi que retraem os níveis de fertilidade nos índices.

<sup>104</sup> Desde janeiro de 2020, com a junção dos dois territórios Daman e Diu – Dadra e Nagar Haveli, o número de Territórios da União (que antes consistiam em nove) agora são oficialmente oito, após aprovação do Parlamento.

Conforme já mencionado anteriormente, a atividade agrícola é um dos pilares da economia indiana, que emprega aproximadamente 55% da sua força de trabalho para este fim. No PIB, a agricultura representa cerca de 17%, sendo a fonte de subsistência principalmente para as famílias que vivem afastadas dos centros, como Mumbai e Nova Délhi. De acordo com a FAO, 70% das famílias dependem da produção agrícola para sobreviver<sup>105</sup>. Ademais, a agricultura é responsável por cerca de 90% do uso de água devido, sobretudo, ao esgotamento dos lençóis freáticos – que estão em queda devido à demanda nas zonas urbanas<sup>106</sup>.

A Figura 13, retirada do relatório “Strategy for New India @75<sup>107</sup>”, traz as estimativas da força de trabalho total da Índia, na qual a agricultura ocupa um espaço significativo. Considerando que, atualmente, grande parte dos trabalhadores estão empregados na agricultura, logo sairão em busca de empregos em outras áreas, devido ao crescimento populacional e ao cenário de escassez e estresse hídrico. Assim, será necessária uma política para criação de novos empregos para absorver o acréscimo à força de trabalho<sup>108</sup>:

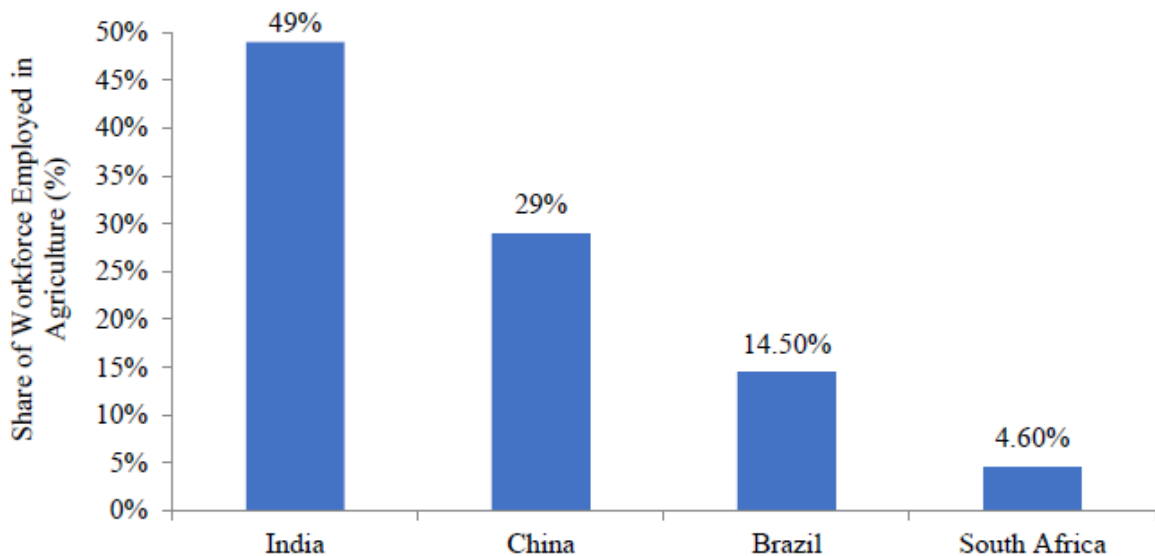
### Figura 13 – Força de trabalho na agricultura

<sup>105</sup> World Population Prospect, United Nations. Disponível em: [https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019\\_Highlights.pdf](https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf) Acesso em: 11 fev. 2021.

<sup>106</sup> O Instituto Tata de Ciências Sociais (TISS) aponta que a maioria das cidades urbanas na Índia já enfrentam déficit hídrico, sendo que 40% da demanda da zona urbana é de água subterrânea. O resultado disso é a queda das taxas no que se refere aos lençóis freáticos, cerca de 2 a 3 metros por ano.

<sup>107</sup> O documento, datado de 2018, e assinado pelo primeiro-ministro Narendra Modi, é resultado de um esforço coletivo para planejar uma Índia capaz de responder aos desafios impostos, já em 2022. No relatório, os principais temas abordados são: desenvolvimento, crescimento populacional e abastecimento hídrico.

<sup>108</sup> Para capitalizar o dividendo demográfico, a Índia deverá criar empregos de alta produtividade (Strategy for New India @75’ (2018).



Source: NSSO; World Bank

A Índia representa 18% da população mundial, porém, possui apenas 4% dos recursos mundiais de água doce<sup>109</sup>. A distribuição destes recursos hídricos por todo o seu território acontece de forma desigual, o que gera um ciclo problemático, pois, devido ao aumento das necessidades industrial e agrícola, a Índia está numa situação na qual o consumo aumenta desproporcionalmente à oferta, que permanece constante (DHAWAN, 2017).

A estrutura de irrigação presente na Índia consiste em redes de canais de rios, lençóis freáticos, poços, tanques e demais infraestruturas para captação de água da chuva para fins agrícolas. Atualmente, o manejo de solo é considerado o maior deles, com cerca de 160 milhões de hectares de terras cultivadas, 39 milhões de hectares irrigados por água subterrânea e 22 milhões de hectares irrigados. Além disso, estima-se que dois terços do cultivo na Índia dependem da época das monções (DHAWAN, 2017).

Sabe-se que a Índia é o maior produtor mundial de leite, frutas, vegetais e, ainda, o segundo maior em trigo e arroz – cultivos que demandam níveis elevados de água para a produção<sup>110</sup>. Uma vez que os principais estados produtores de arroz estão situados na fronteira

<sup>109</sup> Ministério dos Recursos Hídricos, Governo da Índia. Disponível em: [http://mowr.gov.in/sites/default/files/Guidelines\\_for\\_improving\\_water\\_use\\_efficiency\\_1.pdf](http://mowr.gov.in/sites/default/files/Guidelines_for_improving_water_use_efficiency_1.pdf) Acesso em: 15 fev. 2021.

<sup>110</sup> A longo prazo, é preciso alertar para a necessidade de ter que selecionar as culturas, caso não haja uma melhoria na disponibilidade de água, bem como na gestão deste recurso. Arroz, trigo e cana-de-açúcar- representam cerca de 90% da produção agrícola da Índia, ao mesmo tempo que são os cultivos que mais demandam água. O arroz,



com a Caxemira, há, naturalmente, uma dependência maior do fluxo de rios da Bacia do Indo para o cultivo, sobretudo para a técnica de irrigação (OLIVEIRA, 2019).

Em termos de gestão de recursos hídricos, a Índia é considerado um país que vive um cenário de estresse hídrico<sup>111</sup>. A falta de estrutura para captação e armazenamento, associado a má gestão de água, criaram uma situação em que pouco se aproveita das fontes de água, principalmente oriunda das chuvas.

É importante mencionar os objetivos do governo central, dispostos no documento “Strategy for New India @75” no que se refere à questão hídrica. Entre 2022-23, o governo espera aprimorar a gestão dos recursos hídricos na Índia, de modo que garanta a disponibilidade adequada de água para a agricultura, para o desenvolvimento econômico, bem como para a manutenção do meio ambiente. No setor industrial, recomenda-se o uso de água tratada, para garantir menos emissão de efluentes não tratados advindos das áreas industriais.

A indústria<sup>112</sup> é o segundo maior setor que mais consome água na Índia, sendo suas principais fontes as águas subterrâneas e superficiais, ou seja, aquelas que escoam pelas chuvas e dão origem aos rios e lagos. A escolha da origem da água depende da disponibilidade de abastecimento de água suficiente e regular para a manutenção da indústria, além do custo<sup>113</sup>. Apesar de atualmente consistir em apenas 8%<sup>114</sup> da demanda total de água, as estimativas apontam para um crescimento acelerado desta taxa. Assim, espera-se que até 2050, o consumo de água pela indústria deverá aumentar para 13%<sup>115</sup>.

De acordo com o *The Energy and Resources Institute* (2017), o consumo total de água para as principais indústrias, como setor têxtil, papel, celulosa, cimento, fertilizantes, ferro e

---

por exemplo, tão importante para as exportações, consome até 3.500 litros de água por quilo produzido (DHAWAN, 2017).

<sup>111</sup> Um país é classificado com estresse e escassez hídrica quando a disponibilidade de água per capita for abaixo de 1700 m<sup>3</sup> e 1.000 m<sup>3</sup>. Com 1.544 m<sup>3</sup> per capita, a Índia já é um país com estresse hídrico, cujas estimativas caminham para um cenário de escassez hídrica.

<sup>112</sup> Cabe ressaltar que, de acordo com o documento “Strategy for New India @75”, o objetivo da Índia é dobrar a taxa de crescimento do setor de manufatura até 2022. Promover, por meio de planejamento, avanço tecnológico, denominado “Indústria 4.0”, cujo esforço, espera o governo, seja o divisor de águas para a formação do setor manufatureiro em 2022.

<sup>113</sup> No caso da água subterrânea, por exemplo, há o custo de extração, energia, combustível, dentre outros custos.

<sup>114</sup> É importante ressaltar que, no caso da Índia, não há estimativas precisas acerca do consumo de água utilizada pelo setor industrial. Diversas agências relatam diferentes números. Para este trabalho, utilizou-se a informação contida no relatório do Ministério de Recursos Hídricos da Índia (2014), no qual a indústria corresponde por cerca de 8% da captação total de água doce. Já o Banco Mundial estima que o uso de água pelo setor industrial chega a 13% da retirada total de água doce do país. Além disso, ainda de acordo com o Banco Mundial, espera-se que a demanda de água para este setor aumentará a uma taxa de 4,2% ao ano, saindo de 67 bilhões m<sup>3</sup> em 1999 para 228 bilhões m<sup>3</sup> em 2025 (AGGARWAL; KUMAR, 2011).

<sup>115</sup> Ministério dos Recursos Hídricos, Governo da Índia (2014). Disponível em: [http://mowr.gov.in/sites/default/files/Guidelines\\_for\\_improving\\_water\\_use\\_efficiency\\_1.pdf](http://mowr.gov.in/sites/default/files/Guidelines_for_improving_water_use_efficiency_1.pdf) Acesso em: 14 fev. 2021.

aço, é de cerca de 2BCM, aproximadamente 1/3 da demanda doméstica de água. Estes dados são referentes à “região oeste”<sup>116</sup> da Índia, como os estados de Maharashtra e Gujarat, que estão entre os estados mais industrializados do país. Dentre as indústrias mencionadas acima, localizadas nas regiões supracitadas, as indústrias de ferro e de aço são as que mais consomem água, com cerca de 75% do consumo industrial total.

Não há dúvidas de que a água é um insumo essencial para a Índia, tendo um efeito determinante em sua economia, não apenas para a agricultura e indústria, mas também para a pecuária e para a pesca. Além disso, destaca-se o setor energético, fundamental para os objetivos da Índia de se tornar uma potência global, uma vez que a disponibilidade adequada de energia é um requisito para o desenvolvimento econômico de um Estado. Conseqüentemente, a segurança energética está diretamente ligada à disponibilidade de água. Tendo em vista que a Índia é a quinta maior economia do mundo<sup>117</sup> e possui objetivos claros, políticas e estratégias para pleitear um “assento” no hall das grandes potências, decidiu-se despendar uma seção para tratar da temática energética e sua relação com a água.

### 3.2.1 Índia: energia versus água

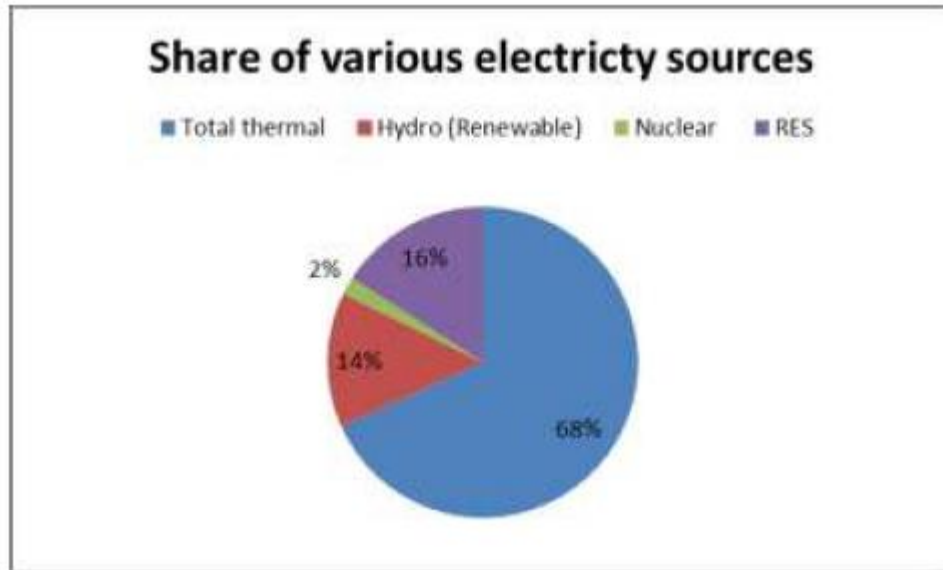
A Índia ocupa o quinto lugar em termos de geração de eletricidade, e é o sexto maior consumidor de energia do mundo. Ao longo dos últimos 30 anos, sobretudo devido ao desenvolvimento econômico, a demanda por energia cresceu cerca de 3,6% ao ano. Estimativas do *The Energy and Resources Institute* (2017) apontam que até 2030 a demanda total de eletricidade no país ultrapasse 950.000 MW. A Figura 14 ilustra a participação das fontes de eletricidade na Índia, na qual a térmica se apresenta como a maior fonte de produção de energia no país:

---

<sup>116</sup> “Região Oeste” é uma classificação definida pela Central Electricity Authority, cuja composição consiste nos estados de Gujarat, Maharashtra, Goa, Madhya Pradesh e Chhattisgarh. A região possui cerca de 16,7% do total de recursos hídricos superficiais utilizáveis do país, e aproximadamente 15,25% da disponibilidade líquida anual de água subterrânea do país.

<sup>117</sup> De acordo com o relatório do think tank World Population Review, dos Estados Unidos, a Índia emergiu como a quinta maior economia do mundo, ultrapassando o Reino Unido e a França em 2019. Ainda segundo esta fonte, o setor de serviços da Índia é o setor com mais rápido crescimento no mundo, o que representa 60% de sua economia e 28% de emprego, seguido da atividade agrícola, sendo, então, os dois setores mais importantes. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/business/story/india-becomes-world-fifth-largest-economy-overtakes-uk-france-report-1647446-2020-02-18> Acesso em: 14 fev. 2021. O Fundo Monetário Internacional também afirma que a Índia se tornou a quinta maior economia do mundo, em seu relatório World Economic Outlook (2020) e que, em termos de PIB nominal, ultrapassou a França e o Reino Unido. O crescimento do PIB da Índia está entre os mais altos do mundo nos últimos 10 anos, crescendo regularmente entre 6 a 7%. Quanto ao PIB real, o FMI alerta, deve desacelerar no próximo ano devido à fragilidade do crédito e altos níveis de inflação. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020> Acesso em: 14 fev. 2021.

**Figura 14** – Fontes de eletricidade na Índia



Fonte: The Energy and Resources Institute, New Delhi (2017)

O fornecimento de energia abrange diferentes setores responsáveis pela produção de energia, tais como usinas de carvão, usinas nucleares e das energias renováveis. Para tanto, sabe-se que esta produção necessita da disponibilidade de água para a sua execução em todas as fases, principalmente no momento da extração do combustível, refinação, e até mesmo da produção térmica da eletricidade (*The Energy and Resources Institute, 2017*). Sabe-se que a agricultura e a indústria são dois grandes setores no escopo da economia da Índia, e que, não obstante, também precisam de energia, logo, também precisam de água. Nota-se a relevância da água como insumo essencial para o ciclo de desenvolvimento.

Um estudo do *The Energy and Resources Institute (2017)* afirma que as usinas termelétricas constituem 87% do consumo total de água industrial no país. Estima-se que a necessidade média de consumo de água para usinas a carvão que possuem torre de resfriamento é de aproximadamente 5-7 m<sup>3</sup>/h por MW. Assim, a produção de energia térmica na Índia consome cerca de 16,8 milhões de m<sup>3</sup> de água por dia, sendo o fator de carga a 80%, que corresponde à necessidade de água per capita de, pelo menos, 20% da população do país.

O relatório aponta, ainda, que uma das principais questões no que se refere à relação água-energia é que, no âmbito de planejamento, são tratados de forma independente um do outro. Contudo, ao passo que se aumenta a demanda por energia, aumenta a demanda de água

e, portanto, isto se configura num grande desafio, pois é preciso um planejamento estratégico com um olhar mais holístico e complementar.

A Figura 15, retirada do Ministério de Energia da Índia (2021) demonstra as principais fontes de eletricidade no país e a energia térmica se manteve como o principal combustível para a geração de energia:

**Figura 15** – Principais combustíveis para geração de energia na Índia

| Fuel                     | MW             | % of Total |
|--------------------------|----------------|------------|
| <b>Total Thermal</b>     | 2,34,728       | 61.3%      |
| Coal                     | 2,02,675       | 53.0%      |
| Lignite                  | 6,620          | 1.7%       |
| Gas                      | 24,924         | 6.5%       |
| Diesel                   | 510            | 0.1%       |
| <b>Hydro (Renewable)</b> | 46,209         | 12.2%      |
| <b>Nuclear</b>           | 6,780          | 1.8%       |
| <b>RES* (MNRE)</b>       | 95,013         | 24.8%      |
| <b>Total</b>             | <b>382,730</b> |            |

Fonte: Central Electricity Authority (2021)

Segundo o Ministério da Energia, a meta de geração de eletricidade estabelecida para o ano 2021-22 foi fixada em 1.356 bilhões (unidades por bilhão), o que significa um aumento de aproximadamente 9,8% sobre a geração convencional de energia quando comparado ao ano anterior (2020-21): 1234,608 (unidades por bilhão).

A “região oeste” é considerada a maior produtora de energia na Índia, pois representa aproximadamente 1/3 do total de eletricidade no país. Cerca de 77% da eletricidade na região é oriunda de recursos não renováveis como carvão e gás, e contribui para 39% da produção total de eletricidade advinda do carvão no país. Dessa forma, a necessidade de água para tamanha produção é bastante elevada, quase equivalente à demanda industrial.

### 3.3 A geopolítica da Bacia do Indo

Pode-se dizer que a crescente demanda por água fomenta o conflito entre a Índia e o Paquistão pelo controle da Caxemira e, naturalmente, pela intenção de assegurar o uso das águas dos rios que fluem por este território. Trata-se de um recurso natural estratégico para o abastecimento destes Estados com questões hídricas evidentes, bem como para o desenvolvimento socioeconômico desses. Assim, a competição pela água toma dimensões ampliadas à medida que se torna um elemento escasso para os Estados.

Chellaney (2013) afirma que muitas vezes as disputas territoriais estão relacionadas com o interesse de ter poder sobre os recursos naturais ali existentes, logo, este fato configura um cenário geopolítico bastante sensível. Dessa forma, a disputa indo-paquistanesa pelo território da Caxemira é, em última instância, uma disputa pelo uso e controle da água.

Seguindo esta lógica, é evidente a razão de a Índia insistir na manutenção do seu poder sobre a Caxemira, pois significa poder sobre as nascentes dos principais afluentes dos rios da Bacia do Indo e, assim, garantir o abastecimento doméstico, agrícola e industrial. Acerca disso, é importante mencionar a atitude do governo central em revogar o Art. 370 da Constituição da Índia.

Em agosto de 2019, a Índia revogou os artigos que previam autonomia à Caxemira, Arts. 370 e 35A, respectivamente<sup>118</sup>. Até então, a Caxemira detinha um “status especial”, cuja característica era de uma certa autonomia política diante do governo central indiano. Os artigos supracitados datam de 1947, pois serviram de base para a adesão daquele território à Índia. À época, a Coroa inglesa estabeleceu alianças com os estados principados, ou seja, estados com sentimento nacionalista exacerbado, com o intuito de seguir a lógica de não confrontar imediatamente a cultura tão enraizada daquela população (de muçulmanos, no caso específico da Caxemira). Os demais estados respondiam diretamente à Coroa (METCALF; METCALF, 2006). Ainda em 1947, quando o então governador da Caxemira decidiu ser incorporado ao território da Índia, estas prerrogativas de autonomia foram mantidas e permaneceram até 2019.

A revogação destes artigos teve como efeito imediato a divisão do território da Caxemira em dois estados: Jammu e Caxemira e Ladakh. Os dois estados foram formalmente integrados à União, o que significa que a Índia possui controle total sobre esses. Todavia, cabe destacar

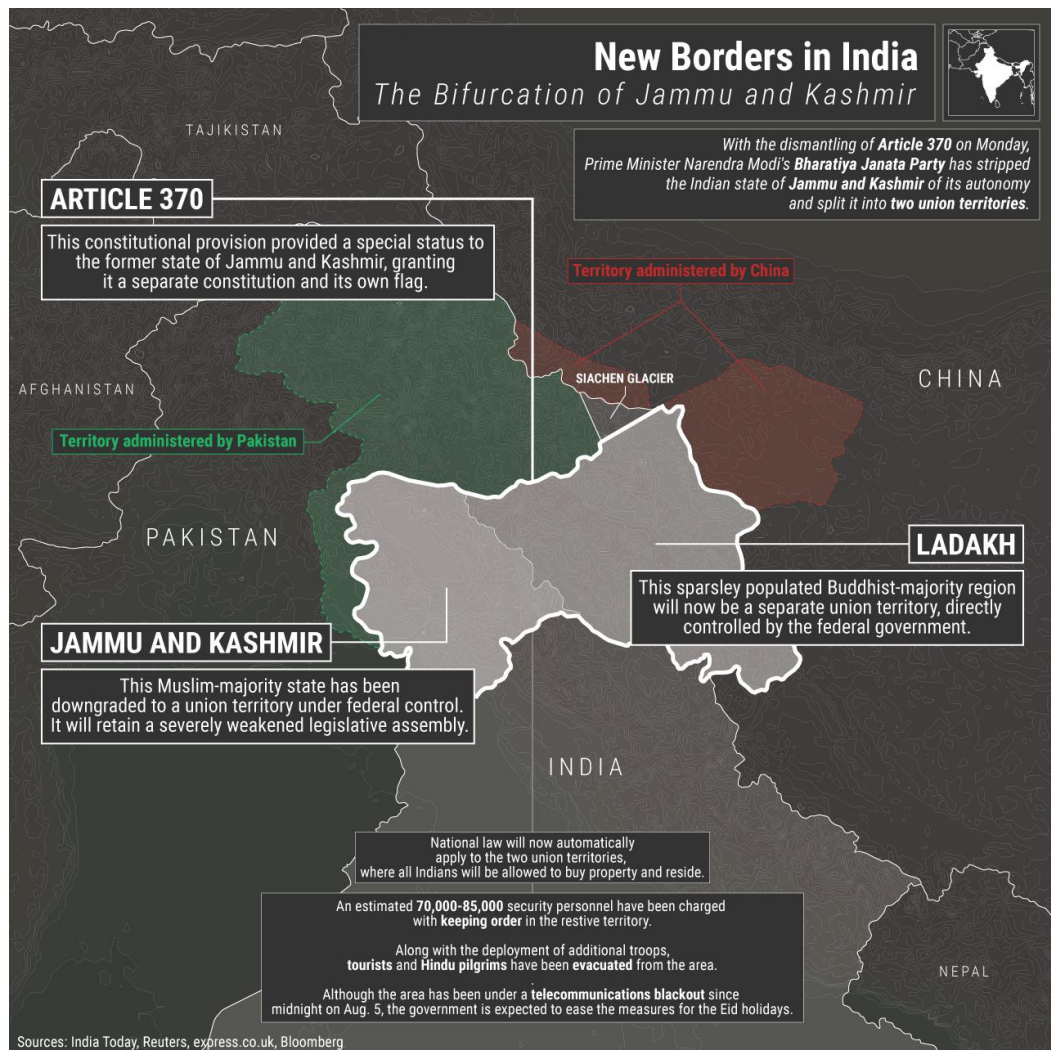
---

<sup>118</sup> GETTLEMAN, Jeffrey; RAJ, Sushasini; SCHULTZ, Kai; KUMAR, Hai. India Revokes Kashmir's Special Status, Raising Fears of Unrest. The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/05/world/asia/india-pakistan-kashmir-jammu.html> Acesso em: 17 fev. 2021.

que o estado de Jammu e Caxemira ainda manteve o direito a legislatura própria, ao passo que Ladakh está subordinado diretamente ao governo central. Antes deste ato, quando ainda unificada, a Caxemira possuía legislatura própria, bem como processo eleitoral diferente das eleições gerais.

Tamanha modificação na Constituição implica no conflito com o Paquistão, que reivindica integralmente este território. Uma vez revogado, a Índia sinaliza ao rival que é soberana sobre a Caxemira, principalmente sobre os recursos hídricos presentes nesta região. A Figura 16 demonstra como ficou dividido o território após a decisão do governo indiano. Nota-se que Ladakh, cuja administração é restrita ao governo central, é onde se encontra o maior volume de água oriunda dos rios que perpassam o território, bem como as nascentes dos afluentes que decorrem do Rio Indo:

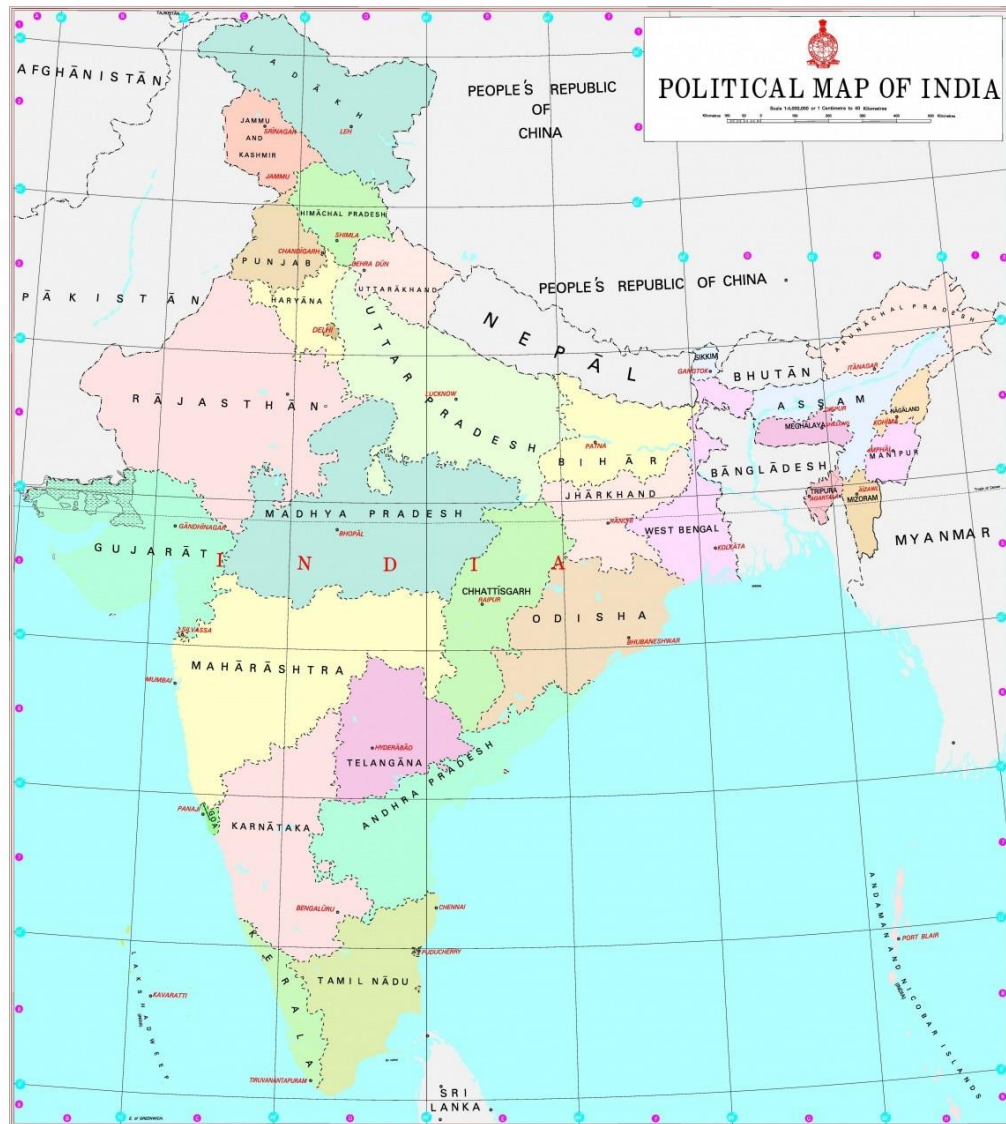
**Figura 16 – Divisão da Caxemira Indiana**



Fonte: India Today (2019)

A Figura 17, divulgada pelo próprio governo indiano, representa o novo mapa político da Índia, com seus estados e territórios da União, inclusive Jammu e Caxemira e Ladakh, agora divididos:

**Figura 17 – Novo mapa político da Índia**



Fonte: Governo da Índia (2019)

Em 14 de fevereiro de 2019, o grupo insurgente Jaish-e-Mohammed (JeM)<sup>119</sup> reivindicou o ataque a militares indianos na Caxemira indiana<sup>120</sup>. O ataque ocorreu em Pulwama e levou a óbito 40 soldados indianos. Após este ataque, em 18 de fevereiro, grupos terroristas atacaram novamente na linha de controle, o que culminou na morte de mais três soldados indianos. Por pressão da opinião pública, em 26 de fevereiro, a Índia retaliou o Paquistão com ataques cirúrgicos em locais específicos, como abrigo destes grupos. Doze jatos bombardearam a província de Khyber Pakhtukhwar, no norte do país, ou seja, a Índia atingiu um alvo em território paquistanês. Como resposta, em 27 de fevereiro, o Paquistão abateu dois aviões militares indianos e capturou um piloto da Força Aérea.

Esta linha do tempo de ataques e contra-ataques foi um dos momentos mais tensos no contexto conflituoso entre Índia e Paquistão. Desde 2016, quando o mesmo grupo atacou uma base militar indiana em Uri e deixou 19 feridos, o conflito não alcançava níveis tão elevados. Sabe-se que o JeM possui base de organização em solo paquistanês, o que culminou em diversas acusações do governo indiano ao Paquistão. Naturalmente, o episódio gerou uma série de retaliações, inclusive com uma arma menos tradicional: a água.

Durante os episódios mencionados, a Índia ameaçou mais uma vez interromper o fluxo de água dos rios da Bacia do Indo para o vizinho. O Paquistão, em resposta, assegurou que qualquer violação do tratado seria considerado um ato de guerra. Em razão dos dados apresentados anteriormente, viu-se que o país vive uma era de estresse hídrico e se aproxima de um cenário de escassez devido, sobretudo, ao crescimento populacional e má gestão destes recursos.

Por conta disso, qualquer redução do fluxo de água amplia esta problemática para um contexto mais desafiador, pois, para um país que possui a economia baseada na agricultura, seu PIB seria colocado em risco. Nota-se, então, a posição hegemônica da Índia em utilizar a água como uma arma política para pressionar o rival, corroborando o que Chellaney (2013) preconizou sobre as guerras pela água.

Nesse sentido, o acesso insuficiente ou a falta deste recurso, apresenta riscos à segurança dos Estados, fato que está moldando o comportamento destes atores em suas relações bilaterais. A geopolítica da água, portanto, afeta sobretudo os Estados ribeirinhos e o nível de instabilidade política se elevam em casos em que há uma desavença preexistente. Todavia, cabe mencionar, quando tratamos de guerras pela água neste trabalho, não se encaixa necessariamente no

---

<sup>119</sup> Apesar de ter sido banido pelo governo paquistanês, o grupo arrecada fundos e opera no país, sobretudo nas províncias ao norte, com características tribais.

<sup>120</sup> RASHID, Hakeem. Jaish-e-Mohammed claims responsibility for Pulwama attacks. The Economic Times. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/politics-and-nation/jaish-e-mohammed-claims-responsibility-for-pulwama-attacks/articleshow/68003116.cms?from=mdr> Acesso em: 17 fev. 2021.



conceito convencional de guerra<sup>121</sup>, mas, sim, no sentido de que estas batalhas podem ser travadas (ou mesmo vencidas) por instrumentos não militares (CHELLANEY, 2013). Tomando o exemplo indo-paquistanês, verifica-se a instrumentalização da água como uma arma para ameaçar o inimigo em um contexto de elevada tensão.

Em suma, apesar do tratado que rege o compartilhamento dos rios da Bacia do Indo, há uma tendência conflituosa em detrimento de uma cooperação sólida em relação ao uso da água. Dessa forma, nota-se como um conflito que outrora foi considerado majoritariamente étnico e religioso, se concebeu como um conflito hídrico, na luta pelo controle do território da Caxemira que, naturalmente, consiste em garantir o acesso e o uso seguro deste recurso.

### 3.4 Considerações sobre a geopolítica da Bacia do Rio Brahmaputra

A China é um ator fundamental no que se refere à geopolítica da água na região. Sua posição geográfica de país a montante configura uma certa hegemonia diante da vizinha Índia, localizada a jusante. Este fato significa uma determinada dependência e, conseqüentemente, uma insegurança hídrica quanto aos rios que nascem na China e fluem para o território indiano.

Conforme já mencionado anteriormente, os principais rios asiáticos originam-se no Tibete, região administrada pela China e, dentre eles, o Rio Brahmaputra, alvo de divergências com a Índia. Apesar de deter o controle das nascentes dos rios, a China possui seus próprios imperativos<sup>122</sup> quanto à distribuição de água em seu vasto território, ao passo que a Índia, além de enfrentar altos níveis de estresse hídrico, também precisa abastecer sua indústria em crescimento e ofertar água suficiente para sua população.

Apesar dos desafios, a China é considerado um dos Estados ribeirinhos mais independentes do mundo, pelo fato de deter o controle do Platô Tibetano e, naturalmente, as nascentes dos rios (CHELLANEY, 2019). Sua posição geográfica é traduzida em uma gama de opções políticas para lidar com seus vizinhos ribeirinhos. Seu status de Estado a montante implicou na não adesão a Convenção de Cursos de Água da ONU (*UN Convention on the Law of the Non-Navigational Uses of International Waterways*, 1997). Não é de interesse dos

---

<sup>121</sup> No entanto, não se descarta a relevância do poder militar nesta questão, pois esse contribui para as ações dissuasivas dos Estados. O poder militar, associado a posição geográfica, influenciam o comportamento destes atores.

<sup>122</sup> A insegurança hídrica da China está relacionada com a distribuição desigual de água em seu território, uma vez que o maior volume está localizado no Sul (Tibete), ao passo que o Norte e o Oeste enfrentam a falta de água (SINHA, 2016).

chineses o compromisso formal com nenhum arranjo sobre o compartilhamento de água, tendo em vista seus interesses políticos nesta pauta (SINHA, 2017).

Para a Índia, no entanto, sua localização a jusante significa uma dependência cuja principal percepção é de ameaça, uma realidade que decerto influencia suas ações políticas. O fato de a China possuir uma leitura estratégica acerca da água, faz com que o país utilize este recurso como uma barganha no enquadramento de suas políticas regionais. Não à toa, Pequim não aderiu a nenhum tratado bilateral sobre o compartilhamento de água com Nova Délhi (SINHA, 2017).

Para Sinha (2017) a questão hídrica, no contexto da relação sino-indiana, surge com interligações bastante complexas com questões econômicas, políticas, ambientais e sociais. Sendo os dois países mais populosos do mundo e dois vizinhos ribeirinhos, a água é um desafio não apenas de planejamento, mas de gestão de recursos em termos qualitativos, quantitativos e por meio legal. As mudanças climáticas e o aquecimento global e aumento da demanda, também são variáveis que exercem pressão significativa sobre a água.

A Índia, como país a jusante, concentra seus esforços políticos para impedir que futuramente ocorra o desvio de água dos rios que fluem para seu território. Esta ameaça é revelada devido a uma série de projetos de barragens e hidrelétricas empreendidas pela China no Rio Brahmaputra. O projeto de desvio de água Sul-Norte e o projeto de transferência de energia Oeste-Leste já são uma ameaça. Há, ainda, de acordo com o Plano Quinquenal 2011-15, o desenvolvimento de aproximadamente 120 gigawatts materializados em novas usinas hidrelétricas no Rio Brahmaputra e outros. O objetivo é atender à demanda de energia e irrigação, mas, sabe-se, também é um alerta político para a modernização das capacidades chinesas de ameaçar Nova Délhi (SINGH; TEMBEY, 2020)<sup>123</sup>.

Cinco barragens também estão sendo construídas no Rio Brahmaputra. Na Índia, teme-se que seja um instrumento para desviar as águas do rio para o norte da China antes de entrar em Arunachal Pradesh. É relevante destacar que a China já bloqueou um dos afluentes do Rio Brahmaputra, para a hidrelétrica de Lalho. Além disso, durante a sequência recente de conflitos na fronteira, no Vale de Galwan, a China chegou a restringir o fluxo do Rio Galwan, um afluente do Rio Indo que possui sua nascente no território de Aksai Chin, administrada pela China. (SINGH; TEMBEY, 2020).

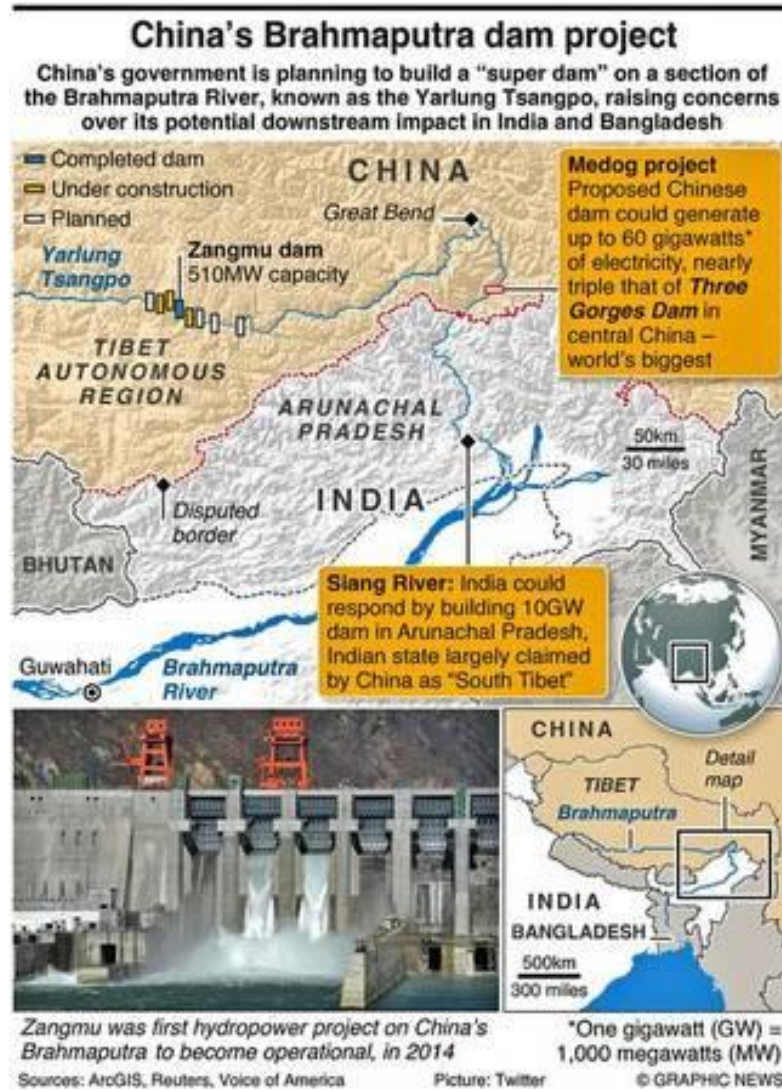
---

<sup>123</sup> SINGH, A. P.; TEMBEY, U. India-China relations and the geopolitics of water. The Interpreter. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/india-china-relations-and-geopolitics-water> Acesso em: 18 mar. 2021.

De acordo com Chellaney (2021), as guerras pela água são um fator-chave no cenário amplo de disputa entre a Índia e a China. Isto porque, uma vez que a China possui uma posição privilegiada no Tibete, isto facilita um tipo de diplomacia coercitiva de Pequim diante de Nova Délhi, tanto nos assuntos concernentes às questões hídricas, como também pode se estender para outros setores, tamanha a relevância deste recurso. Na percepção da elite chinesa, seria bastante custoso conduzir uma guerra convencional contra o Exército indiano no Vale de Galwan, por exemplo, por isso, para conter a Índia, a China opta por instrumentos menos convencionais, no entanto eficazes.

O “megaprojeto” de barragens que será construído no Rio Brahmaputra pelos chineses, possuirá três represas (ou três gargantas) que visa aproveitar a força da queda de água, que chega a aproximadamente 3.000 metros na altura do rio, pouco antes de entrar em território indiano. Ou seja, o empreendimento fará com que o fluxo do rio siga em direção contrária, em torno do Himalaia para se construir uma das represas mais íngremes do mundo. A Figura 18 demonstra as principais características deste projeto:

**Figura 18** – Novo projeto de barragem no Rio Brahmaputra



Fonte: The Hindu (2021)

Para Chellaney (2021), este é um armamento tão eficaz quanto um tanque de guerra. A China já possui outras represas de pequeno e médio porte na parte superior do rio, contudo, com a construção desta nova barragem em direções mais próximas à fronteira com a Índia, Pequim poderá manipular os fluxos transfronteiriços e, em termos políticos, engajar sua reivindicação em Arunachal Pradesh.

A falta de um arranjo institucional para gerenciar esta situação coloca a Índia numa posição de ameaça, sobretudo devido à falta de informações hidrológicas sobre chuvas, volume de água, e derretimento das geleiras nos Himalaias. Sabe-se que a China, por não participar de nenhum acordo bilateral sobre gestão dos rios, utiliza de sua posição privilegiada para omitir ou barganhar politicamente os dados hidrológicos para a vizinha Índia. (SINHA, 2017). Ademais, a geopolítica da água na relação sino-indiana está intimamente relacionada à

reivindicação chinesa no território de Arunachal Pradesh, estado pelo qual o Rio Brahmaputra adentra ao território indiano.

As diferentes interpretações sobre o uso e distribuição das águas do Rio culminaram em reivindicações históricas, um fato que caracteriza a relação entre a Índia e a China como bastante inconsistente. Neste contexto, a água deve ser compreendida como um recurso fundamental para o desenvolvimento e para o crescimento. Além disso, sua relevância para o setor energético não deve ser negligenciada dentro da realidade destes países (SINHA, 2017). Trata-se de duas economias em expansão, e dois Estados ribeirinhos sem instituições que regulem a distribuição do volume de água.

Diante do super aparato político e poderio econômico da China, Nova Délhi possui poucas escolhas a não ser o planejamento estratégico para tentar superar esta guerra assimétrica contra os chineses. A natureza competitiva entre os vizinhos diante da importância da Bacia do Rio Brahmaputra configura um cenário crítico no que concerne a geopolítica da água na região. Em suma, a forma que a China continuará usufruindo de sua posição ribeirinha privilegiada no Tibete conduzirá os moldes da relação sino-indiana no que se refere ao uso da água, bem como a reação da Índia quanto a este comportamento hegemônico chinês.

#### **4. Considerações finais**

O objetivo deste trabalho foi analisar a geopolítica da água e sua relação com os conflitos em curso no sul da Ásia. Além disso, buscou-se demonstrar que recursos naturais, especificamente a água, podem conduzir e aprofundar conflitos no século XXI, sobretudo no contexto indo-paquistanês. Para o Paquistão, a água é uma questão de sobrevivência, uma vez que depende majoritariamente da Bacia do Indo, enquanto a Índia, que possui outras fontes de abastecimento por meio de rios, alega que possui direitos exclusivos sobre os rios que originam em seu território.

Desde a partição, em 1947, o compartilhamento dos rios transfronteiriços é um fator constante e determinante para o desgaste da relação entre a Índia e o Paquistão. A água oriunda dos rios se mantém no topo da agenda política entre ambos e, nota-se, o comportamento dos países foi bastante influenciado pela forma como ocorreu a partilha dessas águas. Quando as novas fronteiras foram traçadas pelos britânicos, o sistema do Rio Indo também foi dividido entre os dois novos Estados, cuja ação provocou uma série de problemas que persistem até hoje.

As novas fronteiras políticas afetaram o fluxo natural dos rios da Bacia do Indo, o que alimentou o conflito entre a Índia e o Paquistão, sobretudo quando houve a divisão do Punjab, onde se encontrava a maior rede de irrigação alimentada pelo Rio Indo do subcontinente. Dessa forma, apesar de o Paquistão ter herdado grande parte dos afluentes, as nascentes destes rios e as necessidades de irrigação dos paquistaneses dependiam das águas dos rios além de suas fronteiras, ou seja, a Índia tinha o poder de controlar os fluxos de água como um Estado geograficamente situado a montante.

Devido a esta característica geográfica e à demarcação fronteiriça estabelecida durante a partição, em 1948, a Índia interrompeu o fluxo de água para o Paquistão. Este caso pode ser visto como um episódio em que Nova Délhi instrumentalizou a água como uma arma política para dissuadir seu inimigo, bem como elevar seu poder de barganha. A partir disso, urge a necessidade de um acordo mais sólido para tratar sobre o compartilhamento dos rios transfronteiriços. Doze anos depois deste ocorrido, houve, então, a assinatura do Tratado das Águas do Indo (1960).

Interessado no progresso econômico tanto da Índia como do Paquistão, o Banco Mundial se propôs a mediar este conflito. Assim, ficou definido que os rios seriam divididos entre Orientais e Ocidentais, de modo que os Rios Orientais (Sutlej, Beas e Ravi) ficariam sob uso irrestrito da Índia, e os Rios Ocidentais (Indus, Jhelum e Chenab) para uso irrestrito do Paquistão, ou seja, a Índia, por estar localizada a montante, não deveria interferir no fluxo de água dos rios. Tendo em vista que a Índia estava com projetos de desenvolvimento, logo, precisava garantir a irrigação oriunda das águas do Indo e o Paquistão não estava preparado para confrontar militarmente e/ou politicamente a Índia num cenário de não-acordo, decidiu-se pela assinatura do Tratado.

Todavia, em momentos de pico do conflito perene indo-paquistanês, o tratado é colocado em xeque, sobretudo pela Índia, cuja força política e militar se sobressai diante do rival. Apesar do Tratado ter superado três guerras anteriormente, atualmente, é difícil garantir que continuará em pleno cumprimento devido às dificuldades discutidas neste trabalho, como escassez e estresse hídrico, crescimento populacional e baixos níveis de água disponível.

Ao passo que a Índia possui outras Bacias como fonte de água, o Paquistão depende sobremaneira da Bacia do Indo para o uso agrícola e industrial. A escassez, então, é uma questão bastante sensível neste contexto. O Paquistão é majoritariamente semi-árido e possui a agricultura como carro forte de sua economia, não à toa, mais de 90% das retiradas do país são da Bacia do Indo, utilizadas para fins de irrigação, restando menos de 10% para o abastecimento doméstico e indústrias.

Embora a Índia tenha outras fontes de água, o crescimento populacional elevado, a urbanização e a industrialização aumentaram sobremaneira a demanda por água, tornando este insumo essencial para seu desenvolvimento econômico e projeto de potência. Portanto, uma vez que os recursos hídricos estão cada vez mais escassos, ambos os países almejam obter o máximo de água oriunda dos rios transfronteiriços, o que inflama um cenário já conflituoso.

É interessante notar que, em razão do que foi apresentado acima, a rivalidade geopolítica entre Índia e Paquistão está transcendendo a esfera bilateral. Isto porque, por se tratar de rios compartilhados, há uma dinâmica que foge a esta restrição. Além disso, o fato de os dois Estados possuírem armamento nuclear, a temática é naturalmente internacionalizada devido aos riscos à sociedade internacional.

A situação geral da Bacia do Indo sugere muitos aspectos que são compreendidos como fomentadores de conflito, tais como: dois países inseridos em um conflito mais amplo; o Paquistão é profundamente dependente dos rios do Indo; a escassez e o estresse hídrico são uma realidade, apesar do alto volume de água no fluxo dos rios. São elementos que indicam um cenário de guerras pela água, conforme tratado no escopo conceitual deste trabalho.

Da mesma forma que o Rio Indo se tornou um palco de conflito na relação indo-paquistanesa, o mesmo acontece com o Rio Brahmaputra no âmbito da relação sino-indiana. O rio flui para a Índia antes de encontrar o território de Arunachal Pradesh, contestado entre ambos. O posicionamento tanto da Índia como da China de se colocarem como soberanas do território em questão se dá, sobretudo, devido à intenção de controlar esta fonte de água. A China, localizada a montante, visualiza o Rio Brahmaputra como uma fonte de energia necessária para suas ambições políticas no cenário internacional. Por isso, a principal arma dos chineses neste rio é a construção de barragens e hidrelétricas, cuja finalidade política é a manutenção de seu poderio sobre os rios. A Índia, a jusante, naturalmente se opõe a estes projetos, alegando que este tipo de interferência eleva a possibilidade de enchentes ou, até mesmo, menor fluxo de água durante períodos de seca.

Para Nova Délhi, no entanto, o maior receio é de que, por meio de tais armas, um dia a China desvie o fluxo dos rios para satisfazer sua demanda doméstica e industrial por água. Na visão da elite indiana, este contencioso hídrico é um dos aspectos mais sensíveis nesta relação. As razões para tamanho ceticismo são inúmeras, sobretudo se avaliarmos que a China é o ponto de partida dos principais rios do continente asiático, por controlar a região do Tibete.

Este fato representa uma ameaça em amplo espectro, uma vez que aproximadamente 48% da água que se origina nos rios do Tibete flui diretamente para a Índia. Os embates recentes

na fronteira alertam a elite indiana no sentido de avaliar como poderá lutar contra a instrumentalização da água como uma arma política por Pequim.

Os megaprojetos de infraestrutura em barragens e hidrelétricas que estão sendo desenvolvidos pelos chineses constituem, em suma, capacidade de bloquear ou desviar o fluxo dos rios a longo prazo. O projeto de desvio de água Sul-Norte e o projeto de transferência de energia Oeste-Leste já são uma ameaça, sobretudo se a leitura for feita sob a ótica das guerras pela água, nas quais estas engenharias sinalizam mais do que um empreendimento, mas, sim, instrumentos de guerra.

Uma das principais questões sobre a disputa sino-indiana é a falta de instituições formais acerca da gestão dos rios transfronteiriços, ao contrário do que acontece na Bacia do Indo. Não obstante, são muitos os empecilhos para que se chegue a um acordo quanto à utilização das águas do Rio Brahmaputra. O desinteresse de ambos gera uma preocupação na sociedade internacional, pois a água está cada vez mais securitizada.

Na literatura predominante, guerras convencionais pela água são consideradas raras e pontuais, porém, como abordado neste trabalho, as guerras pela água se apresentam de maneira não tradicional. Além disso, o intuito da discussão foi ilustrar que, muitas vezes, a questão hídrica é ofuscada em detrimento de conflitos étnicos, religiosos ou territoriais, principalmente entre Estados que possuem um espectro hostil mais amplo. As contribuições teóricas discutidas no Capítulo 1 alertam para uma análise na qual a intenção de garantir o uso da água como recurso natural estratégico está moldando e continuará a moldar as relações internacionais, podendo, sobretudo, conduzir a guerras pela água.

O compartilhamento de água na região se mostrou, essencialmente, como um fenômeno geopolítico. Os fatores geográficos como a extensão dos sistemas fluviais, a vazão de um rio, sua nascente, seu fluxo e curso influenciam o comportamento político dos Estados abordados neste trabalho. Ao considerarmos a geopolítica como uma lente para analisar o comportamento político dos Estados de acordo com as condições geográficas, foi possível compreender que a Índia, a China e o Paquistão atuam de acordo com suas respectivas variações geográficas no que se refere às Bacias as quais compartilham.

Diante do estudo de caso proposto para discussão nesta dissertação, a pergunta-problema reside em apresentar como e por que a água é fonte de disputa entre os atores em questão. Além disso, buscou-se apresentar de que forma este recurso inflama as disputas pré-existentes na região. Neste caso, tem-se como análise, um fenômeno geopolítico quanto ao compartilhamento de água. Em último caso, o compartilhamento da água dos rios



transfronteiriços se tornou e tende a se tornar cada vez mais uma variável decisiva acerca do comportamento dos Estados citados e suas relações internacionais.

Dessa forma, observamos que os rios transfronteiriços são alvos fundamentais para a instabilidade (ou estabilidade) na região. Também foi possível notar que a gestão da água, este recurso vital, não acontece em vácuo, mas em um amplo e complexo contexto político e econômico. Ademais, quando a água se torna escassa, a importância do acesso e do controle sobre este recurso se torna bastante crítico.

O esforço para tratar deste problema, cabe ressaltar, encontra diversas perspectivas, sejam elas restritamente domésticas, étnicas, culturais e religiosas, sobretudo ao considerar que trabalhamos com três atores com populações que possuem o sentimento nacional bastante enraizado; além de serem sociedades milenares. É possível encontrar uma série de respostas, no entanto, para este trabalho, visando estabelecer variáveis claras e concisas, optou-se por analisar, sobretudo, as variáveis econômicas, de crescimento populacional e abastecimento doméstico para compreender a importância da água na realidade destes países.

O estudo de caso como metodologia permitiu encontrar relação destas variáveis com os contextos específicos em que estão inseridos estes atores. O pano de fundo histórico contribuiu para uma análise mais ampla deste cenário, de forma que ofereceu um entendimento holístico acerca da conjuntura atual, entendendo a temática hídrica como um caso específico dentro de um conflito mais amplo entre os Estados. O esforço residiu em trazer este tema como prioridade dentro da gama de possibilidades de análise, tema este que muitas vezes é negligenciado.

Foi possível observar, por exemplo, que desde a independência da Índia Britânica a geopolítica da água é uma variável constante de conflito. A divisão de dois novos Estados e, com isso, a partilha da Bacia de forma não planejada influenciou o comportamento político da Índia e do Paquistão desde 1947. A extensão do Rio Indo, a vazão dos sistemas fluviais que o compõem e o volume de água decorrente dele são fatores fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico destes países.

Dessa forma, sobretudo do ponto de vista geopolítico, os rios deixam de ser apenas características geográficas em si, mas um fenômeno geopolítico que constitui fonte de poder político. Isto pode ser corroborado com os exemplos da Índia e da China que, por estarem localizadas geograficamente em posições privilegiadas a montante do rio, em diversos picos de conflito, utilizaram desta variante para pressionar seus inimigos.

Em 1948, a Índia interrompeu o fluxo do rio para o Paquistão, situado a jusante do rio. Em outras ocasiões mais recentes, ameaçou refazê-lo. A China, por sua vez, restringiu o fluxo do rio para a Índia, durante embates na fronteira com a Índia. Além disso, por ter posse do

território do Tibete, origem dos rios mais importantes da Ásia, a China ameaça sobremaneira a Índia com sua política de superestruturas em barragens e hidrelétricas, apontadas neste trabalho como uma arma que pode ser letal em termos de guerras pela água.

Devido à rede de barragens que a China desenvolveu e está desenvolvendo a montante, isto revela, para além de impactos ambientais, um aumento do poder chinês diante destes recursos hídricos rio acima, o que significa ameaça para os países a jusante. Em termos políticos, a China pode barganhar e influenciar a política dos Estados rio abaixo. Nota-se como se constrói, então, o cenário peculiar das guerras pela água no século XXI.

Pode-se dizer, nesse sentido, que as guerras pela água em seu sentido político e econômico, já estão sendo travadas, seja por meio de empreendimentos na construção de barragens em rios transfronteiriços ou pelo uso da diplomacia como um instrumento coercitivo. Uma guerra silenciosa, às vezes negligenciada, mas que ascende como a grande crise do século.

Há, ainda, o efeito dominó entre os atores discutidos neste trabalho. A China, ao ameaçar a Índia, força Nova Délhi a ameaçar o vizinho Paquistão, a jusante nos dois cenários apresentados. A Índia, apesar de ser um país a montante do Rio Indo, é um país a jusante no Rio Brahmaputra, dependendo da China, rival histórica, para garantir seu abastecimento.

As consequências da geopolítica da água no continente são vastas. O caso asiático demonstra que em caso de rios compartilhados, uma vez que isto se traduz em campo de batalha diplomática, também possui custos geopolíticos. No caso da Índia e do Paquistão, por exemplo, esta pauta influencia na condução do conflito armado em curso na Linha de Controle pela Caxemira. Assim, a água se mostra cada vez mais como um elemento fundamental para o desenvolvimento regional, ao mesmo tempo que significa uma crise de amplo espectro.

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, a água como um elemento estratégico em um contexto conflituoso e em escassez, pode gerar insegurança alimentar, degradação ambiental, redução da navegabilidade dos rios, salinização dos recursos de água doce, entre outras questões. Ademais, a má gestão, sobretudo no caso do Paquistão, também ameaça a disponibilidade deste recurso para as necessidades básicas.

Contudo, não se pode falar em uma situação inédita, tendo em vista que historicamente o acesso aos recursos naturais é um fator importante na paz ou na guerra. O que se observa neste estudo de caso é que com o passar dos anos a água foi elevada a um patamar cada vez mais prioritário na agenda dos Estados em questão. Constatação esta que corrobora a hipótese deste trabalho, de que recursos hídricos podem conduzir a conflitos no século XXI, sobretudo entre China e Índia, e Índia e Paquistão. No entanto, as guerras pela água possuem

características específicas, conforme apontado no arcabouço teórico acima, porém, não se descarta que estes imbróglis possam conduzir à guerra tradicional.

Por fim, espera-se que o escopo teórico e a discussão da análise deste trabalho contribuam para os estudos sobre conflito por recursos hídricos, sobretudo do ponto de vista estratégico e da geopolítica. Uma vez que os rios são fluidos e não se restringem a fronteiras politicamente demarcadas, trata-se de um componente bastante destabilizador nas relações internacionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHMAD, S. **Scenarios of surface and groundwater availability in the Indus Basin Irrigation System (IBIS) and planning for future agriculture.** Planning Commission of Pakistan. 2008.
- BERBER, Friedrich. **Rivers in International Law.** New York: Oceana Publications, 1959.
- BHUTTA, Muhammad N. 1999. **Vision on water for food and agriculture: Pakistan's perspective.** Regional South Asia Meeting on Water for Food and Agriculture Development. New Delhi.
- BUZAN, Barry. **People, states, and fear: The national security problem in international relations.** Wheatsheaf Books, 1983.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis.** Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CHELLANEY, Brahma. **China is weaponizing water and worsening droughts in Asia (2019).** Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Opinion/China-is-weaponizing-water-and-worsening-droughts-in-Asia> Acesso em: 15 jan. 2020.
- CHELLANEY, Brahma. **China's escalating water war: On top of other asymmetric tactics, Brahmaputra mega-project is a new threat India faces.** The Times of India. 2021. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/blogs/toi-edit-page/chinas-escalating-water-war-on-top-of-other-asymmetric-tactics-brahmaputra-mega-project-is-a-new-threat-india-faces/> Acesso em: 17 mar. 2021.
- CHELLANEY, Brahma. **Water, Peace, and War. Confronting the Global Water Crisis.** Rowman & Littlefield, London, 2013.
- CHINAGLIA, Pedro H.; VIANA, Waleska C. **Estado westfaliano versus Estado-nação e seus reflexos nas colônias da América Latina.** Universidade de São Paulo, 2016.
- CHRISTOPHER, Mark. **Water Wars: The Brahmaputra River and Sino-Indian Relations.** CIWAG Case Studies, 2013.
- COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics: the geography of international relations.** Rowman & Littlefield, 2009.
- DHAWAN, Vibha. **Water and Agriculture in India.** German Asia-Pacific Business Association, 2017.
- ENGELK, Peter; MICHEL, David. **Ecology Meets Geopolitics: Water Security in Himalayan Asia.** Atlantic Council. Scowcroft Center for Strategy and Security, 2019.
- FRIEDMAN, George.; FEDIRKA, Allison. **Water and Geopolitical Imperatives.** Geopolitical Futures, 2017. Disponível em: < <https://geopoliticalfutures.com/water-geopolitical-imperatives/>> Acesso em: 19 jan. 2020.

GLEICK, Peter. **Water and Conflict: Fresh Water Resources and International Security**, 1993. *International Security* (18) (1), 79–112.

GUIMARÃES, Andréa B. S. **A Companhia das Índias Orientais e a Conquista Britânica na Índia: Terra, Tributo, Comércio e Moeda 1765-1835**. 2010. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

HAINES, Daniel. **Indus Divided: India, Pakistan and The River Basin Dispute**. Penguin Random House India, 2017.

HOMER-DIXON, Thomas. **On The Threshold: Environmental Changes as Causes of Acute Conflict**. *International Security*, v. 16, n. 2, p. 76-116, 1991.

KHALID, Iram; BEGUM, Ishrat. **Hydro Politics in Pakistan: Perceptions and Misperceptions**. *South Asian Studies*, Vol. 28, Nº 1, January – June 2013, pp. 7-23.

KHAN, Muhammad N. **Geopolitics of water in South Asia**. 2016. *Journal of Current Affairs* Vol. 1, Nos.1&2: 66-86.

KIJNE, J.W. & M. KUPER. 1995. **Salinity and sodicity in Pakistan's Punjab: A threat to sustainability of irrigated agriculture**. *Water Resources Development*, Vol. 11.

KLARE, Michael T. **Resource wars: The new landscape of global conflict**. Metropolitan Books, 2001.

KUGELMAN; Michael. HATHAWAY, Robert M. **Running on Empty Pakistan's Water Crisis**. Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, DC, 2009.

Disponível em:

[http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic\\_id=1462&fuseaction=topics.item&news\\_id=492914](http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1462&fuseaction=topics.item&news_id=492914) Acesso em: 30 jul. 2019.

LAGHARI, A. N.; VANHAM, D.; RAUCH, W. **The Indus Basin in the framework of current and future water resources management**. *Hydrology and Earth System Sciences Discussions*. 2011.

LANGER, Andrew. **Hydro Wars The Struggle for Water and survival in The Euphrates-Tigris river Basin**. 2009. Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:A6AIrW0vRbwJ:https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8GT5ZBM/download+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d> Acesso em: 18 jan. 2020.

LIEVEN, Anatol; HULSMAN, John. **Developmental Realism**, *Harvard Law and Policy Review*. Disponível em: <https://harvardlpr.com/online-articles/developmental-realism/> Acesso em: 15 fev. 2021.

MAJID, Abdul; HAMID, Abdul; HABIB, Zahida. Genesis of the Two Nations Theory and the Quaid-e-Azam. **Pakistan Vision**, v. 15, n. 1, p. 180, 2014.

METCALF, Barbara D.; METCALF, Thomas R. **A Concise History of Modern India**. 2<sup>nd</sup> edition. Cambridge University Press. Cambridge, 2006.

METRI, Maurício. **A Geopolítica Britânica e a Internacionalização da Libra**. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, 2017. p. 241-267.

METRI, Maurício. **As Relações Anglo-Irlandesas em Perspectiva Histórico-Geográfica**. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 23, 2017. p. 45-68.

MINGST, Karen; TOFT, Ivan. **Princípios de Relações Internacionais**, Elsevier, 2014.

MIRZA, Muhammad N. **Indus water disputes and India-Pakistan relations**. 2016. Tese de Doutorado.

MOLLINGA, Peter. **Integrated Water Resources Management: Global theory, Emerging Practice and Local Needs**. Water in South Asia, Volume I, SAGE Publication, New Delhi, 2006.

MORENO, Miquel V. **The Geopolitics of Water in China-India relations: The Yarlung-Zangbo/Brahmaputra conflict**. Istituto di Alti Studi in Geopolitica e Scienze. 2018. Disponível em: < [https://isagitalia.org/the-geopolitics-of-water-in-china-india-relations-the-yarlung-zangbo-brahmaputra-conflict/wp\\_8846263/](https://isagitalia.org/the-geopolitics-of-water-in-china-india-relations-the-yarlung-zangbo-brahmaputra-conflict/wp_8846263/)> Acesso em: 29 out. 2020.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Ed. Universidade de Brasília. São Paulo, 2003.

NEHRU, Jawaharlal. **The Discovery of India**. Centenary Edition. Oxford University Press. Oxford, New York. 1985.

PALMO, Dechen. **Brahmaputra River: And Eternal Conflict between India and China**. Tibet Policy Institute, 2017. Disponível em: < <https://tibetpolicy.net/brahmaputra-river-an-eternal-conflict-between-india-and-china/>> Acesso em: 05 nov. 2020.

PARPOLA, Asko. **The Roots of Hinduism: The Early Aryans and the Indus Civilization**. Oxford University Press, 2015.

PIESSE, Mervyn. **The Indus River and Agriculture in Pakistan**. Future Directions International, 2015.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. **Hidropolítica e segurança: as bacias platina e amazônica em perspectiva comparada**. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2012.

RAMASWAMY, R. Iyer, 'Indus Treaty: A Different View', Economic and Political Weekly 40, no. 29 (2005).

RODRIGUES, Bernardo S. **Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul? Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana (2001-2016)**. 2020. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SATHAR, Zeba. **Pakistan's Population and its Dwindling Natural Resources**. Development Advocate Pakistan. Volume 6, Issue 1, 2017.

SECKLER, David; MOLDEN, David; BARKER, Randolph. **Water Scarcity in the Twenty First Century**. International Water Management Institute. Colombo, Sri Lanka. 1998.

SINGH, A. P.; TEMBEY, U. **India-China relations and the geopolitics of water**. The Interpreter. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/india-china-relations-and-geopolitics-water> Acesso em: 18 mar. 2021.

SINHA, Uttam. K. **Riverine Neighbourhood: Hydro-Politics in South Asia**. *Pentagon Press*, 2016.

SITARAMAYYA, Bhogaraju P. **The History of the Indian National Congress: 1885-1935** (Vol. 1). Padma Publications, 1935.

SOUSA, Fernando de. **Dicionário de Relações Internacionais**. CEPES, 2005.

TATEMOTO, Leticia C. B. **Poder e Conflito em Bacias Hidrográficas Internacionais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

**THE INDUS WATER TREATY**. 19 set. 1960. Disponível em: <https://siteresources.worldbank.org/INTSOUTHASIA/Resources/223497-1105737253588/IndusWatersTreaty1960.pdf> Acesso em: 30 jul. 2019.

**THE WORLD BNK ANNUAL REPORT**, 1995. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/179751468314378230/The-World-Bank-annual-report-1995> Acesso em: 18 jan. 2020.

ULLMAN, Richard, **Redefining Security**, *International Security*, 1983. v. 8, n. 01, 1983, p. 129-153.

United Nations Environment Programme. **Freshwater under threat: South Asia**. (2008). Disponível em: <<http://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/7715>> Acesso em: 17 jan. 2020.

WIRSING, Robert. G. **Hydro-Politics in South Asia: The Domestic Roots of Interstate River Rivalry**. Heldref Publications, 2007.

YIN, Robert K. **Case study research: Design and methods**. Applied Social Research Methods Series, Vol 5, 2001.